

Norma da Silva Lopes  
Josane Moreira de Oliveira  
Lúcia Maria de Jesus Parcero  
organizadoras

**ESTUDOS SOBRE O  
PORTUGUÊS DO NORDESTE:**  
língua, lugar e sociedade



Norma da Silva Lopes  
Josane Moreira de Oliveira  
Lúcia Maria de Jesus Parcerro  
(organizadoras)

# Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade

Livro produzido pelo projeto  
VI Encontro de Sociolinguística

Apoio FAPESB – Edital 2 / 2016



SECRETARIA DE  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

**BAHIA**  
GOVERNO DO ESTADO



**Blucher**

*Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade*

© 2017 Norma da Silva Lopes, Josane Moreira de Oliveira, Lúcia Maria de Jesus Parcerro (organizadoras)  
Editora Edgard Blücher Ltda.

### **Conselho editorial**

Jarbas Vargas Nascimento

Luciana Nascimento

Lúcia Maria de Assis

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

---

# Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar  
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil  
Tel.: 55 11 3078-5366

**contato@blucher.com.br**  
**www.blucher.com.br**

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.  
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,  
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer  
meios sem autorização escrita da editora.

---

Todos os direitos reservados pela editora  
Edgard Blücher Ltda.

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e  
sociedade [livro eletrônico] / organização de Norma  
da Silva Lopes, Josane Moreira de Oliveira, Lúcia  
Maria de Jesus Parcerro. – São Paulo : Blucher, 2017.  
150 p. ; PDF; il. color.

### Bibliografia

ISBN 978-85-803-9239-5 (e-book)

ISBN 978-85-803-9238-8 (impresso)

1. Língua portuguesa – Regionalismos – Brasil,  
Nordeste 2. Sociolinguística 3. Dialetologia I. Lopes,  
Norma da Silva. II. Oliveira, Josane Moreira de. III. Parcerro,  
Lúcia Maria de Jesus.

17-0398

CDD 469.7

---

### Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa – Regionalismos – Brasil, Nordeste

# Sobre os autores

## **Antônio Félix de Souza Neto**

Possui graduação em Letras com dupla habilitação em português e inglês pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente, é professor assistente A2 da UFS. Desenvolve pesquisa de doutorado sobre as realizações africadas/palatalizadas no português do Brasil. Tem experiência em Linguística e atua principalmente nos seguintes temas: fonologia, sociolinguística, línguas crioulas e papiamentu de Curaçao.

## **Cristina dos Santos Carvalho**

É bacharel em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1993), possui licenciatura em Letras Vernáculas pela UFBA (1992), mestrado em Letras e Linguística pela UFBA (1997) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Atualmente, é professora titular da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística e Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: variação linguística, gramaticalização, funcionalismo e sentenças complexas.

## **Francisca da Cruz Rodrigues Pessoa**

Possui graduação em licenciatura plena em Letras com dupla habilitação em português e inglês pela Universidade Federal do Piauí (1995/2002), mestrado em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2008) e doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Atualmente, é professora da Faculdade São José, em Timon, e professora SE – II do Governo

do Estado do Piauí. Tem experiência na área de Linguística com ênfase em Teoria e Análise Linguística e atua principalmente nos seguintes temas: referência, anáfora pronominal, significação, heterogeneidade mostrada, arcaísmo, regionalismo, objeto indireto e dativos.

## **Jânia Martins Ramos**

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1977), doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1992), pós-doutorado na Universidade de São Paulo em História da Língua (2000) e pós-doutorado em História da Língua na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014). Foi coordenadora do GT de Sociolinguística e Dialectologia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (2004-2006) e editora da Revista da Associação Brasileira de Linguística no período de 2005 a 2009. Atua nas áreas de Sociolinguística e Dialectologia e Sintaxe Formal, desenvolvendo pesquisa sobre os seguintes temas: pronome, português do Brasil, mudança linguística, história da língua e variação linguística. Atualmente, é professor associado IV na UFMG.

## **Josane Moreira de Oliveira**

Tem graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1990), mestrado em Letras e Linguística pela UFBA (1999) e doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Fez estágio na École Normale Supérieure – Lettres et Sciences Humaines (ENS-LSH) de Lyon. Realizou pós-doutorado na UFBA (2016-2017), e é professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, e atua principalmente nos seguintes temas: língua portuguesa, sociolinguística, variação e mudança, gramaticalização, linguística histórica e comparação de variedades do português e de línguas. Integra o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS de 2010 a 2016. É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA.

## **Norma da Silva Lopes**

Possui pós-doutorado pela Universidade Estadual de Feira de Santana, doutorado em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (com bolsa sanduíche em Macau) e graduação, licenciatura e mestrado em Letras pela UFBA. Atualmente, é professora titular da Universidade do Estado da Bahia e professora

permanente do Programa de Pós-Graduação de Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia. Orienta estudantes em trabalhos de dissertações de mestrado e orientações de doutorado, supervisão de pós-doutorado, especialização, iniciação científica e conclusão de graduação. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em variação e mudança linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: sócio-história do português brasileiro, contribuição africana na formação do português brasileiro, concordância verbal e nominal variáveis e uso variável da língua.

## **Silvana Silva de Farias Araújo**

É professora adjunta do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e presidente da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares (ABECS, gestão 2015-2017). É doutora em Língua e Cultura (2014), mestre em Letras e Linguística (2005), especialista em língua portuguesa, gramática (2000) e licenciada em Letras Vernáculas (1999). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e no Mestrado Profissional em Letras, ambos na UEFS. É coordenadora do colegiado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – mestrado. É membro do grupo de pesquisa Constituição, Variação e Mudança do/no Português da UEFS, atuando nas linhas de pesquisa da constituição sócio-histórica do português brasileiro e variação e mudança no português. Orienta, além de dissertações de mestrado, trabalhos de iniciação científica e monografias de final de curso de graduação e de especialização. Participa de projetos voltados à formação do português brasileiro, com estudos sobre contato entre línguas, variedades africanas do português e variedades linguísticas do semiárido baiano (comunidades rurais, urbanas e rurbanas). Desenvolve pesquisas na área da sociolinguística, com destaque para variações morfossintáticas.

## **Suzana Alice Marcelino Cardoso**

Possui graduação em Letras Neolatinas pela Universidade Federal da Bahia (1960), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1979) e doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). É professor associado nível 1 da Universidade Federal da Bahia, professeur invité na Université Paris 13, UFR LSHS, professor emérito da Universidade Federal da Bahia e membro associado do LDI – Lexiques, Dictionnaires, Informatique da Université Paris 13. É editora emérita da Revista Estudos Linguísticos e Literários e membro do Conselho Editorial das revistas A Cor das Letras, Filologia e Linguística Portuguesa, RESLANG-Révue Électronique des Sciences du Langage e Ingá: Revista de Estudos Linguísticos e Literários. Foi co-

ordenadora do GT de sociolinguística da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (1992-1994) e presidente da Associação Brasileira de Linguística (1993-1995). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em língua portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: dialectologia, geolinguística, português do Brasil, língua portuguesa e variação. É diretora-presidente do Projeto Atlas Linguístico do Brasil e membro da Academia de Letras da Bahia, Cadeira 28.

# Apresentação

Este livro reúne alguns dos trabalhos que foram apresentados em mesas-redondas durante o VI Encontro de Sociolinguística, cujo tema foi “O português do Nordeste: (para além das) fronteiras linguísticas”, que ocorreu na Universidade do Estado da Bahia, em Salvador, nos dias 29 e 30 de setembro de 2016.

Assim, este *e-book* contém sete capítulos em que são analisados diferentes fenômenos linguísticos a partir de dados do português falado no Nordeste do Brasil.

No primeiro capítulo, “Que traçados faz o léxico do Nordeste?”, Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA/CNPq) tece considerações a partir de dados de cinco cartas lexicais que integram o volume 2 do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO et alii, 2014b). A autora analisa a variação das lexias para ‘tangerina’, ‘inflorescência da bananeira’, ‘galinha d’Angola’, ‘libélula’ e ‘bala’ nas capitais nordestinas, buscando identificar particularidades lexicais da área, assinalando os traços da região e mostrando a contribuição dos atlas linguísticos para o conhecimento da realidade lexical do País.

Analisando também dados das capitais nordestinas a partir do *Atlas Linguístico do Brasil*, no segundo capítulo, “O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB”, Josane Moreira de Oliveira (UEFS/UFBA) investiga a variação entre as formas de expressão do imperativo verbal nessa região com o objetivo de mapear o uso variável do imperativo, analisando a relação entre esse uso e as variáveis sociais sexo/gênero, faixa etária e escolaridade e verificando o papel de variáveis linguísticas que atuam na escolha das variantes (formas de indicativo ou formas de subjuntivo).

No terceiro capítulo, “O português popular do semiárido baiano: fundamentos teóricos, sócio-históricos e empíricos”, Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS) apresenta a história social do português brasileiro, com ênfase na formação do português popular, evidenciando que a presença de africanos no Brasil colonial e



imperial foi muito marcante para a constituição da realidade linguística brasileira e explicitando que aspectos socioculturais (demografia histórica, contato linguístico, urbanização e escolarização tardias) também foram determinantes para a configuração polarizada atual do português brasileiro.

No quarto capítulo, “Qual o efeito da escola no português de Salvador?”, Norma da Silva Lopes (UNEB) discute o efeito do trabalho escolar sobre os usos linguísticos variáveis, a partir de resultados de pesquisas que comparam diferentes escolhas de variantes de fenômenos diversos que fazem os falantes mais e os menos escolarizados de Salvador, atestando que, em relação a alguns aspectos da língua, a escola parece não interferir e concluindo que o estigma social das variantes concorre para que o efeito da escolarização seja mais ou menos garantido.

O quinto capítulo, “Gramaticalização e contexto morfossintático: o que *acham*, *olham* e *dizem* os soteropolitanos?”, de Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), traz uma análise, dos pontos de vista gramatical e semântico-pragmático, das novas funções codificadas pelos usos gramaticalizados dos verbos *achar*, *olhar* e *dizer* nos contextos de primeira, segunda e terceira pessoas do singular a partir de dados reais do português brasileiro, mais especificamente, da fala popular soteropolitana, extraídos do banco de dados do Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado de Salvador (PEPP).

No sexto capítulo, “Realizações palatalizadas ([tʃ] e [dʒ]) e/ou africadas palatais ([tʃ] e [dʒ]) e sua correlação com ditongos no Nordeste do Brasil”, Antônio Félix de Souza Neto (UFS) examina o contexto fonológico em que os segmentos [tʃ] e [dʒ] bem como [tʃ] e [dʒ] ocorrem depois dos decursos [ej], [oj], [uj] ou antes dos decursos [jA] e [jU]. A partir de dados de fala de cinco informantes de Aquidabã-SE, procede-se a uma análise fonética das realizações palatalizadas e/ou africadas palatais, com e sem a presença da vogal /i/ (o aproximante [j]) com os recursos do PRAAT e propõe-se um possível contínuo nas realizações desses fonemas.

Finalmente, o último capítulo, “Pesquisas variacionistas sobre o dialeto piauiense: panorama atual e perspectivas”, de Jânia Martins Ramos (UFMG/CNPq) e Francisca Pessoa (UFMG), traz resultados de análises variacionistas sobre o dialeto piauiense, com a identificação dos diferentes *corpora* e relacionando-os a aspectos sócio-históricos, econômicos e culturais da região. Apontam-se semelhanças e diferenças desse dialeto em relação a dialetos vizinhos e discute-se a relação entre a antiga e a atual capital do Estado do Piauí.

Assim, oferecemos ao leitor, a partir de estudos de variados aspectos e de variados quadros teórico-metodológicos, um panorama do português do Nordeste, região que se caracteriza por uma acentuada diversidade de língua, de lugar e de sociedade.

Desejamos uma excelente leitura e que este livro possibilite a troca saudável e enriquecedora de futuros diálogos científicos.

*As organizadoras*



# Conteúdo

Que traçados faz o léxico do Nordeste? (Considerações a partir do <i>Atlas linguístico do Brasil</i> ) .....	13
<i>Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA/CNPq)</i>	
O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB .....	27
<i>Josane Moreira de Oliveira (UEFS/UFBA)</i>	
O português popular do semiárido baiano: fundamentos teóricos, sócio-históricos e empíricos .....	45
<i>Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS)</i>	
Qual o efeito da escola no português de Salvador? A contribuição do estigma .....	73
<i>Norma da Silva Lopes (UNEB)</i>	
Gramaticalização e contexto morfossintático: o que <i>acham, olham</i> e <i>dizem</i> os soteropolitanos? .....	83
<i>Cristina dos Santos Carvalho (UNEB)</i>	
Realizações palatalizadas ([tʲ] e [dʲ]) e/ou africadas palatais ([tʃ] e [dʒ]) e sua correlação com ditongos no Nordeste do Brasil ....	107
<i>Antônio Félix de Souza Neto (UFS)</i>	

Pesquisas variacionistas sobre o dialeto piauiense: panorama atual e perspectivas .....	131
--	-----

*Jânia Ramos (UFMG/CNPq), Francisca Pessoa (PG/UFMG)*

## Que traçados faz o léxico do Nordeste? (Considerações a partir do *Atlas linguístico do Brasil*)

Suzana Alice Marcelino Cardoso  
(UFBA/CNPq)

### Introdução

A língua define o seu espaço pelos traços que revela nos deferentes níveis de abordagem através dos quais pode ser observada. Tal sentimento de “individualidade” é percebido mesmo pelos não especialistas nos estudos linguísticos. Eis por que se ouvem, com frequência, frases como “Fulano fala diferente de nós”, “Ele chia quando fala, nós não”, “O R deles é bem diferente do de cá”, “Aqui se chama por outro nome”, e por aí vão os exemplos de manifestação do falante não especialista nos estudos da linguagem. E isso se dá, exatamente, porque: (i) o aspecto fônico, a maneira como se realizam os fonemas, atinge o ouvido do falante e o faz perceber o que distingue as elocuições em um grupo de pessoas — os que têm um R retroflexo e outros que não o têm, por exemplo; (ii) o léxico mostra de forma mais concreta as diferenças de uso que, muitas vezes, interferem na comunicação — querer comprar *inhame* e não o encontrar porque as placas só indicam a venda de *cará*, denominação vigente para a raiz, em São Paulo, em contraposição à maneira de identificá-la entre nós; (iii) a sintaxe, ao mostrar as diferenças, em certos casos, estratifica, qualificando os falantes em mais próximos ou mais afastados da norma linguística — *a gente fomos* ao lado de *a gente foi*. Desse modo, podemos falar de uma língua vinculada a uma região geográfica, por exemplo, o falar gaúcho, a língua amazônica, a língua do Nordeste, exatamente porque a variedade de usos que se registra, em cada canto, revela os traços fonéticos da área, as preferências lexicais e as maneiras de construção da informação nos seus

variados modos de organização sintática, assegurando-lhe o caráter regional no uso da língua e a sua individualidade.

Com tal entendimento, busca-se examinar um dos níveis da língua, o relativo ao aspecto lexical no Nordeste, partindo de dados que nos oferece o *Atlas linguístico do Brasil* (CARDOSO et al., 2014a, 2014b), na tentativa de identificar que traçados faz o léxico dessa região a ponto de delinear essa área do território brasileiro, definindo os seus contornos e determinando os seus limites linguísticos.

## 1 A área pesquisada

Para tanto, examinam-se, prioritariamente, itens documentados nas capitais dos Estados do Nordeste a partir do que se registra no volume 2 do *Atlas linguístico do Brasil* (CARDOSO et al., 2014b), buscando (i) identificar particularidades lexicais da área, (ii) descrever itens do léxico que assinalam os traços da região e (iii) mostrar a contribuição dos atlas linguísticos para o conhecimento da realidade lexical do País.

Como já é do conhecimento, pelo menos da comunidade vinculada aos estudos do português brasileiro, o *Atlas linguístico do Brasil* se fundamenta em um *corpus* constituído a partir de dados coletados, *in loco*, a 1.100 informantes, distribuídos por 250 localidades que recobrem as diferentes regiões geográficas do país, como se tem proclamado, “do Oiapoque (ponto 1 da rede) ao Chuí (ponto 250)”. Essa caminhada compreende uma recolha iniciada em 2001 e concluída em 2013, depois de serem percorridos 257.851 km, pelas terras, pelas águas e pelos céus brasileiros, num trabalho conjunto empreendido pelas equipes regionais do ALiB, que constituem o que já tem um nome de batismo consagrado: *Família ALiB*.

Desse conjunto de informantes, 200 se situam nas capitais de Estado e se estratificam em duas faixas etárias — 18 a 30 anos e 50 a 65 anos —, em dois sexos e por dois níveis de escolaridade — informantes com nível de escolaridade fundamental e universitário. A presença de dois níveis de escolaridade apenas nas capitais se justifica pela inexistência de condições que assegurassem, nos mais longínquos rincões, idêntico perfil para os informantes. Por outro lado, a abordagem de informantes de apenas duas faixas etárias, as extremas, desprezando-se a intermediária, resulta de posição metodológica assumida no sentido de reduzir dificuldades (custo, tempo de execução) na coleta de dados. A opção, portanto, por faixas extremas permite atingir-se o tipo de confronto desejado.

Das informações, respostas aos questionários, já cartografadas no volume 2, nos ocupamos neste texto, tomando para exame algumas das cartas lexicais cujos dados revelam a realidade das nove capitais nordestinas, sobre as quais se fornecem breves informações.

## 2 Breve informação sobre as capitais do Nordeste

O volume 1 do *Atlas linguístico do Brasil* (CARDOSO et al., 2014a) traz um conjunto de informações sobre o histórico e a metodologia do Projeto e o volume 2 (CARDOSO et al., 2014b), na parte introdutória, nos oferece informações específicas sobre as capitais, cujos dados são objeto da cartografia nesse volume. Do estudo que faz Isquerdo, extraímos o que a seguir se apresenta, visando a uma breve caracterização de cada uma das cidades consideradas.

Tendo em vista a época de surgimento, das nove capitais do Nordeste, quatro delas — Salvador, Recife, João Pessoa e Natal — datam do século XVI. Quatro outras — Maceió, Fortaleza, São Luís e Teresina — têm a sua fundação no século XVII. A nona das capitais, Aracaju, surge no século XIX (cf. ISQUERDO, p. 11. In: CARDOSO et al., 2014b). Como se pode observar, as oito primeiras capitais tiveram origem no Brasil colônia e apenas Aracaju surge no período republicano. Esse aspecto relativo à cronologia da fundação pode ter reflexos na própria variedade de uso da língua que se instala em cada região.

Do ponto de vista da denominação que recebe cada uma delas, Isquerdo (In: CARDOSO et al., 2014b, p. 23) reúne as capitais considerando o motivo, a causa da denominação. Assim, identifica aquelas que remetem a sentimento religioso — Salvador, São Luís; as que se apresentam como nomes descritivos da natureza física — Aracaju, Maceió, Recife; e nome que remete à atividade profissional — Fortaleza.

Quanto à recolha dos dados nas capitais, deu-se em um período continuado, o que assegura não distanciamento na coleta das informações. Por considerar três variáveis na composição dos informantes das capitais — sexo, idade e escolaridade —, deliberou-se por apresentar, inicialmente, o conjunto de resultados das capitais, conforme se configura no volume 2, já publicado, e nos volumes 3, 4 e 5, em fase de preparação.

Postas essas considerações iniciais, passa-se ao exame de algumas características do léxico do Nordeste.

## 3 Aspectos do léxico do Nordeste brasileiro

Examina-se, para as considerações que se fazem a seguir, um conjunto de cinco cartas linguísticas lexicais que integram o Volume 2 do *Atlas linguístico do Brasil* (CARDOSO et al., 2014b), assim identificadas: L05 e L05a a L05e (TANGERINA), L07 e L07a a L07e (INFLORESCÊNCIA DA BANANEIRA), L11 e L11a a L11e (GALINHA D'ANGOLA), L12 e L12a a L12e (LIBÉLULA) e L24 (BALA). Para os quatro primeiros casos tomamos a carta geral referente ao Brasil e as relativas a cada uma das cinco regiões geográficas, e para o último, a carta geral do Brasil. As cartas gerais registram o conjunto de variantes com maior índice



de ocorrência nas capitais e as regionais, o que é específico daquela área, registro que se faz quando as denominações dadas ao item semântico-lexical considerado se apresentam de forma representativa em cada uma das regiões. Para atender a esse critério de disposição das informações, apresentam-se, a seguir, quadros gerais nos quais constam os resultados de todas as capitais, agrupadas por região geográfica, para, a seguir, tecerem-se considerações sobre a realidade específica de cada área geográfica.

### 3.1 Considerações gerais sobre as cartas selecionadas

Registram-se, nas capitais brasileiras, nove denominações para TANGERINA — Cartas L05 e L05a a L05e —, das quais três delas estão presentes em todas as regiões geográficas, como se vê indicado no Quadro 1<sup>1</sup>.

**Quadro 1** Denominações para TANGERINA nas capitais brasileiras.

<b>Variantes</b> \ <b>Região</b>	<b>NORTE</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>CENTRO- -OESTE</b>	<b>SUDESTE</b>	<b>SUL</b>
<i>tangerina</i>	X	X	X	X	X
<i>mexerica</i>	X	X	X	X	X
<i>poncã</i>	X	X	X	X	X
<i>naricote</i>			X	X	
<i>laranja-cravo</i>		X			
<i>tanja</i>		X			
<i>carioquinha</i>				X	
<i>bergamota</i>					X
<i>mimosa</i>					X

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborado pela autora.

Para a INFLORESCÊNCIA DA BANANEIRA, Cartas L07 e L07a a L07e, documenta-se um total de 13 variantes, observando-se que a Região Nordeste se apresenta como a mais pródiga, com o registro de um conjunto de nove denominações.

1 A enumeração das variantes nos quadros-resumo dos dados das cartas se faz a partir do que registra a carta geral, referentes a todas as capitais, a que se seguem os registros regionais, a começar da Região Norte.

**Quadro 2** Denominações para Inflorescência da Bananeira nas capitais brasileiras.

<b>Região</b> <b>Variantes</b>	<b>NORTE</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>CENTRO- -OESTE</b>	<b>SUDESTE</b>	<b>SUL</b>
<i>mangará</i>	X	X			
<i>umbigo</i>	X	X	X	X	X
<i>flor da banana</i>	X		X	X	
<i>flor da bananeira</i>		X			X
<i>coração da bananeira</i>		X			
<i>coração do boi</i>					X
<i>coração do cacho</i>			X		
<i>pendão</i>		X			
<i>buzo da bananeira</i>		X			
<i>mangai</i>		X			
<i>pêndulo</i>		X	X		
<i>buzina</i>		X		X	
<i>coração</i>				X	

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborado pela autora.

GALINHA D'ANGOLA, Cartas L11 e L11a a L11e, apresenta um conjunto de 13 variantes, observando-se que apenas uma delas — *galinha d'angola* — se documenta em todas as regiões. Mais uma vez, a Região Nordeste figura como a mais produtiva uma vez que apresenta oito variantes para denominar essa ave, como se vê no Quadro 3.

**Quadro 3** Denominações para GALINHA D'ANGOLA nas capitais brasileiras.

<b>Região</b> <b>Variantes</b>	<b>NORTE</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>CENTRO- -OESTE</b>	<b>SUDESTE</b>	<b>SUL</b>
<i>galinha d'angola</i>	X	X	X	X	X
<i>tô-fraco</i>	X	X		X	X
<i>capote</i>	X	X			
<i>guiné</i>		X			

(continua)

**Quadro 3** Denominações para GALINHA D'ANGOLA nas capitais brasileiras (*continuação*)

Variantes \ Região	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
<i>picote</i>	X				
<i>capote</i>					
<i>capão</i>		X			
<i>galinha d'água</i>		X			
<i>saqué</i>		X			
<i>catraia</i>		X			
<i>galinhola</i>				X	
<i>angolista</i>					X
<i>cocar</i>			X		

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborado pela autora.

O ALiB registra nas Cartas L12 e L12a a L12e — LIBÉLULA um amplo conjunto de variantes, num total de 18 formas documentadas, das quais 10 se localizam na Região Nordeste, que se tem revelado pródiga no criar nomes para itens semântico-lexicais, como se mostra no Quadro 4.

**Quadro 4** Denominações para LIBÉLULA nas capitais brasileiras.

Variantes \ Região	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
<i>libélula</i>		X	X	X	X
<i>helicóptero</i>		X	X	X	X
<i>bate-bunda</i>			X		
<i>lava-bunda</i>			X	X	X
<i>lava-cu</i>		X			
<i>jacinta</i>					
<i>zigue-zigue</i>		X			
<i>cigarra</i>				X	X

(*continua*)

**Quadro 4** Denominações para LIBÉLULA nas capitais brasileiras (*continuação*)

Região \ Variantes	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
<i>cavalo-do-cão</i>		X			
<i>lavadeira</i>				X	
<i>cachimbal</i>		X			
<i>cavalo</i>		X			
<i>catirina</i>		X			
<i>macaco</i>		X			
<i>mané-magro</i>		X			
<i>besouro</i>					X
<i>assa-peixe</i>			X		
<i>olho de peixe</i>			X		

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborado pela autora.

A tão apreciada pelas crianças, e por muitos adultos também, *bala* tem no território brasileiro um perfil de variantes bem definidas do ponto de vista espacial, como se vê do que nos fornece a Carta L24 — BALA, que mostra um conjunto de cinco denominações, das quais prevalece *bala*, documentada em todas as regiões geográficas.

**Quadro 5** Denominações para BALA nas capitais brasileiras.

Região \ Variantes	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
<i>bala</i>	X	X	X	X	X
<i>bombom</i>	X	X			
<i>caramelo</i>		X	X		
<i>confeito</i>		X			
<i>queimado</i>		X			

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborado pela autora.

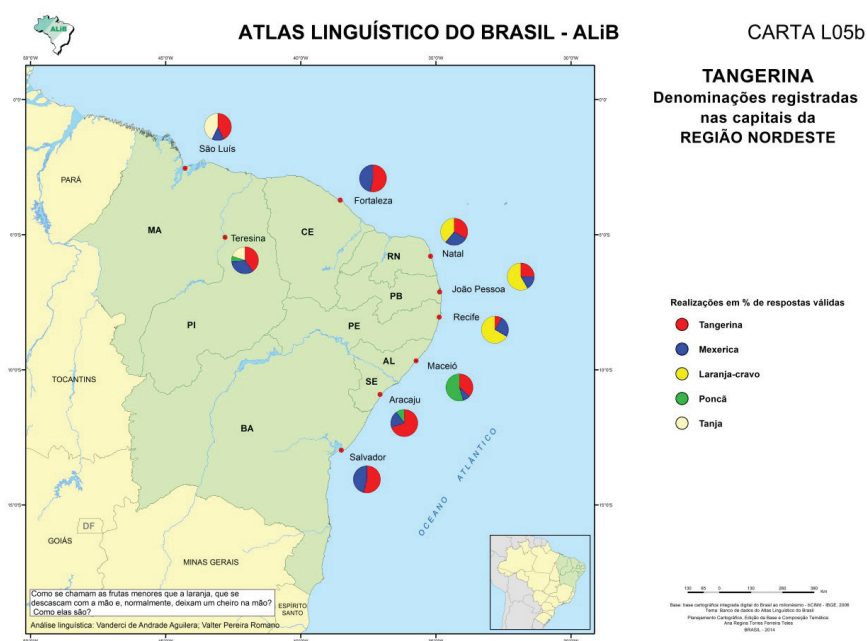
Da síntese das informações constantes dos Quadros 1 a 5 apresenta-se, em destaque, o conjunto de variantes que só se registram no Nordeste, distribuídas pelas capitais onde se documentam (Quadros 6 a 10), e se fornece, após cada

quadro, a carta relativa a essa região geográfica, exceto após o último item tratado — BOMBOM — do qual se fornece uma única carta, a geral para todo o Brasil.

**Quadro 6** TANGERINA: ocorrências específicas no Nordeste.

<b>Capitais</b> \ <b>Variantes</b>	<i>Tanja</i>	<i>laranja cravo</i>
São Luís	X	
Teresina	X	
Fortaleza		
Natal		X
João Pessoa		X
Recife		X
Maceió		
Aracaju		
Salvador		

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborado pela autora.



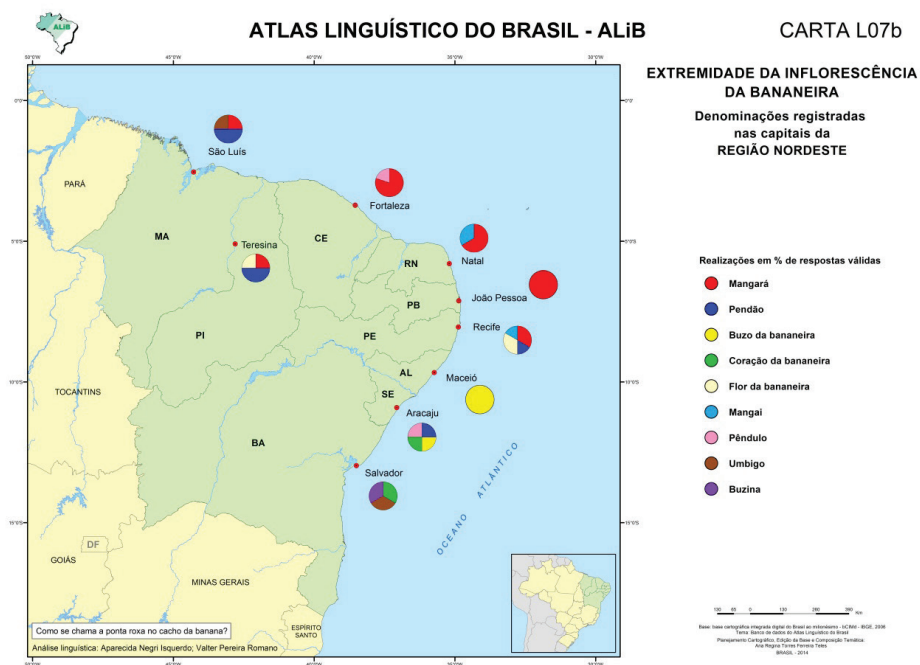
**Figura 1**

Fonte: CARDOSO et al. 2014b, p. 163.

**Quadro 7** Inflorescência da bananeira: ocorrências específicas no Nordeste.

Capitais \ Variantes	<i>pendão</i>	<i>buzo da bananeira</i>	<i>mangai</i>
São Luís			
Teresina			
Fortaleza			
Natal			X
João Pessoa			
Recife			X
Maceió		X	
Aracaju	X	X	
Salvador			

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborado pela autora.



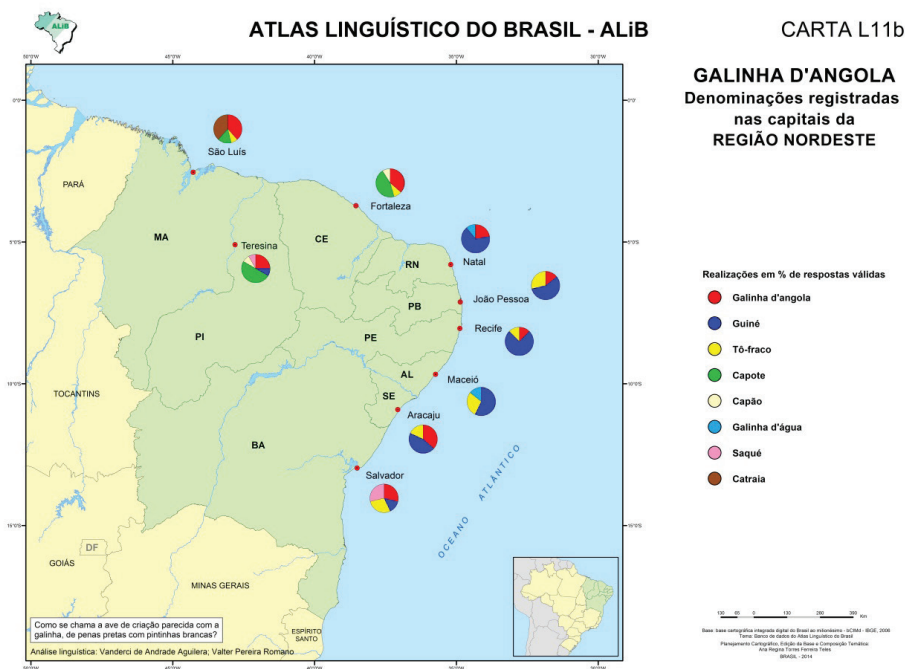
**Figura 2**

Fonte: CARDOSO et al. 2014b, p. 177.

**Quadro 8 GALINHA D'ANGOLA: ocorrências específicas no Nordeste.**

Variantes	<i>guiné</i>	<i>capão</i>	<i>galinha d'água</i>	<i>saqué</i>	<i>catraia</i>
São Luís					X
Teresina	X	X		X	
Fortaleza		X			
Natal	X		X		
João Pessoa	X				
Recife	X				
Maceió	X		X		
Aracaju	X				
Salvador	X			X	

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborada pela autora.

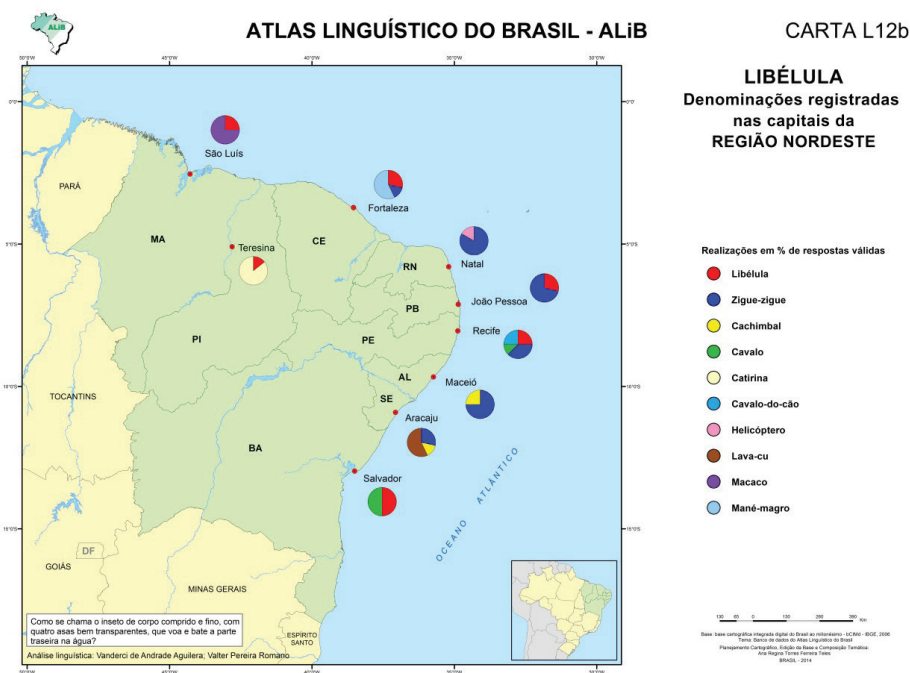
**Figura 3**

Fonte: CARDOSO et al. 2014b, p. 195.

**Quadro 9** LIBÉLULA: ocorrências específicas no Nordeste.

Capitais	Variantes	zigue-zigue	cachim-bal	catirina	lava-cu	macaco	mané-magro
São Luís						X	
Teresina				X			
Fortaleza		X					X
Natal		X					
João Pessoa		X					
Recife		X					
Maceió		X	X				
Aracaju		X	X		X		
Salvador							

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborado pela autora.



**Figura 4**

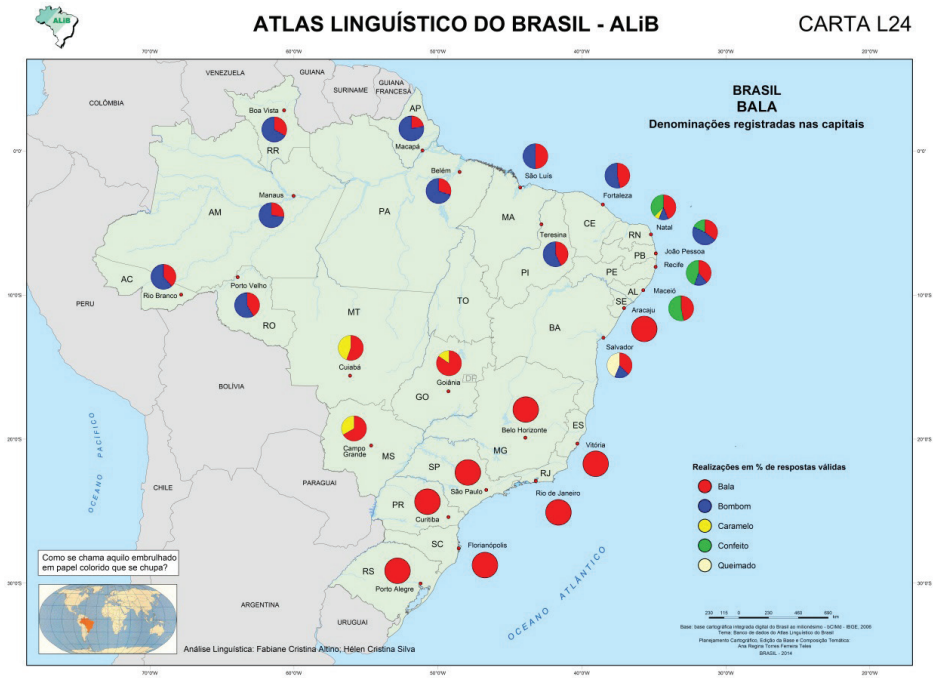
Fonte: CARDOSO et al. 2014b, p. 207.



**Quadro 10** BALA: ocorrências específicas no Nordeste.

<b>Capitais</b> \ <b>Variantes</b>	<b>Confeito</b>	<b>Queimado</b>
São Luís		
Teresina		
Fortaleza		
Natal	<b>X</b>	
João Pessoa	<b>X</b>	
Recife	<b>X</b>	
Maceió	<b>X</b>	
Aracaju		
Salvador		<b>X</b>

Fonte: CARDOSO et al., 2014b. Elaborado pela autora.



**Figura 5**

Fonte: CARDOSO et al. 2014b, p. 327.

As variantes registradas nos Quadros 6 a 10 mostram um conjunto de formas cuja ocorrência se dá apenas na Região Nordeste, como exibem as cartas linguísticas reproduzidas, e assim podem ser resumidas:

TANGERINA: *tanja, laranja cravo*

INFLORESCÊNCIA DA BANANEIRA: *pendão, buzo da bananeira, mangai*

GALINHA D'ANGOLA: *guiné, capão, galinha d'água, saqué, catraia*

LIBÉLULA: *zigue-zigue, cachimbal, catirina, lava-cu, macaco, mané-magro*

BALA: *confeito, queimado*

Esse breve passeio sobre os registros selecionados mostra-nos que a Região Nordeste, no que diz respeito ao léxico e considerando as cartas examinadas, apresenta traços peculiares que a identificam perante as demais e configuram o seu perfil<sup>2</sup>.

## 4 Reflexões finais

O exame de apenas cinco cartas do *Atlas linguístico do Brasil*, só com dados das capitais, nada obstante a dimensão do *corpus* selecionado, já faz algumas revelações sobre o léxico do português brasileiro.

Inicialmente, observa-se que no rol das capitais brasileiras, pode-se identificar, nesse conjunto de cartas, variantes ocorrentes apenas nas capitais do Nordeste, como se mostrou nos Quadros 1 a 5.

Das variantes específicas dessa região, verifica-se que algumas se expandem por maior número de capitais, como mostram os índices de ocorrência de: *guiné*, em sete capitais; *zigue-zigue*, em seis; *confeito*, em quatro, e *laranja cravo* em três. Das variantes destacadas, observa-se que todas elas se fazem presentes num *continuum* de três das capitais — Natal, João Pessoa e Recife —, todas fundadas no século XVI. Desse mesmo século tem-se ainda Salvador, que, no entanto, não

2 Sobre o conjunto de variantes referentes a itens lexicais apresentados nas cartas linguísticas trazidas à consideração neste trabalho, estudos têm sido produzidos. Podem ser consultados: a recente publicação de Vanderci de Andrade Aguilera, Maria do Socorro Aragão, Aparecida Negri Isquierdo e Jacyra Andrade Mota, *Varição fônica e léxico-semântica no português do Brasil a partir de dados do projeto ALiB* (In: SÁ JÚNIOR, Lucrécio Araújo de, MARTINS, Marco Antônio (org.). *Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 73-95); o artigo de Conceição de Maria de Araújo Ramos, José de Ribamar Mendes Bezerra, Maria de Fátima Sopas Rocha e Mírian Rodrigues Reis, *No céu do Maranhão, cruzam-se catirinas, tingas e pragas: um estudo semântico-lexical da fauna maranhense* (In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; PAIM, Marcela Moura Torres. *Documentos 3*. Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Vento Leste, 2012. p. 263-280) e, acrescente-se, o Volume 3 do *Atlas linguístico do Brasil*, voltado para comentários às cartas linguísticas publicadas no Volume 2, no prelo.

acompanha integralmente as demais, seguindo-as apenas no que se refere ao registro de *guiné*.

Salvador parece situar-se numa posição diferenciada em relação às demais capitais da região, pelo menos no que se refere a essas cartas tomadas para análise. Das 18 variantes aqui trazidas para cinco itens semântico-lexicais, Salvador compartilha apenas com duas delas — *guiné* e *saqué* —, referentes a dois dos itens, uma vez que a terceira — *queimado* —, que se registra nessa capital, é exclusiva da sua área.

De forma similar a Salvador, São Luís, nesses cinco casos examinados, comparece com três variantes, duas das quais são específicas dessa capital — *catraia* e *macaco* — e apenas uma — *tanja* — é comum a essa capital e a Teresina. Verificados casos, em outras cartas, que apresentem esse mesmo perfil, há de se perguntar se São Luís não estaria, do ponto de vista linguístico, mais próxima da região Norte. É uma resposta a se buscar, oportunamente.

Com essa pequena amostra, pode-se concluir dizendo da importância dos estudos geolinguísticos para a identificação de áreas dialetais e para o entendimento da formação linguística do território brasileiro.

## Referências

- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino Cardoso et al. *Atlas linguístico do Brasil*. v. 1. Introdução. Londrina: EDUEL, 2014a.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino Cardoso et al. *Atlas linguístico do Brasil*. v. 2. Cartas linguísticas 1. Londrina: EDUEL, 2014b.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Capitais brasileiras: um olhar para a história da cidade e a história do nome. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino Cardoso et al. *Atlas linguístico do Brasil*. v. 2. Cartas linguísticas 1. Londrina: EDUEL, 2014b, p. 11-27.

## O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB

Josane Moreira de Oliveira  
(UEFS/UFBA)<sup>1</sup>

### Introdução

Dentre os muitos fenômenos variáveis que caracterizam o português brasileiro está a expressão do imperativo verbal, que pode ser realizado com a forma associada ao modo indicativo (Me *dá* um guaraná aí!, Não *faz* barulho!, Não *faz* zoadá!, *Vem* tomar café comigo!) ou com a forma associada ao modo subjuntivo (Por favor, me *dê* um guaraná aí!, Não *faça* barulho!, *Venha* tomar café conosco!).

Alguns estudos já documentaram e analisaram o uso variável do imperativo gramatical em diferentes localidades do Brasil (FARACO, 1986; SCHERRE et alii, 2000; MATTOS e WICKERT, 2003; SCHERRE, 2004a; SCHERRE, 2004b; CARDOSO, 2004; LIMA, 2005; SCHERRE, 2007; SCHERRE et alii, 2007; SCHERRE, 2008; CARDOSO, 2009; EVANGELISTA, 2009; ROST-SNICHELOTTO, 2009; CARDOSO e SCHERRE, 2011; CARDOSO, 2012).

A variação entre formas do indicativo (*fala, bebe, sai*) e formas do subjuntivo (*fale, beba, saia*) para expressar o imperativo está diretamente associada à variação no uso desses modos em orações subordinadas (ALVES NETA, 2000; MEIRA, 2006; CARVALHO, 2007; BARBOSA, 2011; PIMPÃO, 2012) e à variação dos pronomes pessoais *tu* e *você* (PAREDES SILVA, 2000; SCHERRE, 2008). Entretanto o que se observa no português brasileiro é um uso divergente do que preconiza a tradição gramatical, pois formas do indicativo, prescritas para o pronome *tu*, são empregadas associadas ao pronome *você*. Tal afirmação, embora o

---

1 Professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Feira de Santana (graduação e pós-graduação) e da Universidade Federal da Bahia (pós-graduação). Integrante do Projeto ALiB, desenvolve pesquisas na área da Sociolinguística.

imperativo dispense o uso do pronome, pode ser feita a partir do que já se sabe sobre a distribuição, pelo menos diatópica, da variação *tu ~ você* (SCHERRE et alii, 2013), inclusive na Carta M02 ‘Tratamento do interlocutor’ (*Tu e você*, nas capitais), que integra o volume 2 (p. 59) do *Atlas linguístico do Brasil* (CARDOSO et alii, 2014b).

Assim, os objetivos desta pesquisa são: a) mapear o uso variável do imperativo no Brasil; b) analisar a relação entre esse uso e as variáveis sociais sexo/gênero, faixa etária e escolaridade; c) analisar o papel de variáveis linguísticas que atuam na escolha das variantes; e d) verificar relações entre áreas dialetais de *tu* e/ou *você* com áreas dialetais de formas de indicativo e/ou formas de subjuntivo.

Para tanto, a partir do quadro teórico-metodológico da sociolinguística variacionista (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]) e da geolinguística pluridimensional, são examinados dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

Esta pesquisa se justifica não só por contribuir com o Projeto ALiB mas também por investigar um fenômeno que se apresenta variável dentro do Nordeste. Salvador, por exemplo, caracteriza-se pelo uso da forma de imperativo verbal associada ao subjuntivo, ao passo que São Luís, por exemplo, caracteriza-se pela realização do imperativo verbal associado ao indicativo (OLIVEIRA, 2015). Muitos falantes são reconhecidos e, às vezes, discriminados pela sua forma de falar. E a realização do imperativo verbal com a forma de subjuntivo é um dos traços considerados como marcas regionais. Uma evidência disso é o fato de os falantes do Sudeste, pelo menos os das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, considerarem os baianos “folgados<sup>2</sup> e mandões”. Mapear, portanto, geo-sociolinguisticamente a Região Nordeste contribuirá para uma descrição da realidade linguística da população brasileira. Só a partir de uma visão com base em dados empíricos é que se pode discutir e combater o preconceito linguístico e (re)pensar a postura do professor e o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa em relação à variação linguística.

Especificamente neste texto, apresentam-se os resultados da análise dos dados das capitais do Nordeste brasileiro, região em que o fenômeno se configura como variável e onde se documenta um uso ainda produtivo do imperativo associado à forma de subjuntivo (OLIVEIRA, 2015).

## 1 O imperativo verbal no Brasil

De acordo com a prescrição gramatical, o modo imperativo, que não se aplica à primeira pessoa do singular, expressa ordem, desejo, pedido, conselho, instru-

2 No sentido de “autoritários” (experiência vivida pela autora).

ção etc. e apresenta-se sob duas formas: imperativo afirmativo e imperativo negativo. O imperativo afirmativo é formado a partir do presente do indicativo (para a segunda pessoa do singular e para a segunda pessoa do plural) e do presente do subjuntivo (para as demais pessoas). No caso das segundas pessoas, deve-se suprimir o -s final das formas do presente do indicativo. O imperativo negativo é formado a partir do presente do subjuntivo (para todas as pessoas). Assim, o modo imperativo seria formado como exemplificado com o verbo *cantar*, no Quadro 1, a seguir:

**Quadro 1** Formação do modo imperativo segundo a prescrição gramatical.

Imperativo afirmativo	Imperativo negativo
canta (tu)	não cantes (tu)
cante (você)	não cante (você)
cantemos (nós)	não cantemos (nós)
cantai (vós)	não canteis (vós)
cantem (vocês)	não cantem (vocês)

No português brasileiro atual, observa-se o desuso do pronome *vós* e, conseqüentemente, das formas verbais a ele associadas. Além disso, como dito na Introdução deste texto, há uma alternância dos pronomes *tu* e *você* em referência à segunda pessoa do singular e há uma alternância entre os modos indicativo e subjuntivo em estruturas de subordinação.

Segundo a prescrição da gramática tradicional, a forma imperativa subjuntiva (*pegue, diga, vá*) deveria ser usada associada ao pronome de segunda pessoa *você*, ao passo que a forma imperativa indicativa (*pega, diz, vai*) deveria ser usada quando o falante usa o *tu* como pronome de segunda pessoa. Entretanto, na fala cotidiana dos brasileiros, essa regra da chamada “norma padrão” não é sempre seguida.

No caso do imperativo verbal, documenta-se uma variação entre as formas de indicativo e subjuntivo na segunda pessoa do singular que não condiz necessariamente com a distribuição do emprego de *tu* e *você*. Ou seja, em comunidades que usam, preferencialmente, o *você*, atesta-se o predomínio da forma indicativa (prescrita para o pronome *tu*), como é o caso do Sudeste e do Centro-Oeste do Brasil (SCHERRE et alii, 2007).

Segundo Scherre et alii (2007), que assumem a terminologia “imperativo verdadeiro” para a forma de indicativo e “imperativo supletivo” para a forma de subjuntivo, a alternância entre essas formas verbais é um marcador geográfico e independe de maior ou menor grau de distanciamento entre os interlocutores, diferentemente do que se atesta para o português europeu:

Enquanto formas do imperativo verdadeiro predominam no Sudeste, no Centro-Oeste e em áreas do Sul, formas do imperativo supletivo são mais frequentes no Nordeste. Além disso, depreende-se uma situação em que o traço [+ distanciamento], verificado na expressão do imperativo no português europeu, em articulação com o sistema pronominal, não parece ser relevante ou se evidencia mais difuso e menos codificado no português brasileiro. (SCHERRE et alii, 2007, p. 204)

Assim, o que se observa é que, num mesmo contexto discursivo, ambas as formas (de indicativo e de subjuntivo) podem ser empregadas, como atestam os exemplos das falas de Brasília (1) e (2) e Fortaleza (3) e (4) apresentados pelos autores supracitados (SCHERRE et alii, 2007, p. 206):

- (1) Ah! É? Então *faz* o que você quiser!
- (2) *Faça* aquilo que você achar melhor!
- (3) Mulher, me *diz* aí o dia que tu vem com a Tânia!
- (4) *Olhe* minha filha mas... se ele num tem problema não... eu mandei ele fazer esse teste pra saber comé ele está, mas ele já está matriculado no Batista... Tu já pensou...

Essa mesma alternância é verificada também em dados de língua escrita. Analisando peças teatrais, Sampaio (2004) atesta uma distribuição geográfica das formas de imperativo verbal: peças cariocas apresentam até 95% de uso da forma de indicativo e peças baianas apresentam até 83% de uso da forma de subjuntivo (SAMPAIO, 2004, p. 148-157).

Considerando, pois, que a variação na expressão do imperativo verbal, além de contar com a atuação de variáveis linguísticas estruturais, é marcadamente influenciada pela variável diatópica, atestando muitos trabalhos o predomínio do uso da forma de subjuntivo no Nordeste, esta pesquisa centra-se nessa região, analisando dados, primeiramente, das capitais de Estado em inquéritos recolhidos do Projeto ALiB.

## 2 Aporte teórico-metodológico

No começo do século XIX, a Dialectologia se firma como ramo dos estudos linguísticos, assumindo uma metodologia de cunho monodimensional que prioriza a diatopia e considera como *locus* privilegiado da investigação áreas rurais, como se vê no *Atlas linguístico da França* (1902-1910). Tal linha metodológica expande-se pela Europa e chega, também, à América.

Embora a importância das variáveis sociais, como sexo/gênero, faixa etária e escolaridade, se tenha feito sentir desde os primeiros momentos – o Abbé Rousselot, em finais do século XIX, já manifestava esse tipo de preocupação –, os

resultados cartografados não registravam essa variação. É o atlas de Hans Kurath, o *Linguistic atlas of New England*, elaborado entre 1939-1943, que inaugura a presença de outras variáveis, que não a diatópica, nas cartas linguísticas, marcando, assim, o caminho da pluridimensionalidade.

Tal tendência metodológica vem a ganhar corpo, particularmente, a partir dos anos 60 do século XX, momento em que a Sociolinguística Variacionista, liderada por William Labov, dá ênfase à relação língua – fatores sociais, contribuindo para a implementação de novas diretrizes na metodologia dialetal, sobretudo no que diz respeito à exclusividade dada, no seu início, à dimensão horizontal (geográfica) na análise da fala. Os estudos geolinguísticos começaram, então, a adotar não só alguns pressupostos metodológicos da Sociolinguística (as variáveis sociais) como também sentiram a necessidade de incluir diferentes níveis de interlocução, buscando documentar a variação diafásica, como bem ilustram o *Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay*, publicado por Thun e Elizaincín, em 2000, e o *Atlas lingüístico do Brasil*, projeto em desenvolvimento.

A ideia do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) foi retomada em 1996, no *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, ocasião em que foram apontadas três razões para o seu empreendimento: a) a inexistência de uma caracterização geral do português do Brasil a partir de dados coletados *in loco*; b) a ausência de dados que permitissem traçar uma divisão dialetal do País; e c) a necessidade do conhecimento da multidimensionalidade da língua do País para precisar e demarcar espaços geolinguísticos e para um melhor equacionamento da realidade de cada área e do ensino de Língua Portuguesa (CARDOSO, 1996). A seguir, descreve-se sumariamente a metodologia adota pelo Projeto ALiB.

## 2.1 O projeto ALiB

O Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) objetiva cartografar o país, documentando e analisando o português brasileiro em vários níveis linguísticos. Utilizando uma metodologia pluridimensional, investiga os vinte e seis estados brasileiros e considera, ao lado da variável diatópica, outras variáveis sociais, tais como sexo/gênero, faixa etária e escolaridade do informante.

O ALiB, projeto nacional de caráter interinstitucional, nasce, então, com objetivos linguísticos e também político-sociais, a seguir elencados: a) descrever a realidade da língua portuguesa do Brasil; b) estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil; c) examinar os dados coletados em interface com outros ramos do conhecimento (história, sociologia, antropologia etc.) para fundamentar posturas teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento do português brasileiro; d) oferecer um volume de dados aos lexicógrafos, gramáticos, autores de livros didáticos, professores e demais interessados pelos



estudos linguísticos; e e) contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 16).

Deu-se, então, curso ao cumprimento do Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que apresenta, em seu Artigo 3º, como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, determinação regulamentada pela Portaria nº 536, de 20 de maio do mesmo ano.

Atualmente, todo o *corpus* já está constituído e os dois primeiros volumes – Volume I - Introdução e Volume II - Cartas linguísticas – do ALiB já foram publicados (CARDOSO et alii, 2014a e 2014b, respectivamente). O Projeto tem contado com o apoio financeiro de órgãos como CNPq<sup>3</sup>, CAPES<sup>4</sup>, FAPESB<sup>5</sup> e Fundação Araucária<sup>6</sup> bem como com o auxílio proveniente das universidades de origem dos pesquisadores envolvidos.

Foram realizadas gravações com 1.100 informantes distribuídos por 250 localidades espalhadas pelos 8.500.000 km<sup>2</sup> do país, aí incluídas todas as capitais (com exceção de Palmas – TO e Brasília – DF por serem cidades novas, a primeira criada em 1989 e a segunda fundada em 1960), perfazendo um total de aproximadamente 3.300 horas de gravação. Os informantes são estratificados pelos dois sexos/gêneros, por duas faixas etárias (Faixa 1: 18 a 30 anos e Faixa 2: 50 a 65 anos) e por dois níveis de escolaridade (fundamental e universitário).

Quanto às entrevistas, foram aplicados um questionário fonético-fonológico (incluindo questões de prosódia), um questionário semântico-lexical (versando sobre várias áreas temáticas) e um questionário morfossintático, além de questões de pragmática, de discursos semidirigidos (com relatos pessoais), de perguntas metalinguísticas e de um texto para leitura. Os inquéritos têm duração aproximada de três horas de gravação.

Neste momento do Projeto ALiB, diversos pesquisadores de todo o País analisam variados fenômenos linguísticos em dados do *corpus* e estão em andamento os próximos volumes do ALiB.

## 2.2 As variáveis controladas

Para esta pesquisa, foram recolhidos dados de um total de 72 informantes distribuídos pelos dois sexos/gêneros, por duas faixas etárias (18-30 anos e 50-65 anos) e por dois níveis de escolaridade (nível fundamental e nível universitário),

3 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (antigo Conselho Nacional de Pesquisa).

4 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

5 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

6 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

sendo 8 de cada capital (São Luís-MA, Teresina-PI, Fortaleza-CE, Natal-RN, João Pessoa-PB, Recife-PE, Maceió-AL, Aracaju-SE e Salvador-BA).

Como se trata de uma pesquisa de cunho geo-sociolinguístico, foram consideradas, além da variável diatópica (as nove capitais nordestinas já listadas), variáveis linguísticas e sociais para a análise do fenômeno, que estão apresentadas no Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2** Variáveis linguísticas e sociais controladas.

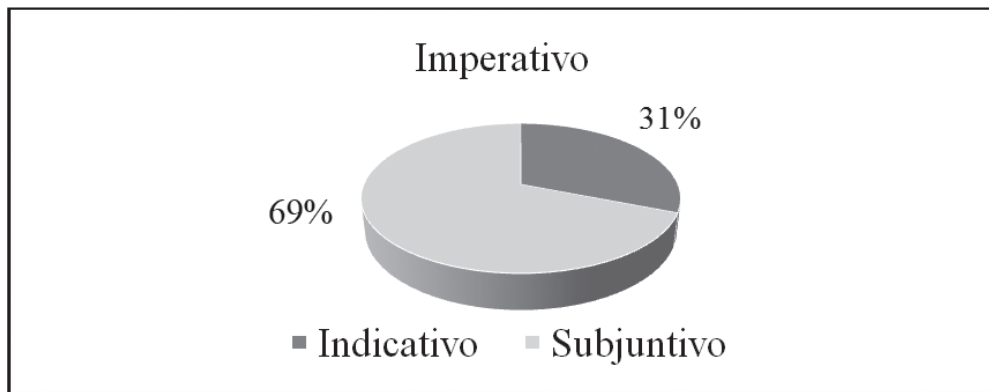
<b>Variáveis linguísticas</b>	<b>Variáveis sociais</b>
<u>Polaridade da sentença:</u> imperativo afirmativo, imperativo negativo	<u>Escolaridade:</u> nível fundamental, nível superior
<u>Extensão fonológica do verbo:</u> 1 sílaba, 2 sílabas, 3 sílabas, 4 ou mais sílabas	<u>Sexo/gênero:</u> masculino, feminino
<u>Paradigma verbal:</u> verbos regulares, verbos irregulares	<u>Faixa etária:</u> 18 a 30 anos (faixa 1), 50 a 65 anos (faixa 2)
<u>Clíticos:</u> próclise, ênclise, ausência	

A análise quantitativa dos dados foi feita com o auxílio do Programa Gold-Varb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005), ferramenta computacional utilizada para a análise estatística de fenômenos linguísticos variáveis, que gera como resultados não só a frequência dos dados mas também os pesos relativos de cada fator controlado nas variáveis.

Considerando que a forma de imperativo associada ao subjuntivo é a mais conservadora e a que predomina no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 2015), assumiu-se como regra de aplicação a forma do indicativo (considerada inovadora, quando associada ao pronome *você*, que também predomina nas capitais da região analisada), com o intuito de verificar quais os contextos de sua entrada e espraiamento no sistema linguístico.

### 3 Análise dos dados

Ouvidos os 72 inquéritos, foram levantados 753 dados, sendo 233 de imperativo com a forma de indicativo (31%) e 520 de imperativo com a forma de subjuntivo (69%), como ilustrado no Gráfico 1, a seguir:



**Gráfico 1** Distribuição geral dos dados.

Submetendo os dados à rodada no GoldVarb X, tendo como regra de aplicação a forma de imperativo associada ao indicativo, o *input* inicial foi 0,309, o *input* final foi 0,286, o *log likelihood* foi -411.118 e o nível de significância foi 0,015. O Programa selecionou como estatisticamente relevantes as seguintes variáveis, nesta ordem: ‘Cidade’, ‘Polaridade da sentença’, ‘Escolaridade’ e ‘Paradigma verbal’.

Assim, pode-se ver que se trata de um fenômeno marcado dialetalmente, já que a variável diatópica (‘Cidade’) foi a primeira selecionada. Quanto às variáveis linguísticas, duas foram selecionadas (‘Polaridade da sentença’ e ‘Paradigma verbal’). No que tange às variáveis sociais, apenas uma foi selecionada (‘Escolaridade’), em penúltimo lugar.

Nas seções seguintes, apresentam-se os resultados para cada variável selecionada, começando pela diatópica, seguida das linguísticas e, por fim, a social. Quanto às variáveis descartadas, não serão comentadas neste texto, mas terão uma análise qualitativa refinada posteriormente nesta pesquisa, que está em andamento.

### 3.1 A variável ‘Cidade’

O fato de a variável diatópica ter sido selecionada em primeiro lugar pelo Programa GoldVarb X ratifica o que outros estudos mostraram acerca da distribuição geográfica das formas de indicativo e de subjuntivo para a expressão do imperativo verbal.

Considerando as nove capitais nordestinas do Brasil, os resultados obtidos estão expostos na Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1** Forma de imperativo associada ao indicativo e ‘Cidade’.

<b>Cidade</b>	<b>Ocorrências/ Total</b>	<b>Percentual</b>	<b>Peso relativo</b>
São Luís	52/76	68%	<b>0,849</b>
Fortaleza	31/69	45%	<b>0,661</b>
Teresina	21/71	30%	0,500
Recife	26/91	29%	0,490
Maceió	27/96	28%	0,469
João Pessoa	19/77	25%	0,419
Salvador	27/115	24%	0,417
Aracaju	20/91	22%	0,412
Natal	10/67	15%	0,275

Conforme os resultados encontrados, o imperativo com a forma de indicativo é favorecido apenas em duas capitais, São Luís e Fortaleza, com pesos relativos de 0,849 e 0,661, respectivamente. Teresina e Recife apresentam pesos relativos no chamado ponto neutro e as demais cidades inibem essa forma, com destaque para Natal, que apresenta o menor peso e o menor percentual da forma considerada inovadora.

Quanto a São Luís, pode-se dizer que o alto índice de aplicação da regra de imperativo associado ao indicativo decorre do fato de predominar nessa capital o uso do pronome de segunda pessoa *tu* com concordância expressa nos verbos que o acompanham.

Em Fortaleza, segundo Scherre (2007, p. 203-206), também predomina o uso do pronome *tu*, tendo o pronome *você* usos minimamente menos informais, o que talvez explique a atuação da regra de imperativo com forma de indicativo nessa cidade.

Nas demais capitais nordestinas, todas com uso preferencial do pronome *você*, os baixos índices de uso da forma de imperativo associada ao indicativo corroboram seu caráter conservador do ponto de vista linguístico, o que tem sido explicado pela situação social, econômica e política da região Nordeste como um todo no cenário nacional, refletida nos usos da linguagem.

### 3.2 A variável ‘Polaridade da sentença’

O controle da variável ‘Polaridade da sentença’ justifica-se pelo fato de a presença ou a ausência de negação (e sua posição na oração) ser um aspecto rele-

vante na análise da alternância das formas de imperativo. Segundo Scherre et alii (2007, p. 212),

estudos variacionistas demonstram [...] que, em termos de tendências, as construções imperativas negativas favorecem o uso do imperativo supletivo [subjuntivo] [...]. Inversamente, as construções imperativas afirmativas favorecem, relativamente, o uso do imperativo verdadeiro [indicativo] [...].

Foram encontradas no *corpus* aqui analisado dados de sentenças afirmativas e negativas tanto com imperativo associado à forma indicativa como com imperativo associado à forma subjuntiva, conforme os exemplos a seguir:

Imperativo afirmativo

- (5) Oh! Fulana, *traz* aí um copinho de guaraná pra mim!
- (6) Garçon, me *traga* uma... um guaraná Antártica, diet, por favor!
- (7) *Lava* essa alface pra mim, por favor!
- (8) *Lave* esse alface pra mim, por favor!

Imperativo negativo

- (9) Não *faz* isso!
- (10) Não *faça* isso!
- (11) Não *mexe* aí, menino!
- (12) Menino, não *mexa* aí!

A hipótese aventada para este grupo de fatores foi a de que o imperativo associado à forma de indicativo fosse favorecido em sentenças afirmativas e inibido em sentenças negativas, pois estas, de acordo com a prescrição gramatical, requerem o uso da forma subjuntiva.

Os resultados encontrados estão exibidos na Tabela 2, a seguir:

**Tabela 2** Forma de imperativo associada ao indicativo e 'Polaridade da sentença'.

Polaridade da sentença	Ocorrências/ Total	Percentual	Peso relativo
Afirmativa	219/659	33%	<b>0,533</b>
Negativa	14/94	15%	0,286

De acordo com os resultados encontrados, a hipótese assumida foi confirmada, pois, em estruturas afirmativas, a forma de imperativo associada ao indicativo é favorecida, com peso relativo de 0,533. Já as sentenças com polaridade negativa inibem o imperativo associado ao indicativo, com peso relativo de 0,286.

### 3.3 A variável ‘Paradigma verbal’

Os verbos regulares, mais frequentes no paradigma da 1ª conjugação (com vogal temática *-a*), apresentam menor saliência fônica entre as formas do indicativo e do subjuntivo (*canta/cante*). Já os verbos irregulares (também conhecidos como verbos de padrão especial), mais produtivos na 2ª e na 3ª conjugações (com vogais temáticas respectivas *-e* e *-i*), são mais salientes fonologicamente quando observada a alternância entre as formas dos dois modos (*traz/traga; vem/venha*).

Pesquisas sobre a variação na expressão do imperativo verbal têm considerado a variável ‘Paradigma verbal’ ou ‘Saliência fônica’ ou ainda ‘Vogal temática’, com o intuito de verificar se a maior ou menor diferença entre as formas de indicativo e de subjuntivo atuam na seleção das formas imperativas.

Cardoso (2009) afirma que:

A tendência encontrada nas pesquisas é de que verbos da primeira conjugação tendem a favorecer o uso do imperativo associado ao indicativo com formas do tipo *leva, canta* (considerando as restrições da vogal precedente descritas acima); enquanto a tendência observada nos verbos das demais conjugações é de favorecimento do imperativo na forma subjuntiva, considerando as restrições impostas pelo princípio da saliência fônica: a) verbos com oposição mais marcada (perceptível) do tipo *faz/faça; diz/diga* tendem a favorecer o uso de imperativo associado ao subjuntivo; verbos com oposição menos marcada do tipo *dá/dê; vai/vá* tendem a favorecer o imperativo associado ao indicativo. (CARDOSO, 2009, p. 44-45)

Santos e Lucchesi (2007), examinando a expressão do modo imperativo em quatro comunidades afro-brasileiras isoladas do Estado da Bahia (Cinzento, Sapé, Helvécia e Rio de Contas), atestam que a forma de imperativo associada ao subjuntivo apresenta um índice de maior de uso com verbos de níveis mais elevados de saliência fônica.

Assim, assumiu-se, nesta pesquisa, como hipótese que os verbos regulares favoreceriam o imperativo associado ao indicativo e que, conseqüentemente, os verbos irregulares o inibiriam, favorecendo o uso da forma subjuntiva.

Seguem exemplos das variantes com verbos regulares e com verbos irregulares:

Verbos regulares

(13) Menino, *entra!* Você vai ficar doente!

(14) Menino, *entre* pra não se molhar!

(15) *Fecha* a porta!

(16) *Feche* a porta, por favor!

- Verbos irregulares  
 (17) Não *faz* barulho!  
 (18) Não *faça* barulho!  
 (19) *Vem* tomar café comigo!  
 (20) *Venha* tomar café comigo e meu marido!

Computados os dados do *corpus* analisado, foram encontrados os resultados apresentados na Tabela 3, a seguir:

**Tabela 3** Forma de imperativo associada ao indicativo e ‘Paradigma verbal’.

Paradigma verbal	Ocorrências/ Total	Percentual	Peso relativo
Regular	132/349	38%	<b>0,558</b>
Irregular	101/404	25%	0,450

De acordo com os resultados obtidos, a hipótese foi confirmada, pois os verbos regulares (que são os menos salientes e que pertencem, predominantemente à 1ª conjugação) favorecem a aplicação da regra de imperativo associado à forma de indicativo, com peso relativo de 0,558. Quanto aos verbos irregulares (de maior saliência fônica e mais produtivos na 2ª e na 3ª conjugações), inibem a forma indicativa, sendo, portanto, contexto de resistência do imperativo associado à forma de subjuntivo.

### 3.4 A variável ‘Escolaridade’

Considerando que a variação e a mudança linguísticas são também influenciadas por fatores extralinguísticos, a variável social ‘Escolaridade’ foi controlada com o intuito de verificar a atuação da escola no emprego das formas de imperativo gramatical, já que o pronome *você*, forma que predomina em quase todas as capitais nordestinas, seleciona, pela prescrição gramatical, a forma de imperativo associada ao subjuntivo.

Esta variável mostrou-se relevante, uma vez que foi a terceira selecionada pelo Programa GoldVarb X na rodada dos dados e a única variável social estatisticamente significativa, já que foram descartadas as variáveis ‘Sexo/gênero’ e ‘Faixa etária’.

Os resultados de Jesus (2006), em seu estudo sobre a expressão do imperativo em Recife, atestam que quanto maior o nível de escolaridade do falante maior o uso da forma de imperativo associada ao subjuntivo, forma considerada padrão.

Já Sampaio (2001), analisando o uso variável do imperativo em dados de Salvador e do Rio de Janeiro, constatou, ao contrário da hipótese aqui aventada, que os falantes mais escolarizados favoreceram a forma de imperativo associada

ao indicativo, o que foi explicado pela autora em função da ausência de estigma nesse fenômeno variável, da influência da mídia (já que é a forma indicativa que predomina no Sudeste brasileiro) e do contato dialetal dos falantes (em viagens).

Cardoso (2009) também atesta maior uso do imperativo associado à forma de indicativo entre falantes mais escolarizados no Distrito Federal.

Os resultados a que se chegou com a análise dos dados das capitais nordestinas estão expostos na Tabela 4, a seguir:

**Tabela 4** Forma de imperativo associada ao indicativo e ‘Escolaridade’.

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Ocorrências/ Total</b>	<b>Percentual</b>	<b>Peso relativo</b>
Fundamental	136/392	35%	<b>0,559</b>
Superior	97/361	27%	0,436

Conforme se pode ver na Tabela 4, os falantes com nível de escolaridade fundamental favorecem o uso do imperativo associado ao indicativo, com peso relativo de 0,559. Já os informantes com nível superior inibem a forma inovadora, o que confirma que a escola vem desempenhando seu papel de ensinar a chamada norma padrão, prescrita pela tradição gramatical. Cumpre ressaltar que a pouca diferença, tanto em termos de percentuais como em termos de pesos relativos, entre os dois níveis de escolaridade ratifica que a variação entre as formas de imperativo verbal é desprovida de estigma social, como afirmam Sampaio (2001) e Cardoso (2009).

## 4 Conclusões

Esta análise ainda é preliminar, mas os resultados a que se chegou permitem que algumas generalizações já possam ser feitas. Com base nos dados aqui analisados, corrobora-se a afirmação de Oliveira (2015) de que o Nordeste ainda prefere a forma de subjuntivo para exprimir o imperativo verbal (69% dos dados), sendo a forma de indicativo inovadora (31% dos dados) para exprimir o imperativo.

Quanto à variável diatópica, a mais significativa estatisticamente, já que foi a primeira selecionada pelo Programa GoldVarb X, a forma de imperativo associada ao indicativo é favorecida apenas nas cidades de São Luís (peso relativo de 0,849) e Fortaleza (peso relativo de 0,661).

O fenômeno parece ser estável no português do Brasil e condicionado à variável geográfica, ou seja, há localidades em que predomina a realização da forma indicativa e há localidades em que predomina a realização da forma subjuntiva. Trata-se, portanto, de uma isoglossa que permite a delimitação de áreas dialetais do Brasil – um dos objetivos centrais do Projeto ALiB.



Quanto às variáveis sociais controladas nesta pesquisa – ‘Sexo/gênero’, ‘Faixa etária’ e ‘Escolaridade’ –, apenas esta última apresentou-se como relevante para a expressão variável do imperativo verbal. A forma associada ao indicativo é levemente favorecida pelos informantes menos escolarizados (peso relativo de 0,559). Como a faixa etária do informante foi descartada pelo Programa GoldVarb X, não se pode falar em mudança em curso.

Quanto às variáveis linguísticas, a forma de imperativo associada ao indicativo é favorecida nas frases afirmativas (peso relativo de 0,533), como era esperado, e com verbos regulares (peso relativo de 0,558), que são os de menor saliência fônica entre as formas de indicativo e de subjuntivo.

É preciso avançar a pesquisa nas outras cidades (além das capitais) e considerar outras variáveis, como a presença/ausência de âncora discursiva, a presença/ausência de vocativo, a imediatez da ação solicitada, a parte do inquérito e o tipo de discurso (se enunciado real, hipotético ou reproduzido).

## Referências

- ALVES NETA, A. *O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro*. Belo Horizonte: UFMG, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- BARBOSA, A. F. *Alternância de formas indicativas e subjuntivas na fala de Vitória-ES*. Vitória: UFES, 2011 (Dissertação de Mestrado).
- CARDOSO, B. *Um estudo variacionista sobre as formas verbais imperativas nas cidades de Florianópolis e Lages: uma questão de encaixamento?* Florianópolis: UFSC, 2012 (Dissertação de Mestrado).
- CARDOSO, D. B. B. *Variação no uso do modo imperativo: análise de dados em textos de José J. Veiga*. Brasília: UnB, 2004 (Dissertação de Mestrado).
- CARDOSO, D. B. B. *Variação e mudança no imperativo do português brasileiro: gênero e identidade*. Brasília: UnB, 2009 (Tese de Doutorado).
- CARDOSO, D. B. B.; SCHERRE, M. M. P. Gênero e identidade no contato linguístico de fortalezenses com a fala brasiliense: o caso do imperativo gramatical. *Papia*, v. especial, 2011, p. 25-43.
- CARDOSO, S. A. M. S. O Atlas Linguístico do Brasil: uma questão política. *Atas do Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*. Salvador: UFBA, 1996, p. 87-96.1996.

- CARDOSO, S. A. M. S. et alii. *Atlas linguístico do Brasil*, v. 1 (Introdução). Londrina: EDUEL, 2014a.
- CARDOSO, S. A. M. S. et alii. *Atlas linguístico do Brasil*, v. 2 (Cartas linguísticas 1). Londrina: EDUEL, 2014b.
- CARVALHO, H. M. *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri*. Fortaleza: UFC, 2007 (Tese de Doutorado).
- COMITÊ NACIONAL. *Atlas linguístico do Brasil*. Questionários 2001. Londrina: EDUEL, 2001.
- EVANGELISTA, E. M. *Fala, Vitória! A variação do imperativo na cidade de Vitória-ES e sua posição no cenário nacional*. Vitória: UFES, 2009 (Dissertação de Mestrado).
- FARACO, C. A. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, vol. 2, n. 1, 1986, p. 1-15.
- JESUS, E. T. *O Nordeste na mídia e os estereótipos linguísticos: estudo do imperativo na novela Senhora do Destino*. Brasília: UnB, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LIMA, D. P. S. *O uso do modo imperativo na fala de Campo Grande – MS*. Dissertação de Mestrado. Brasília/Campo Grande: UnB/UNIDERP, 2005.
- MATTOS, A.; WICKERT, A. A variação de imperativo na obra de Chico Buarque de Hollanda. *Papéis: Revista Letras*, n. 7, 2003, p. 29-38.
- MEIRA, V. *O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro*. Salvador: UFBA, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- OLIVEIRA, J. M. A expressão variável do imperativo gramatical nas capitais brasileiras. Comunicação apresentada no Encontro Intermediário do GT de Sociolinguística da ANPOLL. Porto Alegre, PUC-RS, 4-6 nov. 2015 (inédito).

- PAREDES SILVA, V. L. et alii. Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a variação do imperativo. *Gragoatá*, n. 9, Niterói, 2000, p. 115-123.
- PIMPÃO, T. S. *Uso variável do presente do modo subjuntivo: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX*. Florianópolis: UFSC, 2012 (Tese de Doutorado).
- ROST-SNICHELOTTO, C. A. *Olha e vê: caminhos que se entrecruzam*. Florianópolis: UFSC, 2009 (Tese de Doutorado).
- SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. Salvador: UFBA, 2001 (Dissertação de Mestrado).
- SAMPAIO, D. A. *A expressão do imperativo no português do século XVI ao século XX*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004 (Tese de Doutorado).
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldVarb X – a multivariate analysis application*. 2005. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics.
- SANTOS, L. L.; LUCCHESI, D. O uso do modo imperativo no português afro-brasileiro. Comunicação apresentada na 14ª Jornada Nacional de Iniciação Científica. Belém, UFPA, 2007 (inédito).
- SCHERRE, M. M. P. Norma e uso – o imperativo gramatical no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org). *O português do Brasil – perspectivas da pesquisa atual*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2004a, p. 231-260.
- SCHERRE, M. M. P. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2004b, p. 699-771.
- SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa*, v. 51, São Paulo, 2007, p. 189-222.

- SCHERRE, M. M. P. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. N. (Org.). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 306-319.
- SCHERRE, M. M. P. et alii. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Linguístico. *Anais...* Florianópolis, 2000, p. 1333-1347 (publicação em CD).
- SCHERRE, M. M. P. et alii. Reflexões sobre o imperativo em português. *D.E.L.T.A.*, v. 23, 2007, p. 193-241.
- SCHERRE, M. M. P. et alii. *Tu, você, cê e ocê* na variedade brasiliense. *Papia*, v. especial, Brasília, 2011, p. 117-134.
- SCHERRE, M. M. P. et alii. Subsistemas pronominais: *você, cê, ocê* e *tu* no português brasileiro falado. Comunicação apresentada no PLUS – Portuguese Linguistics of the United States. Athens, University of Georgia, 14-16 nov. 2013 (inédito).
- WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].



## O português popular do semiárido baiano: fundamentos teóricos, sócio-históricos e empíricos

Silvana Silva de Farias Araújo<sup>1</sup>  
(UEFS)

### Introdução

Neste capítulo, é feita uma discussão sobre o português vernacular do Brasil ou o que tem comumente sido chamado de *português popular brasileiro*. Em linhas gerais, assume-se como princípio a crença de que, embora a identidade linguística nacional possa ser aferida também em certas particularidades da norma culta, é na popular que melhor podem ser identificadas as características genuinamente brasileiras.

São utilizados, neste texto, os termos *norma culta* e *norma popular* com base na definição de *comunidade de fala*, esta estabelecida no âmbito da teoria sociolinguística variacionista (LABOV, 1972). Para melhor explicitar a conceituação adotada, expõe-se a citação:

Comunidade de fala para esse modelo teórico-metodológico não é entendida como um grupo de pessoas que falam exatamente igual, mas que compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros; comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem. (LABOV, 1972; GUY, 2000)

Assim, nessa linha de raciocínio, mesmo havendo uma inegável correlação entre a ausência ou a precária escolarização do falante e o uso da norma popular,

---

1 Professora Adjunta do Departamento de Letras e Artes da UEFS. Membro Permanente do PPGEL.

apresentam-se argumentos, neste texto, que mostram a importância de se considerar fatos da sócio-história do português brasileiro (PB) como fundamentais para a emergência dos traços da fala vernácula brasileira. Em outras palavras, chama-se a atenção para a necessidade de considerar a existência de duas histórias do português do Brasil, motivadas por fatores como a demografia histórica, os contatos linguísticos, a transmissão linguística irregular do português (BAXTER, 1995; LUCCHESI, 2000), além da urbanização e da escolarização da sociedade brasileira como processos tardios.

Nessa perspectiva, a pouca ou nenhuma escolarização deve ser considerada apenas um dos fatores que levaram/levam à existência de usos linguísticos socialmente estigmatizados, tais como a ausência da flexão de plural em nomes e verbos e a existência de processos fonético-fonológicos, como iéismo, rotacismo, entre outros.

Nesse sentido, os fatores sócio-históricos, para além da escolarização, mencionados anteriormente, podem explicar a existência da bipolarização de normas na realidade sociolinguística brasileira (LUCCHESI, 1994, 2001, 2015), isto é, a existência de *variedades socialmente prestigiadas* e de *variedades socialmente desprestigiadas* (termos também adequados para o que se discute neste texto e que vêm sendo adotados por alguns linguistas, a exemplo de Tânia Lobo).

A propósito dessas questões sócio-históricas, adotam-se, neste texto, as ideias postuladas pelo historiador da *língua portuguesa no Brasil*, Serafim da Silva Neto (SILVA NETO, 1963[1950]). Esse linguista salientou a necessidade de se buscar na história externa elementos para o entendimento da gênese da identidade linguística nacional no Brasil, baseando-se em fontes historiográficas e etnográficas, rompendo, pois, com discussões mais motivadas por arroubos nacionalistas (remanescentes no Brasil até a primeira metade do século XX) do que por considerações contextualizadas em torno da língua portuguesa no Brasil.

Dado o exposto, este capítulo estrutura-se da seguinte forma: na seção 1, faz-se um breve panorama acerca de questões sócio-histórico-demográficas que estão na base da formação do português popular brasileiro, abordando-se, inclusive, questões teóricas sobre o conceito de crioulização como um processo variável. Na seção 2, centra-se nas particularidades da formação do português popular da região semiárida baiana, apoiando-se na diferença apontada por Silva Neto (1963[1950]) entre a linguagem da costa e a do interior/sertão. Ainda nessa seção, ressalta-se a necessidade de se buscar fontes de dados para o estudo da formação do português popular no “interior dos sertões”, sendo também discutidas questões teóricas e empíricas em torno do conceito de português popular brasileiro, além das sócio-históricas. O capítulo encerra-se com as considerações finais.

## 1 Consideração sobre a sócio-história do português brasileiro

Para o entendimento acerca da formação da realidade sociolinguística brasileira, é necessário que o linguista conheça fatos da história do Brasil e de Portugal, sendo, portanto, imprescindíveis fontes e estudos históricos propriamente ditos. Por essa razão, discutem-se, além de temas como contato linguístico, transmissão linguística irregular e bipolarização de normas, a demografia histórica e a escolarização em perspectiva histórica, aspectos esses essenciais para o entendimento da história e da caracterização atual do português do Brasil e, particularmente, do semiárido baiano.

Nesse sentido, não foi por acaso que Silva Neto (1963[1950], p. 12) iniciou a sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*<sup>2</sup> com a seguinte epígrafe “A nossa língua é também a nossa história” (Grimm). E acrescenta que foi seu objetivo colocar a língua no seu verdadeiro lugar, “o de expressão da sociedade, inseparável da história da civilização”. Além disso, para o autor, “é imprescindível organizar excursões linguístico-etnográficas para devassar o interior brasileiro e recolher amplos materiais”.

A visão do estudioso, expressa no livro em foco, em que pese o seu ponto de vista preconceituoso em relação à superioridade da cultura europeia em detrimento das culturas indígena e africana, é pertinente no que diz respeito à sua visão histórica sobre a bipolarização de falares no diassistema linguístico brasileiro. Essa visão histórica, mais tarde retomada por Cunha (1972) e sistematizada em vários estudos por Lucchesi (1994, 2001, 2009, 2015), explica as principais diferenças entre os usos linguísticos habituais de pessoas com alto nível de escolarização e os de pessoas analfabetas ou com baixa escolarização:

É indispensável distinguir, desde os tempos mais antigos, os estratos sociais da língua portuguesa<sup>3</sup> usada no Brasil. Por isso estabelecemos que

---

2 Possivelmente, o autor usou a expressão “língua portuguesa *no Brasil*” e não “portuguesa do Brasil” ou “português brasileiro” para evitar a propagação da polêmica em torno da suposta autonomia linguística brasileira em relação ao idioma lusitano. Essa polêmica é muito bem contextualizada no prefácio da obra por Auguste Magne, que expôs: “Quando se vão extinguindo entre nós os derradeiros ecos de ruidosas discussões em torno do idioma nacional, o Dr. Serafim, com perspicaz clarividência e a imperturbável serenidade do sábio alheio ao rebuliço de paixões transitórias, assenta o problema no sólido fundamento dos fatos e, à luz da etnografia e da evolução histórico-social do povo brasileiro, delinea com firmeza e nitidez as características que individualizam no Brasil, em ambiente totalmente diverso, o formoso idioma do velho Portugal.

3 Neste e nos outros trechos do livro de Silva Neto (1963[1950]) foi preservada a ortografia utilizada pelo autor.



os portugueses da Europa e seus filhos falariam um português de notável unidade, enquanto os aborígenes, os negros e os mestiços se entendiam num crioulo ou semi-crioulo. À proporção que se ia firmando a civilização, o português, graças ao seu prestígio de língua dos colonizadores e de língua literária, foi-se irradiando. (SILVA NETO, 1963[1950], p. 12)

A atualidade das ideias do autor pode ser atestada também no seu entendimento de que determinadas particularidades sociais, a exemplo do contato linguístico, teriam afetado não só a fala dos africanos escravizados, mas também a dos indígenas, questão retomada depois por Mussa (1991), Mattos e Silva (2004), entre outros:

Nos maiores povoados do litoral os aborígenes ensaiavam os primeiros passos no aprendizado do português: “mas nenhuma palavra pronunciam com *f*, *l*, *r* (entenda-se *r* forte) não só das suas mas nem ainda das nossas, porque querem dizer *Francisco*, dizem *Pancicú* (nota-se a mudança no acento) e se querem dizer *Luís*, dizem *Dubi*... (Fr. Vicente do Salvador, História do Brasil, 1989, pág. 25). (SILVA NETO, 1963[1950], 33-34)

Ainda séculos depois, à volta de 1815, escrevia o viajante inglês Koster, fiel observador da vida colonial: “Todos os indígenas em Pernambuco falam o português, mas raros o pronunciam bem”. Há sempre um acento que faz descobrir ser o interlocutor um indígena, mesmo que se ouça sem querer notar. (*Travels in Brazil*, Londres, 1816. Cita-se a trad. de Câmara Cascudo, página 174). (SILVA NETO, 1963[1950], p. 35-36)

A influência africana no português brasileiro é, por outro lado, ainda mais incontestável, principalmente porque, paulatinamente, foram os indígenas aglomerando-se em povoações rurais, deixando de participar de forma direta na vida urbana da população brasileira. Contudo, não se pode acreditar que a presença de tão numerosos índios no Brasil não tenha exercido influências na formação do português brasileiro.

Os primeiros povoadores portugueses entraram em contato com índios que habitavam o litoral do Brasil e que falavam línguas do tronco tupi; eram línguas aparentadas, diferentemente do que ocorria no interior, onde havia línguas muito diversas entre si. A homogeneidade da costa litorânea brasileira propiciou a difusão da língua geral pelo interior do país<sup>4</sup>, que chegou a ameaçar a hegemonia da

---

4 Rodrigues (1986, p. 95) informa que existiam duas línguas gerais, a paulista, de base tupiniquim, utilizada como instrumento de colonização pelos bandeirantes, e a língua geral amazônica de base tupinambá, presente do Maranhão até a Amazônia.

língua portuguesa no Brasil, até que, a partir da segunda metade do século XVIII, acontecimentos da conjuntura sócio-histórica brasileira levaram à generalização da língua portuguesa no Brasil.

Diante dessas questões referentes ao convívio de portugueses com indígenas, cabe analisar qual foi a sua real importância na formação da realidade sociolinguística brasileira. Nesse aspecto, julga-se fundamental considerar a hipótese de que os indígenas também passaram por processos de transmissão linguística irregular ao adquirirem o português como segunda língua. Essa hipótese, geralmente, não é aventada, tendo em vista que se acredita que houve uma ampla disseminação da língua geral no Brasil colônia. No entanto, é necessário que se avalie de forma mais acurada a extensão do uso dessa língua e, de igual forma, a natureza do que seria a “língua geral”.

Nesse sentido, Mussa (1991) argumenta que a língua geral ou brasílica não era vastamente usada no Brasil colonial, sendo mais restrita aos aldeamentos dominados pelos padres da Companhia de Jesus:

Uma relativa autonomia desses aldeamentos face ao poder real garantia aos missionários de Jesus o controle de uma preciosa frente de colonização. A língua geral foi, assim, a língua difundida nessa frente, não apenas língua de intercurso, mas materna das famílias luso-indígenas, enquanto o português era a língua da sociedade dos senhores de engenho. (MUSSA, 1991[1950], p. 152-153)

Silva Neto (1963[1950]) também apresenta dados que levam a questionar a amplitude da generalização da *língua geral* no período colonial brasileiro, chegando, inclusive, a sugerir que, além da “língua geral”, os índios falavam uma variedade simplificada do português, denominada por ele de “língua travada” (p. 64). Assim, é possível que os inúmeros mamelucos nascidos no período já estivessem implementando mudanças fonético-fonológicas e morfossintáticas induzidas pelo contato linguístico em decorrência de processos de transmissão linguística irregular do português.

No âmbito dessas questões, Mattos e Silva (2004 [2000]) destaca que, para a investigação do antecedente histórico do português popular brasileiro – denominado por ela de *português geral brasileiro* –, é pertinente considerar a hipótese levantada pelo historiador Monteiro (1995): a de que muito do que se nomeia por *língua geral*, na documentação colonial, poderia ser confundido com o português aprendido como segunda língua por uma grande massa de falantes, uma vez que poucos eram os que dominavam a *língua geral*:

No cenário colonial, os “atores” linguísticos principais em concorrência seriam: as línguas gerais indígenas, o português europeu e o que tenho de-

signado de português geral brasileiro, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afro-descendentes [...] (MATTOS E SILVA, 2004[2000], p. 95)

Nesse sentido, sobressai a importância de se considerar a transmissão linguística irregular<sup>5</sup> na formação da identidade sociolinguística brasileira, aplicando-a não apenas no tocante à participação africana, mas também à indígena. Por outro lado, fatos da sócio-história do Brasil conduzem a que a população africana seja vista como a grande difusora do “português geral brasileiro”. Entre esses fatos, destaca-se, primeiramente, a intensa participação de negros africanos e de seus descendentes na demografia histórica do Brasil em comparação com a extrema redução dos índios, conforme é evidenciado em alguns estudos, a exemplo do célebre trabalho de Mussa (1991).

Assim, embora traga argumentos que ratifiquem que não deva ser ignorada a participação indígena na difusão do português modificado na sócio-história do PB, Mattos e Silva (2001) traz informações pertinentes para sustentar a hipótese de que a população de origem africana constituiu a força motriz para difundir o português no Brasil em detrimento das línguas indígenas e, mais ainda, que foi a responsável por generalizar as características motivadas pelo contato entre línguas na formação do PB. Embasando-se na leitura da obra *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*, a pesquisadora apresenta as conclusões expostas por Funari (1996) e Price (1996) de que, nesses considerados “espaços ilegítimos da escravidão”, a língua utilizada era a portuguesa e não outras de origem banto, de forma tal que os africanos e seus descendentes difundiram o “português geral brasileiro”.

À proporção que esse português adquirido como segunda língua e sem normatização foi se consolidando, iniciava-se a polarização sociolinguística do Brasil, principalmente nas concentrações urbanas que já existiam. De um lado, o português “modificado”, falado pelo extenso contingente populacional do Brasil, e de outro, o português idealizado pela escassa elite brasileira, zeladora dos padrões linguísticos e culturais lusitanos. Silva Neto (1963[1950]) também abordou essa questão:

Êsse núcleo de elite, que já era bastante forte no início do século XIX, toma consciência mais nítida de seu grupo com a chegada da elite portuguesa. Com efeito, é preciso ter sempre na devida conta que a reduzida elite dos primeiros tempos coloniais fora, durante três séculos, passando

---

5 Conceito explicitado na próxima subseção deste capítulo.

pelo fenômeno da circulação, magnificamente estudado por Pareto. (SILVA NETO, 1963[1950], p. 71)

## 1.1 Os contatos linguísticos no Brasil e as suas consequências no português popular brasileiro

Atualmente, é consensual a postulação de que o intenso contato entre línguas diversas e ininteligíveis na sócio-história do português brasileiro não chegou a acarretar a formação de um crioulo prototípico, e sim um processo de transmissão linguística irregular. Em outros termos: a hipótese da existência de um crioulo no passado linguístico brasileiro encontra-se desacreditada, estando em seu lugar a de que houve condições sócio-históricas específicas no Brasil que levaram a que mudanças ocorressem na estrutura da língua portuguesa na sua condição de língua transplantada, sem que tivesse havido uma simplificação total na sua gramática, a ponto de ter gerado outra língua, tal como ocorre em situações típicas de criouliização<sup>6</sup>.

Assim, nas situações de contatos linguísticos pode ocorrer uma mudança radical nos sistemas linguísticos, gerando o surgimento de uma nova língua, ou um processo mais atenuado de mudança, em que surge uma variedade de língua já existente e não uma nova língua. Esse segundo caso é o que pode ser tomado para explicar o surgimento das principais características do português popular brasileiro.

Há, portanto, nuances no processo de mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas, pois determinados fatores extralinguísticos podem levar não à ocorrência de uma língua *pidgin* ou *crioula* propriamente dita, mas a um processo de singularidades da língua considerada de *superstrato*. Segundo Baxter (1995), Baxter e Lucchesi (1997), Lucchesi e Baxter (2009) e Lucchesi (2000; 2003), são exemplos desses fatores: (i) a facilidade de acesso dos falantes das outras línguas e de seus descendentes aos modelos da língua alvo; (ii) a proporção relativa entre a população de escravos e a população dominante; (iii) a homogeneidade ou a heterogeneidade linguística da população escrava; (iv) a continuidade da importação de novos escravos; (v) a taxa de natalidade da população formada durante o período de contato.

Nesse sentido, Baker (1982) e Bickerton (1984) postularam que, nos casos de contato entre línguas, podem ocorrer ou situações que levam à formação de um

---

6 Por outro lado, a transmissão linguística irregular, como uma hipótese interpretativa para a gênese do português brasileiro, não é aceita de forma unânime por todos os estudiosos. Ao contrário, é contestada por aqueles que defendem uma explicação intrasistêmica, presa a fatores internos à estrutura da língua portuguesa (NARO; SCHERRE, 1993, 2007).

crioulo radical, quando ocorre um maior período de *prevalência do jargão (estágio pré-pidgin)*, a exemplo do que ocorreu na formação do crioulo haitiano, ou, ainda, um processo de transmissão linguística irregular do tipo mais leve, como deve ter ocorrido nas variedades populares do português do Brasil, em que não se originou outra identidade linguística, mas uma variedade da língua alvo.

O pressuposto básico é o de que o grau de reestruturação linguística relaciona-se com o grau de acesso que os adquirentes de segunda língua têm a falantes de primeira língua. Nesse sentido, embora não seja possível estabelecer com precisão o grau mínimo de acesso necessário para a aquisição de segunda língua, a ideia é que esse mínimo não é atingido nos ambientes onde a língua crioula surge (ARENDS, 2008, p. 316). Segundo esse autor, o primeiro crioulista a propor, ainda que apenas no nível teórico, um ponto de corte para a emergência do crioulo foi Bickerton (1981), estipulando que os crioulos surgem num ambiente onde menos de 20% da população é falante da língua dominante<sup>7</sup>.

Em decorrência do contato entre línguas, as línguas crioulas apresentam como características estruturais certas simplificações gramaticais, permanecendo apenas os itens lexicais de maior transparência semântica e de maior funcionalidade para o ato comunicacional, ocorrendo ou uma “otimização” de itens gramaticais ou a gramaticalização de itens lexicais. Consequentemente, segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 110), as línguas que passaram por um processo de transmissão linguística irregular apresentam, em maior ou menor grau, alterações nas marcações morfológicas das categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto, e nas relações sintáticas de regência, concordância, coordenação e subordinação, bem como nos processos de ligação anafórica e de movimento no âmbito da sentença.

Nos casos em que as condições sócio-históricas não chegam a permitir a formação de uma língua crioula, não deixa de existir uma série de modificações na estrutura linguística da língua alvo. Isso se dá por ocorrer, em todos esses casos de transmissão linguística irregular, uma transição geracional da língua alvo, adquirida como língua segunda (L2), para a nativização como língua materna (L1). Em outras palavras, o processo de aquisição linguística pela criança, que, em condições normais, se dá pela aquisição de um quadro estrutural bem definido, é

---

7 É preciso considerar que, na formação de uma língua crioula, ou mesmo na formação de uma variedade de uma mesma língua, devem ser consideradas outras questões que não apenas a da proporção numérica entre brancos e negros, como, aliás, expõe Arends (2008, p. 316): “Needless to say, the issue of access to first-language speakers is not just a quantitative matter; the quality of the interaction between whites and blacks may also have differed widely. Not enough is known, however, to specify the linguistic impact that this may have had”.

diferente do que ocorre no processo de aquisição da língua alvo nas situações de contato entre línguas.

Nessas situações de contato entre línguas, as características estruturais da L2 influenciam fortemente os dados linguísticos primários na aquisição da língua alvo nativizada, como L1. Essas tendências estruturais de L2 são o reflexo de restrições psicolinguísticas que atuam sobre a aquisição de uma L2 por adultos e, portanto, vão ter sérias consequências para as subseqüentes gerações de falantes de L1 em situações de transmissão linguística irregular, ou seja, de uma *crioulização de tipo leve*. As modificações na língua alvo ocorrem em virtude do fato de os adultos envolvidos nessa situação de multilinguismo não terem mais acesso aos dispositivos inatos que atuam naturalmente no processo de aquisição de língua materna, além de que não há um ideal normativo.

De tal modo, em linhas gerais, postula-se que, nos casos de contato linguístico, origina-se uma aprendizagem imperfeita do português, gerando uma terceira modalidade linguística, isto é, nem seria uma língua africana (L1), nem a língua portuguesa (L2), e sim uma “L3”, uma espécie de “interlanguage systems”, conforme destaca Celani (1997), referindo-se à modalidade que surge nas situações de aprendizagem de segunda língua. Ou seja, nesses casos de contato entre línguas, surge uma variedade segunda da língua alvo (LUCCHESI, 2003, p. 273), a qual fornece os dados linguísticos primários para os seus descendentes<sup>8</sup>, momento em que ocorre um incremento das funções comunicativas, devendo haver, consequentemente, uma expansão gramatical do código emergencial. Assim, acredita-se que, em todo e qualquer processo de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas, estarão presentes estruturas típicas em processos de aprendizado assistemático de segunda língua, a exemplo da variação ou perda da morfologia flexional (LUCCHESI, 2000). Resumindo, ocorrem os seguintes processos nas situações de contato entre línguas: o bilinguismo, a aquisição da língua-alvo e o gradual abandono das outras línguas.

No caso do Brasil, esses contatos não deixaram de influenciar a feição peculiar do PB, como se pode observar, por exemplo, na alta frequência de usos variáveis na concordância verbal e nominal em suas variedades populares, existindo nessas, inclusive, uma estratificação diferenciada das variáveis em relação aos usos cultos, no que diz respeito, por exemplo, a tendências de mudanças, à avaliação subjetiva, às variações estilísticas. De todo modo, fica explicitado que,

---

8 Atente-se para a teoria de Lightfoot (1979; 1991) a respeito da explicação para as mudanças linguísticas. Segundo o estudioso, essas ocorreriam no momento da aquisição, em que as crianças mudariam de parâmetros gramaticais a partir da presença ou ausência de *dados robustos*.

de forma alguma, pode ser desprezada a importância das situações de contato linguístico na constituição da realidade sociolinguística brasileira.

## 1.2 Sócio-história da língua portuguesa falada no semiárido baiano<sup>9</sup>

O principal propósito desta seção é apresentar informações que subsidiem o entendimento acerca da formação das particularidades atuais do português brasileiro. Nesse sentido, salienta-se, mais uma vez neste texto, que as pesquisas (sócio) linguísticas devem se pautar não apenas em informações linguísticas, mas, de forma basilar, em informações sobre o contexto sócio-histórico-cultural e geográfico que, de certa maneira, molda a fala dos informantes, na medida em que “o falante encerra em si a síntese do geográfico com o social” (CARDOSO, 2010, p. 12).

O Semiárido (o interior/o sertão) compreende a maior parte do território baiano. Aos propósitos deste texto, cabe a discussão sobre a história do povoamento de algumas regiões baianas. Nesse sentido, coaduna-se com Almeida (2005), no sentido de que informações extralinguísticas são fundamentais para o entendimento de questões linguísticas. Assim, pronuncia-se a autora:

A meu ver, a consideração de aspectos que definem o processo de ocupação de terra e, conseqüentemente, o “tipo” de ocupantes, o tipo de contato entre as pessoas envolvidas na ocupação e produção rural baiana, é relevante para os estudos sociolinguísticos, porque fornece indícios sobre a forma de interação e contatos linguístico-culturais distintos e sobre o avanço e a consolidação da língua portuguesa nessa região. (ALMEIDA, 2005, p. 46)

Em linhas gerais, como informam Carneiro e Almeida (2006, p. 658), o processo de urbanização na Bahia resultou, além de antigos aldeamentos indígenas, de centros administrativos, de serviços religiosos, de áreas de *plantation*, de fazendas de agropecuária, da exploração mineral e de quilombos. O predomínio da costa perdurou até o findar do século XVII, mesmo após a ordenação da Coroa Portuguesa para serem criadas povoações pelo Recôncavo, com o objetivo de serem oferecidos serviços jurídicos à população (ARAÚJO; ARAÚJO, 2009).

Paulatinamente, além da costa litorânea, o Recôncavo Baiano também foi preferido para a ocupação pelos portugueses, devido à facilidade de acesso por vias marítima e fluvial, e também pela riqueza de suas terras, haja vista que, de imediato, não foram encontrados metais preciosos, minérios ou especiarias na

---

9 Esta seção é uma versão atualizada do capítulo 3 da tese da autora deste capítulo (ARAÚJO, 2014).

Bahia, restando a exploração agrícola (VILHENA, 1969, p. 175). Assim, a região recebeu uma grande leva de escravos africanos para o trabalho nas diferentes atividades agroexportadoras, sendo a principal delas a canavieira.

Embora não seja possível precisar o número de escravos africanos trazidos para o Recôncavo, variável de engenho para engenho, pode-se afirmar, com base nas duas avaliações realizadas no “Engenho Freguesia” (PINHO, 1982), que era bastante diversificada a situação de contato entre línguas, algo que favoreceria, certamente, a modificação na estrutura da língua portuguesa, em decorrência do processo de transmissão linguística irregular.

Afora a região do Recôncavo da Bahia, há de se refletir sobre o processo de constituição sócio-histórica de outras regiões baianas, procurando dessa reflexão buscar elementos que venham a elucidar a formação da realidade linguística brasileira/baiana. Daí o foco deste trabalho na região semiárida.

A região semiárida baiana comporta uma diversidade geoambiental que deu margem a diferentes processos de exploração colonialista. A região abriga, por exemplo, áreas em que houve a extração de metais e pedras preciosas, como a Chapada Diamantina, e outras com baixa produtividade econômica devido à pouca fertilidade de seus solos. A região do Semiárido abriga, portanto, áreas que se contrapõem no que diz respeito ao padrão de urbanização (CARNEIRO; ALMEIDA, 2006)<sup>10</sup>.

De modo geral, são notáveis as diferenças entre o Sertão e o Recôncavo/Litoral. Boaventura (1989, p. 12), por exemplo, defende uma distinção radical entre essas duas regiões, vinculando o sertão à “civilização do pastoreio”, a qual no seu entendimento agregou uma série de distinções socioculturais, econômicas

---

10 Almeida (2005) analisou o uso variável do preenchimento de sujeito referencial, a partir de dados orais coletados em duas microrregiões baianas representadas por três comunidades (Barra/Bananal, Mato Grosso, ambas localizadas na Chapada Diamantina, e Matinha, na zona rural de Feira de Santana, estando na região do Semiárido). A autora partiu da premissa de que os estudos demográficos contribuem para o entendimento “sobre a constituição e a consolidação do português em áreas rurais onde houve contato entre o português, em maior ou menor escala, e as línguas africanas e brasílicas, entre outras, e onde o processo de escolarização é recente” (p. 45). Atente-se ao fato de que as comunidades estudadas pela pesquisadora possuem formações sócio-histórico-demográficas diferenciadas, as primeiras originadas nos chamados “ciclos do ouro” (século XVIII) e a segunda, nos “ciclos da agropecuária” (século XVII a XIX, segundo Neves, 2008). Os resultados apontaram para uma pequena diferença entre as comunidades da Chapada e a do semiárido, sendo que nesta última havia o favorecimento do sujeito nulo, pelo fato de seus moradores serem mais escolarizados, já que as marcas morfológicas podem identificar o sujeito nulo. Sobre a pouca diferença dos resultados, a autora, perspicazmente, frisa que, mesmo na zona de mineração, o contato entre portugueses e africanos não foi muito intenso como nas áreas de *plantation*.



e demográficas. O autor chega a enfatizar, em várias passagens de seu livro, a relação diferenciada entre escravos e senhores nas duas regiões baianas, mostrando, inclusive, um contato mais direto entre senhores e escravos ou entre europeus e negros/mestiços na região sertaneja.

Nesse sentido, para Neves (2008), essa nova dinâmica, integradora de várias regiões interioranas, promoveu um sistema socioeconômico contrário à planificação do colonizador (que era pautada no latifúndio, na monocultura e no escravismo, mas que só foi executada, em sua totalidade, apenas no litoral). Para o autor, boiadeiros e tropeiros do alto sertão da Bahia expandiram seus negócios para diversas regiões, tanto do interior da província quanto para outras províncias, tendo tido grande participação no “povoamento” do interior.

É ao contexto de expansão pelo interior, muito difundido por sertanistas bandeirantes na Bahia, que remontam as origens do povoamento do semiárido baiano. Da situação sócio-histórica dos municípios do interior/sertões da Bahia, pode-se presumir uma situação de contatos linguísticos e culturais diversos.

A explanação sobre os contatos entre povos de diferentes etnias no período anterior ao século XX exige a busca por informações em diversas fontes, pois, como admite Neves (2008, p. 18), os recenseamentos brasileiros passaram a registrar dados distritais apenas a partir de 1920. Assim, para a escrita desta seção, foi preciso considerar estudos realizados por historiadores que, por sua vez, utilizaram-se de pesquisas em correspondências entre autoridades municipais e distritais, notas cartoriais, inventários *post mortem*, escrituras de escravos, correspondências particulares, cartas de alforrias, entre outras fontes historiográficas, além de informações divulgadas pelos censos.

Primeiramente, cabe salientar que os estudos sobre a escravidão na região semiárida da Bahia carecem de mais atenção por parte dos estudiosos. Nesse sentido, Silva (2011, p. 19), ao tratar da historiografia baiana das décadas de 1990 e 2000, constata que, das 146 dissertações de mestrados defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, no período de 1992 a 2007, 68% tiveram como recorte espacial a cidade de Salvador e a Região Metropolitana, 14% o sertão baiano, 5% a região sul do estado e 3% de outros estados (Sergipe, Pará, Mato Grosso e Ceará). Focando mais diretamente a escravidão oitocentista, a autora salienta que, desde as primeiras décadas do século XX, grande parte de pesquisadores ocupou-se da instituição da escravidão, mas identificou apenas 31% de trabalhos da produção historiográfica do Programa da UFBA com temática na escravidão e nos destinos da população negra e mestiça na Bahia. Mais ainda, a autora destaca como a temática da escravidão, nos sertões baianos, tem sido tão timidamente tratada nos estudos realizados no âmbito do Programa:

[...] percebo que, somente nos últimos anos do século XX, a historiografia baiana teria, timidamente, tocado na imensidão de nossos sertões. No que tange a essa aproximação, salienta-se que 30% dos trabalhos sobre o sertão baiano dedicam-se a escravos e ex-escravos, o que redundava em 4% do total das 146 dissertações de mestrado defendidas na UFBA entre 1992 e 2007. (SILVA, *op. cit.*, p. 21)

Das afirmações da autora, presume-se que a história da população de origem africana tem sido mais investigada nos espaços do Recôncavo açucareiro, de modo que a inserção da população africana e afrodescendente nas “terras de dentro” carece de mais estudos.

No que tange às regiões sertanejas, considerando a diversidade de atividades econômicas desenvolvidas nos séculos XVI e XIX, é lícito afirmar que os contatos não se deram de maneira uniforme. Na região de mineração na Chapada Diamantina, nos atuais municípios de Jacobina, Rio de Contas e Lençóis, houve, por exemplo, uma maior exploração da mão de obra escrava em comparação com o que houve na área pastoril. Não obstante essa maior presença de escravos, a presença africana foi mais tardia e mesmo momentânea, já que muitos afrodescendentes migraram para outras áreas após o esgotamento das jazidas mineradoras (principalmente para as áreas pastoris). Nessa região, também deve ter havido muitos escravos brasileiros que migraram do estado de Minas Gerais.

Neves (2008) descreve bens inventariados, de modo a proporcionar elementos para discutir o cotidiano de comunidade sertaneja alvo de sua pesquisa (na região da Serra Geral), apresentando as suas principais atividades agropecuárias e comerciais e, conseqüentemente, os contatos linguísticos delas decorrentes. Nos inventários apurados, entre outros bens, são elencados “engenhoca de moer canas”, plantações de milho, de mandioca e de algodão, jóias, balanças de pesar ouro, oratórios, imagens sacras, descascadores e prensas de algodão, quantias de dinheiro, mas, principalmente, a presença de animais, de cabeças de gado vacum, cavalos. Já o número de escravos era bastante reduzido.

O estudo de Neves (2008) tem o mérito de focalizar a escravidão colonial fora das regiões dos centros movimentados da economia da época, tratando, inclusive, das policulturas de abastecimento do mercado interno. Nas áreas de abrangência de sua pesquisa, a escravidão desenvolveu-se articulada com a meação<sup>11</sup>:

---

11 Vianna Filho (2008[1946], p. 185) destaca que a meação era mais um sistema de colaboração do que de subordinação, exigindo-se apenas duas qualidades: fidelidade absoluta e domínio completo da região.

A escravidão se desenvolveu no Alto Sertão da Bahia ao mesmo tempo e articulada com a meação. Choupanas de agregados confundiam-se com casebres de escravos. Contudo, as informações sobre meeiros, agregados ou não, tanto na documentação utilizada por esta pesquisa, como na historiografia tradicional sobre o sertão, são escassas e pouco esclarecedoras. (NEVES, 2008, p. 263)

A Tabela 1 resume os resultados da investigação realizada por Neves (2008) em 20% dos inventários *post mortem* do município de Caetité, autuados entre 1880 e 1887, que integram o acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), sendo examinados os espólios que possuíam fazendas na atual jurisdição de Igaporã. O pesquisador ressalta que 53% dos inventários registraram de um a dez escravos e 73% apresentavam menos de vinte, “inclusive velhos e crianças, maioria dos cativos em alguns plantéis” (p. 269). Em suma, o autor afirma que os inventários dos 30 proprietários por ele pesquisados somam 522 escravos e a média aproximada é de dezoito escravos por unidade agrária<sup>12</sup>. A tabela seguinte reproduz os resultados encontrados:

**Tabela 1**<sup>13</sup> Frequência de escravos por plantel (1768-1833).

Nº de escravos	Nº de plantéis
Menos de 05	05
De 06 a 10	11
De 11 a 20	06
De 21 a 50	06
Mais de 51	02

Fonte: APEB. Judiciário, Inventários.

A Tabela 2, também apresentada por Neves (2008), traz indícios de que os escravos que havia no Alto Sertão já tinham uma maior proficiência no português, já que eram brasileiros em sua maioria: dos 522 escravos, 76% eram brasileiros e 12% africanos e mais 12% sem declaração étnica ou foram reconhecidos como pretos:

12 O autor ressalva que os inventários da amostra realizada, por serem de épocas diferentes, em alguns casos, trazem os mesmos escravos em mais de um documento, por haver espólios de herdeiros.

13 Reprodução da tabela divulgada em Neves (*op. cit.*, p. 270).

**Tabela 2<sup>14</sup>** Origem, cor e gênero dos escravos (1768-1883).

<b>Origem/cor</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Não identificados</b>	<b>Total</b>
<b>Africanos</b>	<b>53</b>	<b>11</b>	-	<b>64</b>
Angolas	21	3	-	24
Minas	6	1	-	7
Benguelas	4	-	-	4
Hauçás	2	-	-	2
Nagôs	2	-	-	2
Congos	1	-	-	1
Rebolos	1	-	-	1
Africanos (sem ident.)	16	7	-	23
<b>Brasileiros</b>	<b>206</b>	<b>186</b>	<b>3</b>	<b>395</b>
Crioulos	113	103	1	217
Cabras	52	55	1	108
Mulatos	23	16	1	40
Pardos	16	12	-	28
Mestiços	2	-	-	2
<b>Sem Identificação</b>	<b>34</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>63</b>
Não declarados	25	23	2	50
Pretos	9	4		13
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>293</b>	<b>224</b>	<b>5</b>	<b>522</b>

Fonte: APEB. Judiciário, Inventários.<sup>15</sup>

A relação senhor/escravo na região da Chapada é apontada por Pina (2000, 2001) também como mais “íntima”, principalmente devido à confiança que teria que ter o proprietário da mina, para evitar roubos de diamantes. Almeida (2005, p. 53) suspeita que a relação não fosse tão próxima como nas regiões agropecuá-

14 Reprodução da tabela divulgada em Neves (*op. cit.*, p. 277).

15 Nos esclarecimentos feitos por Neves (*op. cit.*, p. 276), “crioulo”, qualquer negro nascido no Brasil. “Cabra”, crioulo filho de mulato e negro, de cor mais escura do que o mulato. “Mulato, expressão pejorativa, mestiço de branco com o negro. “Pardo”, designativo de cor entre branco e preto, talvez intermediação de mulato e branco. “Mestiço”, apenas alusão genérica atribuível a qualquer miscigenado.

rias, mas admite que deveria ser menos hierárquica do que nas zonas de *plantations* (Recôncavo).

Sobre a escassez de escravos no sertão da Bahia, no período colonial e imperial, cabe fazer algumas observações finais. Nesse sentido, são pertinentes as considerações feitas por Luiz Vianna Filho, importante político e intelectual baiano. Para Vianna Filho (2008[1946], p. 181),

o sertão “não foi hostil ao negro”, apenas a sua organização econômica o repeliu, haja vista que o escravo negro foi associado, primeiramente, ao açúcar, depois às minas, e mais tarde às plantações de café, de modo que, na economia das caatingas e dos campos pastoris, “foi um elemento deslocado.

Para isso, segundo o autor, concorriam múltiplos fatores: (i) o alto preço em desacordo com a pobreza das explorações da região; (ii) a própria natureza dos serviços locais, reclamando apenas limitado número de trabalhadores afeitos ao conhecimento geográfico dos tabuleiros sem fim e destinados a uma constante mobilidade no rastro dos animais tresmalhados; (iii) a impossibilidade de uma severa fiscalização, como a que exerciam, nos canaviais e nas minas, os feitores atentos. Assim, conclui:

Caro, ignorando a região, sempre disposto à fuga, o negro não oferecia, no sertão, as mesmas vantagens que dele fizeram o trabalhador indispensável do litoral. Excetuadas as zonas auríferas e diamantíferas, a cuja exploração se adaptava perfeitamente, não houve para ele um lugar na vida sertaneja. Um outro existia, desempenhando a função de criado ou de laçai. E quando muito foi um elemento de passagem, transitando pelas estradas do interior como tropeiro ou carregador, ou como parte mínima de alguma *bandeira*. Nas demais atividades, o precioso colaborador do branco foi o índio, e depois, ao se alastrar a miscigenação, o mameluco ou curiboca. (VIANNA FILHO, *op. cit.*, p. 182)

Quanto à presença indígena na região semiárida, também importante vetor para a gênese das modificações da língua portuguesa no Brasil, há alguns estudos que trazem informações a esse respeito. Há registros da presença de índios paiaís na região do semiárido, precisamente na região do Paraguaçu. Para a região da mineração, também há registros da presença de índios, muitos deles levados por bandeirantes paulistas para explorarem as minas. Na Bahia, há municípios com maior predominância de descendência indígena, por exemplo, no sul do estado, na região de Porto Seguro, na região nordeste da Bahia e também na zona semiá-

rida, a exemplo do município de Cícero Dantas. Salienta-se que os remanescentes indígenas são todos falantes do português.

É possível sustentar que, no interior sertanejo da Bahia, dado o baixo número de escravos negros, o povoamento tenha ocorrido, inicialmente, por indígenas e, mais tarde, por sertanejos filhos mestiços de portugueses com índias. Como salienta Vianna Filho (2008[1946], p. 183), o conquistador português logo percebera a superioridade dos índios para se embrenhar nas matas, vencendo obstáculos naturais e transpondo rios, além de serem “mais baratos”. As expedições das bandeiras, por exemplo, muito se serviram da presença indígena. Ainda segundo Viana Filho (*op. cit.*), por exemplo, o famoso sertanista Matias Cardoso Almeida, ao chegar à Bahia, em 1690, trouxe mais de 100 homens brancos e grande número de índios e não há nenhuma referência ao elemento negro. Da mesma forma, o eminente Cristóvão de Barros Cardoso trouxe, em suas expedições à Bahia, 150 brancos e mamelucos e 3.000 frecheiros tapuias.

Ao tratar da paisagem humana do pastoreio, Boaventura (1989, p. 73-75) defende a existência de uma “gente diferente da que vivia no trabalho da zona marítima”. Para o estudioso, não houve muita mestiçagem com o negro, havendo mais a mistura do “sangue índio” com o “sangue português”:

O pouco preto, elemento em geral negróide e não negro propriamente, que penetrou a catinga nordestina e se infiltrou nas terras que se espreguiçam além do vale do Paraguaçu, em meio às águas do Rio de Contas e frente aos barrancos do São Francisco, dilui-se na grossa mistura já encontrada de sangue índio e sangue português principalmente. Absorveu-o o sangue indígena. É o fenômeno que se denuncia a toda hora nas paragens sertanejas, na fisionomia acobreada dos seus habitantes atuais, já na delicadeza de linhas de alguns de pele mais escurecida, ou na finura do cabelo solto, ou na mediana estatura, ou mesmo na mentalidade, o que delata, de certo modo, parentesco bem próximo com o indígena, de estatura mais modesta, mais para brevilíneo que longilíneo, ao que se afirma. Veja, por exemplo, o cearense, em cujo caldeamento preponderou, por muito tempo, o elemento aborigine, conforme repete Gustavo Barroso. (p. 75)

O autor também cita a presença holandesa no povoamento de terras interiores sertanejas:

De ponta a ponta. Com o flamengo veio gente de outra origem, de outra raça. Brancas ou claras. O branco luso, em época anterior, havia marcado vigorosamente a sua entrada pelo sertão. Enxameiam por toda parte belos perfis de mulheres brancas e se encontram constantemente traba-

lhadores de pele alva e até aloirados. Conheci no Nordeste famílias inteiras, cujos componentes, mesmo os homens, traziam na face um róseo finíssimo, a par de traços limpos e nobres. E os narizes finos, os cabelos, que voam soltos, povoam os recantos mais longínquos e escondidos do Estado. (p. 73-74)

Sobre essa ascendência indígena da população das terras do sertão, Silva (2011) enfatiza a observação feita por José Calazans no sentido de destacar o fato de a obra *Os sertões*, publicada em 1902 – apenas 14 anos após a extinção do sistema escravista no Brasil –, não trazer em nenhuma página as palavras *escravo* ou *escravidão*. Nesse sentido, Silva (op. cit.) chega a levantar o questionamento de que a postura de Euclides da Cunha, bem como de outros estudiosos da época, poderia ser uma forma de branquear a população brasileira, vendo no índio uma figura mais heroica do que na do negro do litoral. Questionamento válido, mas que não encontra respaldo à luz dos testemunhos expostos nesta seção, pois, como informam os estudiosos, foi, de fato, em menor número a presença de africanos nas regiões sertanejas durante o seu povoamento, principalmente pelo fato de as atividades econômicas no sertão demandarem menos escravos.

Ao final desta seção, ressalta-se que não se fez uma exposição mais detalhada sobre a presença portuguesa na região do semiárido baiano, por se julgar que essa não foi muito diferente do que ocorreu em outros interiores brasileiros, ou seja, foram portugueses e/ou seus descendentes, sem muita instrução, que vieram habitar as terras interioranas baianas. Sobre essa questão, Neves (2011), amparado no ramo da história denominado *História de família*, destaca que poucos membros da nobreza portuguesa fixavam-se no Brasil após a exoneração dos cargos que ocupavam, permanecendo apenas representantes da pequena aristocracia rural, que formaram a base da elite colonial; os representantes desta, por sua vez, raramente preferiam “isolar-se” no sertão, distante dos núcleos urbanos. Esse mesmo autor declara que, na região do Alto Sertão da Bahia, o ápice da ocupação portuguesa se deu no século XVIII, após a descoberta de jazidas, tendo congregado muitos portugueses, que lá se misturavam com baianos e paulistas ao conseguirem arrendamentos de terras. O Alto Sertão da Bahia, segundo informa o autor, também atraiu a presença de mouros, judeus e ciganos, que fugiam das perseguições na Europa, optando pelo isolamento dos sertões.

Na próxima seção, são comentados, de forma resumida, alguns aspectos concernentes à natureza do português popular e sobre fontes de estudo para essa modalidade do português do Brasil.

## 2 O português popular no semiárido baiano e o fator escolarização

Este capítulo iniciou-se com a afirmação de que a escolarização deve ser considerada apenas um dos fatores que levam/levaram à existência das principais características do português popular brasileiro. Nesse sentido, foi argumentado que a composição histórica da demografia do Brasil foi o fator mais decisivo para imprimir peculiaridades na fala vernácula brasileira, na medida em que a grande presença africana no Brasil colonial e imperial, atrelada à participação ativa desse contingente populacional na dinâmica social do país, propagou as principais peculiaridades advindas na estrutura da língua portuguesa em decorrência da aquisição do português como L2 por uma grande massa de africanos escravizados ao longo dos quatro primeiros séculos do Brasil.

Na seção anterior, por sua vez, foram expostos resultados de pesquisas realizadas por historiadores e linguistas que apontam que, na região semiárida baiana, a presença africana foi, em termos numéricos, menos marcante do que a presença da população indígena e “mestiça”, tendo ficado a maior presença daquele contingente populacional nos espaços do litoral e do Recôncavo. Para além da questão numérica, foi discutido, também na seção anterior, que, em decorrência das diferentes atividades econômicas desenvolvidas nessas regiões, o tipo de relação entre falantes do português como L1 e falantes do português como L2 – isto é, entre a população de ascendência europeia e a de ascendência africana – foi diferenciada, impulsionando, por sua vez, resultados diversos na estrutura da língua portuguesa em formação no Brasil.

Assim, cabem dois questionamentos: i) a língua portuguesa no semiárido baiano esteve/está menos afetada pelas marcas típicas de línguas que passaram pelo contato linguístico, uma vez que a presença dos grandes difusores do “português geral brasileiro” foi ali menos frequente? ii) qual a relevância da escolarização para a caracterização das normas linguísticas no Brasil atualmente? É sobre essas questões que se discorre a seguir.

Começando a responder sobre a segunda questão, a que se relaciona com a escolarização, cabe notar que se, historicamente, no Brasil, o ensino jesuítico tinha pouco alcance social, essa situação teria se agravado com as reformas pombalinas, que implantaram o ensino público sob responsabilidade direta da Coroa Portuguesa, uma vez que faltavam professores e as escolas não estavam em todas as localidades, de maneira que muitos acabavam recebendo as instruções por parte de seus próprios parentes ou por professores particulares, no próprio ambiente doméstico. Essa precária situação levou a que Gandra (2010, p. 51) afirmasse o seguinte:



[...] em 1818, momento em que as reformas pombalinas já estavam bem consolidadas, apenas 2,5% da população masculina livre, em idade escolar, eram atingidos pelas aulas régias em São Paulo, o que provavelmente era a regra geral do Brasil (SILVA, 1997 apud VILLALTA, 1997, p. 357)

Havia, assim, nos anos dos setecentos e início dos oitocentos, uma acentuada elitização do ensino público e, em face da precária escolarização da população do Brasil da época, pode-se deduzir que havia também uma restrita situação de ensino realizada em âmbito privado ou doméstico. Essa situação começou a ganhar novos contornos a partir da segunda metade do século XIX, no período pós-abolicionista e republicano<sup>16</sup>. Nesse contexto, a escolarização passa a ser incentivada, pois, além de ser vista como essencial pelas elites e camadas médias em ascensão, havia também um estímulo em razão de mudanças socioeconômicas, pois, de uma cultura predominantemente oral, a urbanização crescente e as mudanças daí advindas demandavam a necessidade da escrita para se efetuarem as transações que esse sistema emergente criava.

A despeito dessa aparente preocupação com a melhoria na Educação no Brasil, a situação continuou, durante muito tempo, a ser precária. Nunes (2009, p. 147) informa, por exemplo, que Manoel Pinto de Souza Dantas, o presidente da Província da Bahia, declarou, em 1866, que “a instrução primária muito deixava a desejar por não estar bem disseminada, apesar de com ela se despender cerca de quarta parte da renda da província”. Faltavam, sobretudo, instalações apropriadas para o funcionamento das escolas, comprometimento de alguns professores e consciência de alguns pais, alunos, e, até mesmo, professores, do valor da educação formal.

O hiato entre o ideal estabelecido e os resultados era um fato, pois, segundo dados dos censos (IBGE), os índices de analfabetismo na Bahia eram altos e só aumentavam, embora houvesse várias medidas para o “exterminar”: em 1872, 81,9% e, em 1889, 91,3%<sup>17</sup>. No Brasil, com uma população de 4.600.000 indivíduos, o índice de analfabetos era de 80% entre a população livre, ou de 86% quando consideradas as mulheres; e, entre a população escrava, o índice de analfabetos era de 99,9% (FAUSTO, 1994, p. 137 apud MATTOS E SILVA e SOUZA, 2005, p. 2). Portanto, o quadro educacional ainda era dos mais desanimadores:

---

16 Havia, segundo Hilsdorf (2001, p. 71), o argumento iluminista de que “sem luzes os povos jamais serão felizes”.

17 Esse aumento de 10% pode ser explicado pelo fato de que, após 1888, os africanos e afro-brasileiros entraram nas estatísticas oficiais, pois já não eram mais considerados “peças”.

Na segunda metade do século XIX, muitos professores ainda não tinham formação adequada; além disso, eram mal remunerados e tinham de assumir as despesas com os locais de trabalho. Por outro lado, os alunos, embora se matriculassem nas escolas, não frequentavam as aulas, e suas famílias não empreendiam esforços para tal fim. (SANTANA, 2009, p. 92)

Desse modo, se, de acordo com Houaiss (1985, p. 88-89), no correr dos séculos XVI a XVIII, os portugueses plenamente escolarizados representariam algo entre 0,5 a 1% da população brasileira, o que dizer desse percentual entre a população das regiões mais recônditas do país?

Nesse sentido, Carneiro e Almeida (2006, p. 659), ao discutirem a constituição histórica do PB, articulam aspectos demográficos com o processo de escolarização no Brasil<sup>18</sup>, chegando à conclusão de que, apesar de, no século XIX, ter havido aumento de escolas, o percentual de letrados no Brasil e na Bahia ainda era baixo em fins do século XIX<sup>19</sup>, de modo que

Talvez não possamos falar de um português culto<sup>20</sup> no interior da Bahia para o período aqui estudado, mas, apenas, de um português semi-culto, e, principalmente, de um português popular, se, de fato, o processo de escolarização ocorreu nessa região nos termos como parece evidenciado pelos dados que apresentamos nos itens precedentes.

Não acreditamos que o ensino de primeiras letras, que na maioria das vezes ocorria de forma precária, vide depoimento de Durval Vieira de Aguiar, pudesse influenciar a variedade linguística usada pelo geral da população que permanecia excluída do sistema escolar.

Assim, é mais adequado postular que, na região semiárida, houve um predomínio da norma popular, pelo menos até o início do século XX, devido ao fato de a escolarização ter sido ainda mais rara do que havia na região litorânea e do Recôncavo.

---

18 Detiveram-se, em especial, ao século XIX, baseando-se em relatórios e falas dos presidentes de província e mapas de alunos sob a guarda do Arquivo Público da Bahia (APEB); coleção de leis e resoluções da Assembleia Legislativa da Bahia e, pontualmente, os atos do governo da província, ambos de 1835 a 1889, também do APEB, que estavam sendo arrolados por Antonietta de Aguiar Nunes.

19 As autoras apoiam-se nos estudos de Ferreira (1875 apud NUNES, 2003) e Novais e Alencastro (1997).

20 Nota das autoras: Definido aqui como o falado ou escrito por portadores de nível superior.

Sobre a primeira pergunta feita anteriormente, sobre a menor presença de africanos e afrodescendentes no espaço do semiárido, cabe responder, coadunando com Carneiro e Almeida (2006, 2011), sinalizando para o entendimento de que a população de origem africana pode ter exercido um maior papel na região semiárida da Bahia, na zona de agropecuária, a partir das migrações dos escravos que trabalharam nas minas e também no recôncavo para a zona de pecuária, no século XIX. Contudo, conforme se expôs na seção 1 deste texto, não se pode desconsiderar que a população indígena também tenha sido propulsora de mudanças linguísticas induzidas pelo contato. Soma-se a isso o fato de a ausência de escolarização/standardização linguística ter sido ainda mais acentuada no semiárido da Bahia.

### 3 Conclusões

A temática apresentada neste texto suscita uma extensa pauta de pesquisas, exigindo a contribuição de estudiosos de diferentes campos e teorias. É essencial também contar com uma rica fonte de dados linguísticos, sendo primordial a constituição de *corpora* linguísticos (orais e escritos). Sobre essa questão, urge que sejam formados bancos de dados que tragam ao cenário de pesquisas as faces do português popular, como, aliás, já vem sendo feito, tanto para as fontes do presente quanto do passado do português<sup>21</sup>. Somente assim poderá a constituição do português brasileiro popular ser bem avaliada.

Nesse sentido, considerando os aspectos discutidos neste capítulo, entende-se que o debate sobre a história sociolinguística do PB é fundamental para um entendimento contextualizado acerca da identidade linguística brasileira atual, sendo relevante considerar as duas grandes vertentes do português do Brasil. Assim, evitam-se afirmações genéricas e focalizam-se os fenômenos linguísticos encaixados na estrutura histórico-social da comunidade de fala analisada. Considera-se ainda que a hipótese interpretativa da *transmissão linguística irregular* é consistente para formação do PB.

As diferenças linguísticas entre certos usos cultos e populares – não apenas em termos de frequências, mas também de avaliação social e de tendências de mudanças – conduzem à crença de que, ainda nos dias atuais, existem especificidades que opõem a fala de pessoas escolarizadas à fala de pessoas com baixa ou nenhuma escolarização. Bortoni-Ricardo (2005) salienta, inclusive, a existência de fenômenos linguísticos que separam essas duas normas, com os seus conceitos de traços/regras *graduais/contínuos*, a exemplo da monotongação (vide a pronún-

---

21 Sobre a contribuição dos bancos de dados para os estudos sobre a formação e a realidade atual do PB, cita-se o texto de Araújo et alii (no prelo).

cia “fera” por “feira”) e de traços/regras *abruptos/descontínuos*, como em “craro” por “claro”.

Cita-se, ainda, o fato de, em comunidades fortemente ligadas pelo contato entre línguas, como o das comunidades rurais afro-brasileiras, os mais jovens, quando em comparação com os mais idosos, utilizarem com menor frequência traços linguísticos socialmente desprivilegiados, o que indica um processo de aquisição em direção à língua alvo.

Evidenciou-se, portanto, neste capítulo, que a presença de africanos no Brasil colonial e imperial foi muito marcante para a constituição da realidade linguística brasileira. Também ficou explicitado que os outros aspectos socioculturais focalizados (o constante deslocamento de escravos, a precária escolarização da maioria da população brasileira e a predominância de comunidades rurais no Brasil até o final do século XIX) tiveram importância e, mais do que isso, estão intimamente relacionados ao primeiro fator social citado e, de certa forma, são decorrentes dele, dado que foram os africanos e seus descendentes os mais atingidos pela tardia escolarização e urbanização brasileiras. Daí ser fundamental o conhecimento da história social do português brasileiro.

Por outro lado, acredita-se que novas evidências empíricas, a partir de pesquisas sócio-históricas e linguísticas com dados de comunidades de fala mais diversificadas, trarão mais elementos para o debate acerca da formação do PB e de sua realidade sociolinguística atual. De igual modo, é importantíssima a realização de pesquisas com dados do português popular de períodos mais recuados no tempo, como os que vêm sendo executados no âmbito do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa – NELP da UEFB (SANTIAGO, 2012; CARNEIRO, 2005, entre outros).

## Referências

- ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. *Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado em três comunidades rurais da Bahia*. Campinas: UNICAMP, 2005 (Tese de Doutorado).
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. Salvador: UFBA, 2014 (Tese de Doutorado).
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. A formação sócio-histórica do português do Brasil: contribuições do recôncavo baiano. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, Niterói, n. 39, 2009, p. 95-116.

- ARENDS, Jacques. A demographic perspective on creole formation. In: KOUWENBERG, S.; SINGLER, J. V. (Ed.). *The handbook of pidgin and creole studies*. Oxford: Blackwell, 2008, p. 309-331.
- BAKER, Philip. On the origins of the first Mauritians and of the creole languages of their descendants. In: BAKER, Philip; CORNE, Chris. *Isle de France creole*. Ann Arbor: Karoma, 1982.
- BAXTER, Alan N. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, v. 14, 1995, p. 72-90.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos linguísticos e literários*, n.19, Salvador, UFBA, 1997, p. 65-84.
- BICKERTON, Derek. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.
- BICKERTON, Derek. The language bioprogram hypothesis. *The behavioural and Brain Sciences*, n. 7, Cambridge University Press, 1984, p. 173-203.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: EDUFBA, 1989.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Edufba, 2006, v. 2, p. 649-674.
- CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. Demografia e norma linguística no semi-árido baiano nos séculos XVIII e XIX: uma introdução. In: FAGUNDES, Erivaldo (Org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Arcádia, 2011, p. 599-617.
- CELANI, Maria Antonieta Alba (Org.). *Ensino de segunda língua: redescobrimo as origens*. São Paulo: EDUC, 1997.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo de. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26-51.

GANDRA, Ana Sartori. *Cartas de amor na Bahia do século XX: normas linguísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar*. Salvador: UFBA, 2010 (Dissertação de Mestrado).

GUY, Gregory. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões linguísticos. *Organon*, 14 (28-9), 2000, p. 17-32.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LIGHTFOOT, David. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LIGHTFOOT, D. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge: MIT Press, 1991.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, 1994, p. 17-28.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000 (Tese de Doutorado).

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 17, n. 1, 2001, p. 97-132.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 63-92.

- LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: Roncarati, Cláudia; Abraçado, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 272-284.
- LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, Dante; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *A teoria da variação lingüística*. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>>. 2004. Acesso em: 23. set. 2016.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões. *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, no. 17, Recife. Editora Universitária/UFPE, 1995, p. 73-86.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. II: primeiros estudos, tomo II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, 2001, p. 275-302.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. “O português são dois...”: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editoria, 2004, p. 106-115.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. A escolarização relacionada à demografia na Província da Bahia no século XIX. *Actas do XIV Congresso Internacional da ALFAL*, Monterrey. Memórias. Monterrey: ALFAL, v. 1, 2005, p. 264-277.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestão para uma pauta de pesquisa. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, 2009, p. 11-30.

- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MUSSA, Alberto B. N. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991 (Dissertação de Mestrado).
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, n. 9, 1993, p. 437-454.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao mini-fúndio (um estudo de história regional e local)*. 2 ed. Revista e ampliada. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Mouros, judeus, ciganos: origens portuguesas de famílias do Alto Sertão da Bahia. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Arcádia, 2011, p. 63-117.
- NOVAIS, Fernando e ALECASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo. Companhia das Letras. (História da Vida privada no Brasil, 2), 1997.
- NUNES, Antonietta d'Aguiar. A educação na Bahia imperial. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). *História da educação na Bahia*. Salvador: IAT/Governo da Bahia, 2009.
- NUNES, Antonietta de Aguiar. *Política educacional no início da República da Bahia: duas versões do projeto liberal*. Salvador: UFBA, 2003 (Tese de Doutorado).
- PINA, Maria Cristina Dantas. *Santa Isabel do Paraguaçu: cidade, garimpo e escravidão nas Lavras Diamantinas, Bahia século XIX*. Salvador: UFBA, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- PINA, Maria Cristina Dantas. Os negros do diamante: escravidão no sertão das Lavras Diamantinas – século XIX. *Politéia*, v. 1, n. 1, 2001, p. 179-200.



- PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1554/1944). São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1982.
- PRICE, Richard. Palmares como poderia ter sido. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 52-60.
- RODRIGUES, Aryon D. *Línguas brasileiras*: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.
- SANTANA, Noemi Pereira de. Escola primária e padronização linguística na Bahia na segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão F. C.; GOMES, Luís. (Org.). *Novos tons de rosa*: para Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 75-94.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- SILVA, Marinélia Sousa da. Os sertões oitocentistas na historiografia baiana: notas sobre a escravidão. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). *Sertões da Bahia*: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Arcádia, 2011, p. 15-50.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Por uma história do português no Brasil. In: RAMOS, Jânia Martins e ALKMIM, Mônica A. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras-UFMG, 2007, p. 359-371.
- VIANNA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*: (um ensaio clássico sobre a escravidão). 4ª ed. Prefácio à primeira edição Gilberto Freire, notas à terceira edição Luís Henrique Dias, prefácio à quarta edição Luís Henrique Dias Tavares. Salvador: EDUFBA/Fundação Gregório de Matos, 2008.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. v. 1. Salvador: Itapuã, 1969.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa, 1997.

## **Qual o efeito da escola no português de Salvador?**

### **A contribuição do estigma**

Norma da Silva Lopes  
(UNEB)

#### **Introdução**

Nos estudos de diversos fenômenos linguísticos do português brasileiro, registram-se diferenças significativas entre os usos dos que frequentaram o ensino formal por mais tempo e os dos que têm menos escolarização. Faz parte do conhecimento comum que a escola promove ‘melhor’ uso do português e que, por outro lado, os não escolarizados não sabem usar essa língua.

Diante das avaliações que se fazem, hoje, da educação como um organismo que não tem atingido integralmente seu papel, vale refletir sobre o efeito dessa instituição na fala das pessoas que se expuseram mais ou menos à repressão normativa da escola. Este texto objetiva discutir o efeito do trabalho escolar sobre os usos linguísticos variáveis, fazendo a observação de resultados de pesquisas que fazem a comparação entre os mais e os menos escolarizados e ao mesmo tempo fazer uma análise sobre os objetivos a que a escola se propõe no trato com diversos fenômenos linguísticos variáveis no português brasileiro.

Ao lado das diferenças na escolha de variantes de fenômenos diversos que fazem os falantes mais e os menos escolarizados, pode-se perceber que em relação a alguns aspectos da língua a escola parece não interferir. Neste texto, discute-se a respeito da contribuição do estigma no efeito do ensino formal da língua.

Defende-se, neste texto, que o estigma social que as variantes sofrem concorre grandemente para que o efeito da escolarização seja mais ou menos garantido pela atuação dessa instituição. Aquelas variantes mais estigmatizadas são priorizadas pelo trabalho dos professores, que têm como papel preservar a forma padrão, ampliando a competência linguística do falante, capacitando-o a utilizar

formas mais prestigiadas. Ou seja, a escola tenta impedir a generalização da variante desvalorizada, mas concorrente na língua. Quando a variação/mudança envolve um traço não estigmatizado, comumente não é alvo da escola, por vezes nem é percebido pelos professores e, assim, não sofre o efeito da pressão escolar.

Pelo que se apresenta, quando há, entre os grupos, uma diferença grande nos usos linguísticos relativos a fenômenos variáveis, isso pode indicar que os menos escolarizados usem a(s) variante(s) estigmatizada(s). Nesse caso, presume-se que, se a escola focar suas atividades no combate a essas variantes, os mais escolarizados tenderão a não as utilizarem e preferirem formas apresentadas como as únicas a serem utilizadas; enquanto isso, os menos escolarizados continuam usando as referidas variantes. Daí a diferença entre a variedade linguística entre esses grupos de falantes, no que diz respeito à variação que envolve estigma, continuar preservada.

Tem-se que levar em conta também que, a depender da origem social dos professores, o estigma nem sempre é percebido, pois, muitas vezes, eles são de classes mais populares e o seu vernáculo é semelhante ao dos alunos, o que dificulta a definição do trabalho a ser implementado. A sua fala em sala de aula nem sempre é exemplo da variedade que se espera da sua função. O aluno, assim, perde a chance de contato com a variedade oral valorizada da língua, através da fala do professor, e o trabalho da escolarização, no que diz respeito ao contato com a variedade valorizada, nesses casos, se reduz aos textos escritos.

O presente texto, na seção 1, trata do que se sabe sobre a atuação da escola sobre os usos linguísticos; na Seção 2, discute-se o conceito de estigma e analisa-se a interferência do estigma no ensino; em seguida, na seção 3, faz-se um panorama sobre estudos da variação linguística em Salvador, considerando a variável escolarização como variável explanatória; na seção 4, são feitas algumas considerações sobre os achados no trabalho feito; e, finalmente, são feitas algumas considerações finais e apresentadas as referências.

## **1 Efeitos da escolarização sobre os usos linguísticos**

Silva e Paiva (1996) falam de três tendências básicas de efeito da escolarização em relação à substituição da forma não padrão pela forma padrão:

- a) Podem ocorrer casos em que os falantes entram na escola oscilando entre um grande e um pequeno uso da variante padrão, mas a escola “poda” a variante não padrão (...);
- b) em outros casos, em que a maioria dos falantes entra na escola sem usar a variante padrão, esta é adquirida durante sua escolarização sem que desapareça, porém, a variante não-padrão (...);

- c) finalmente, uma terceira modalidade ocorre quando os falantes entram na escola apenas com a variante que se considera não padrão, mas, paulatinamente, substituem essa variante pela considerada padrão. (SILVA e PAIVA, 1996, p. 348-9)

Silva e Paiva (1996) observam que as mulheres têm se mostrado mais sensíveis à escolarização do que os homens, ou seja, quando mais escolarizadas, elas apresentam mais fortemente que os homens o efeito regulador que esse processo representa. Silva e Paiva (1996, p. 349-50) consideram que isso se dá pela forma diferente como os dois grupos se comportam no ambiente escolar: enquanto as meninas, mais frequentemente, se interessam em serem as melhores alunas, isso não se dá com os meninos, que normalmente se interessam mais pela parte social que a escola traz, o recreio e a camaradagem entre os colegas. Essas variáveis, como se pode supor, interferem conjuntamente nos usos linguísticos, não de forma isolada.

## 2 O estigma

Nesta seção, busca-se entender o conceito e a origem do termo *estigma*, aqui referido, como fator que contribui para o efeito da escola nos usos linguísticos dos que a frequentam.

### 2.1 O estigma: o que é

No dicionário Aurélio (FERREIRA, p. 721), estigma tem diversas acepções, dentre elas ‘1 cicatriz, marca, sinal: *os estigmas* da varíola. 2 sinal infamante; ferrete’. A ideia que esses significados transmitem é de que o estigma é algo negativo, que dura, e que é provocado por algo exterior, que deixa marcado como negativo o elemento alvo desse traço: quem o vê sabe da sua condição.

Segundo Goffman (2004[1981]),

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. (p. 5)

No trecho apresentado, nota-se que o estigma faz uma indicação de marcas sociais importantes, que precisam ser informadas ao público. Segundo a autora,

cada sociedade estabelece os critérios para caracterizar as pessoas que nela estão inseridas.

Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social”. (p. 5)

Tudo o que se espera das pessoas constitui o que, segundo a autora, é considerado normal, de acordo com uma exigência social. O que foge a essa expectativa é o que torna o ser diferente dos outros, ou “menos desejável”. Esse traço não previsto, estranho ao que se considera normal, é o estigma,

especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real”. (GOFFMAN, 2004[1981], p. 5)

Para Goffman (2004[1981]), *estigma* estabelece uma relação entre atributo e estereótipo. No dicionário de Aurélio (FERREIRA, 1986), estereótipo é ‘Fôrma compacta obtida pelo processo estereotípico; estereotipia, clichê. (...) 2 Fig. Lugar comum (...)’. (p. 720).

Dessa acepção, percebe-se que o valor de estereótipo é de um molde ou modelo, a partir do qual vários elementos são feitos ou avaliados, o que desvia dele é defeituoso, é estigmatizado.

Pelo que se pode entender, o estigma é construído socialmente a partir de um elemento de classificação do outro, segundo critérios definidos na estrutura da sociedade como modelo, como padrão normal, em estereótipo formado. O estigma é o que se considera fora dos padrões normais, daí o anormal, o feio, o defeituoso. O estigma é, segundo o que se apresenta, algo que lembra ou remete às ‘feridas’ sociais de quem o apresenta.

## 2.2 Qual a relação com o ensino

Na diversidade linguística existente em todas as línguas, há fenômenos variáveis que não separam os mais e os menos escolarizados; os mais e os menos valorizados socialmente. Nesse aspecto, vale tratar dos traços contínuos ou graduais e descontínuos (BORTONI-RICARDO, 2004) que podem ser observados

na variedade do português brasileiro. A diferença entre esses tipos de traços (ou fenômenos variáveis) tem relação com o estigma que os falantes sofrem ao usarem determinadas variantes de alguns fenômenos.

Segundo Bortoni-Ricardo, são contínuos os traços que não distinguem grupos, ou não fazem a distinção entre usos valorizados ou desvalorizados, a exemplo de:

- (1) Vou fazer a tarefa
- (2) Vô fazê a tarefa

Essa variação é presente em todas as regiões e condições sócio-econômicas, não sendo alvo, pois, de qualquer preconceito. Esse é um traço contínuo, pois ele é realizado pelos menos escolarizados e continua a ser utilizado nos outros grupos de escolarização, e por todos os grupos, a depender da situação em que estes se envolverem.

Não é o que acontece com os traços descontínuos, que marcam os grupos. Eles diferenciam as pessoas, que passam a ser avaliadas por serem de um ou de outro grupo, a depender da variante que usem. A escolarização ou o prestígio social nesse caso é a linha de demarcação dos dois usos na sociedade; ao se utilizarem traços específicos dos menos valorizados, o falante sofre o estigma de fazer parte de um grupo valorizado, pouco inteligente, tabaréu, oriundo de periferia etc. Exemplos desse tipo de traços são os seguintes:

- (3) Os homens saíram
- (4) Os home saiu

Os exemplos (3) e (4) referem-se à variação da concordância nominal (os homens/os home $\emptyset$ ) e da concordância verbal (os homens saíram/saiu $\emptyset$ ). Presume-se que quem passa pela escola não realiza o mostrado em (4), mas algo como o que se vê em (3). Esse é, pois, um traço descontínuo (pois não continua a existir nos outros grupos de prestígio ou mais escolarizados). A barreira da escolarização deve impedir ou, pelo menos, causar grande redução nos seus usos, a exemplo do (4). Isso ocorre na comparação entre falares urbanos e rurais. Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 53),

(...) Alguns itens são típicos dos falares situados no polo rural e que vão desaparecendo à medida que nos aproximamos do polo urbano. Dizemos, então, que esses traços têm uma distribuição descontínua porque seu uso é “descontinuado” nas áreas urbanas.

A escolarização, assim, se concentra em trabalhar a variação que envolve traços descontínuos, não os contínuos, pois sua função deve interferir na fala dos desprestigiados, fazê-los perder traços que são marca de baixo prestígio social, dando a contribuição da escola para isso.

### 3 Alguns estudos sobre a interferência da escolaridade na escolha de variantes em Salvador

#### 3.1 Nós/A gente

A variável Nós/A gente no português brasileiro tem sido muito estudada entre os linguistas, alvo de observação em muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado. A Tabela 1, a seguir, foi retirada da dissertação de Abdon Mendes de Santana (SANTANA, 2014), que utilizou como *corpus* de sua pesquisa o Programa de Estudos sobre o Português Popular de Salvador (PEPP) para estudar a variação Nós/A gente.

Ao analisar os resultados, nota-se que a variação não é controlada pela escola, uma vez que os menos escolarizados fazem uso da variante padrão (nós) mais que os que têm mais tempo de escolarização (ensino médio). Essa é uma variação que envolve um traço contínuo, pois a forma *a gente*, a forma inovadora, está sendo usada por todos e mais ainda pelos que têm escolaridade média e menos pelos de escolaridade fundamental, conforme os percentuais distintos do nós 30% (fundamental) e 17% (média), assim como os pesos relativos (.58 e .40, respectivamente).

**Tabela 1** Efeito da escolaridade na escolha de Nós na Variação Nós/A gente no PEPP.

ESCOLARIDADE	N. OCOR / TOTAL	FREQUÊNCIA	P.R.
Ensino Fundamental	76/254	30%	.58
Ensino Médio	33/199	17%	.40
<b>TOTAL</b>	109/453	24%	

Fonte: Santana (2014).

**Tabela 2** Frequência do uso de Nós / A gente em NURC-SSA-LOPES; NURC-SSA-NASCIMENTO; PEPP.

PRONOME	NURC-SSA-LOPES (2013)	NURC-SSA-NASCIMENTO
<i>Nós</i>	63%	51,8%
<i>A gente</i>	37%	48,2%

Na análise da Tabela 2, percebe-se que, conforme estudo de 1993, com dados do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta no Brasil – NURC – da década de 1970, a diferença entre as duas variantes nos falantes do *corpus* de nível superior daquela

década era grande (Nós-63%; A gente – 37%). Já na análise com dados mais recentes com falantes de mesma escolaridade, nota-se uma proximidade entre os usos das duas variantes (Nós – 51,8%; A gente – 48,2%). Isso demonstra que variante inovadora *a gente* tem crescido entre os falantes de nível superior, revelando despreocupação da escola com o uso dessa variante.

### 3.2 Concordância verbal

A concordância verbal é um assunto trabalhado e cobrado em todas as séries da educação básica. A ausência de concordância é um traço descontínuo, muito estigmatizado.

Neste texto, tomamos resultados de estudos de Constância Souza (SOUZA, 2009) sobre a variação desse fenômeno na 3<sup>a</sup>. pessoa do plural em Salvador, utilizando dados do PEPP e do NURC. A Tabela 3 apresenta a análise do condicionamento da escolaridade sobre a escolha da variante de prestígio (com concordância).

**Tabela 3** Condicionamento da escolaridade na realização da concordância verbal em Salvador.

<b>Escolaridade</b>	<b>CV/Total de dados</b>	<b>Percentual</b>	<b>Peso Relativo</b>
Fundamental (Até 5 anos de escolaridade)	518/1050	49%	.22
Média (até 12 anos de escolaridade)	784 / 1200	65%	.36
Superior (curso universitário)	1036 / 1118	92%	.85

Fonte: Souza (2009).

Os resultados revelam que o efeito do ensino sobre a realização da concordância é grande, o que revela que dá para concluir que esse fenômeno é preocupação efetiva da escola: enquanto os que têm pouca escolaridade fazem a concordância padrão em 49% dos dados, com peso relativo .22, quem tem escolaridade superior o faz em 92%, com peso relativo de .85, o que reflete o intenso trabalho escolar (e com resultados bastante consistentes) sobre a variante desprestigiada.

### 3.3 Concordância nominal

A ausência da concordância nominal padrão entre os elementos do sintagma nominal é alvo de estigma e é um dos traços que definem se o falante é socialmente valorizado ou se faz parte da classe social mais desfavorecida da sociedade. É um



aspecto sempre estudado em todas as séries da educação básica, cobrado nos concursos e observado em entrevistas de emprego. A seguir, apresentam-se resultados sobre o efeito da escolaridade sobre a escolha da variante padrão na concordância nominal.

**Tabela 4** Condicionamento da escolaridade na realização da concordância nominal.

<b>Escolaridade</b>	<b>CN/Total</b>	<b>%</b>	<b>P.R.</b>
Fundamental	2832/4431	64%	.18
Média	3814/4657	82%	.46
Superior	4605/4817	96%	.82

Fonte: Lopes (2011).

Assim como na concordância verbal, a concordância nominal reflete o trabalho escolar, revelando a preocupação com o distanciamento do fazer desprestigiado do grupo que detém o menor prestígio na sociedade. Dessa forma, a diferença entre a realização da variante prestigiada dos mais e dos menos escolarizados vai de 96% a 64%, respectivamente; os pesos relativos à escolaridade nos dois grupos são, respectivamente, .82 e .18, refletindo o quão importante é a escola no combate à variante não padrão.

### 3.4 Variação na expressão do futuro

Em Santos (2012), as variantes concorrentes de futuro observadas são: futuro do presente, futuro perifrástico e presente do indicativo, a seguir exemplificadas:

- Futuro presente: Então é... como vocês deve sabê, né... que tem aquela coisa do espírito e a coisa da carne. Espiritualmente se num ‘tivé bem, a gente *será* abalado (com o morfema de futuro –RE –).
- Futuro perifrástico: Aí eu *vô gastá* uns cinco mil reais nesse carro. (com auxiliar IR no presente + INF).
- Forma de presente do indicativo: Você *vai* pro seu canto que eu *vô* po meu.

Na observação de Santos (2012), foram encontrados os resultados apresentados na Tabela 5.

**Tabela 5** Resultado geral de frequência das três variantes.

	<b>Forma sintética</b>	<b>Forma perifrástica</b>	<b>Forma de presente</b>	<b>Total</b>
Ocorrências	01	494	108	603
Percentuais	0,1%	81,8%	18,1%	100%

Os resultados revelam que a variante padrão é menos realizada em Salvador. Se não houvesse um número de ocorrências tão pequeno e se não fosse só uma pessoa a realizar o dado com o futuro do presente, o fato de ser uma mulher o informante a usar uma forma em evidente desuso poderia ser um argumento a reforçar as hipóteses sociolinguísticas de que são as mulheres mais sensíveis às imposições sociais. Trata-se de uma informante considerada semialfabetizada, já que cursou as duas primeiras séries do ensino fundamental, com 45 anos de idade, exposta à mídia, com estada de cerca de seis meses fora da comunidade. No levantamento dos dados sociolinguísticos, ressaltou-se que ela é leitora da Bíblia. Essa informação corrobora a interpretação de que se trata de uma forma influenciada pelo discurso religioso.

Observa-se que o efeito da escolarização nos fenômenos não é mesmo:

- (1) A presença de marca de plural em verbos e nomes é muito maior entre os que atingem maior nível de escolaridade, refletindo a preocupação escolar com o combate à forma estigmatizada.
- (2) Em contrapartida, na variação **NÓS/A GENTE**, a forma **A GENTE** (forma inovadora) é mais encontrada entre os que têm escolarização média do que entre os que têm apenas escolaridade fundamental.
- (3) Na concordância nominal, nota-se a preocupação da escola: quanto mais escolaridade, mais concordância.
- (4) Na escolha entre as formas de futuro, o fato de a forma perifrástica não sofrer estigma não nos leva a perceber o trabalho escolar na tentativa de combate a essa forma não padrão.

## 4 Considerações finais

Conforme se viu, é o preconceito sobre os usos linguísticos que rege o ensino; não é o fato de a variante ser ou não padrão, mas o prestígio que ela carrega. A depender da avaliação da variante pela sociedade, ela será alvo ou não do trabalho escolar. Dessa forma, é o preconceito que rege o ensino da língua, o que é mais alvo de discriminação ou do preconceito é que deve constar da lista de assuntos a serem trabalhados.

O que determina, pois, os conteúdos a serem trabalhados é o valor das variantes apresentadas pelos alunos no mercado linguístico (BOURDIEU, 2008[1996]). E o efeito da escolarização está relacionado ao empenho da escola no combate às variantes: aquelas que são mais alvo de estigma, aquelas que demarcam fronteiras entre grupos prestigiados e não prestigiados são ferrenhamente trabalhadas a todo tempo e mais cobradas, e o efeito aparece ao comparar os falantes com níveis de escolaridade diferentes; as que não são estigmatizadas não são preocupação da escola, se constituem em variação que aparece em todos os grupos (etários, de escolaridade etc.), são os traços contínuos (BORTONI-RICARDO, 2004).

## Referências

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Micelli et alii. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 (Clássicos; 4).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. revista e aumentada, 30ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.
- LOPES, Norma da Silva. *A fala baiana em destaque: a concordância nominal*. München: Peníope, 2011.
- NASCIMENTO, Carina Sampaio. *Nós e a gente em Salvador: confronto entre duas décadas*. Salvador: UFBA, 2013 (Dissertação de Mestrado).
- SANTANA, Abdon Mendes Borges. *Nós e a gente: um retrato do português popular de Salvador*. Salvador: UNEB, 2014 (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Eduardo Pereira. *A expressão da futuridade verbal em Santo Antônio de Jesus: uma análise variacionista*. Salvador: UNEB, 2012 (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Viviane Marcelina da; LOPES, Norma da Silva. A variação do futuro gramatical em Salvador. Recife, 2012. Texto apresentado na SBPC (inédito).
- SOUZA, Constância Maria Borges de. *A concordância verbal na fala de Salvador: duas realidades sociolinguísticas*. Salvador: UFBA, 2009 (Tese de Doutorado).

## Gramaticalização e contexto morfossintático: o que *acham*, *olham* e *dizem* os soteropolitanos?<sup>1</sup>

Cristina dos Santos Carvalho<sup>2</sup>  
(UNEB)

### Introdução

Os estudos sobre gramaticalização têm deslocado o seu foco de atenção do exame de itens específicos para análise das construções em que se encontram esses itens. Ademais, têm incorporado às suas análises o desenvolvimento de marcadores discursivos<sup>3</sup> (TRAUGOTT, 1997, 2014; MARTELOTTA, 2010, 2011). Assim, em consonância com esses novos direcionamentos nos estudos sobre gramaticalização, tenho investigado tanto formas como construções verbais e tenho considerado o seu desenvolvimento tanto em categorias gramaticais como em marcadores discursivos.

Neste trabalho, seguindo uma orientação funcionalista (vertente americana), analiso, a partir dos resultados obtidos com a execução do projeto *Gramaticalização de verbos em construções complexas na fala popular de Salvador: reanálise e contexto morfossintático*, a relação entre gramaticalização de formas/construções verbais e contextos morfossintáticos. Centrando minha atenção nos verbos *achar*, *olhar* e *dizer* e nos contextos de primeira, segunda e terceira pessoas do singular, busco responder ao seguinte questionamento: Qual a contribuição desses contextos, dos pontos de vista gramatical e semântico-pragmático, para as novas fun-

- 
- 1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada à Banca constituída pela Universidade do Estado da Bahia para avaliação do meu processo de promoção e progressão na carreira do Magistério Superior.
  - 2 Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – CAMPUS XIV (Conceição do Coité) / PPGEL (Salvador).
  - 3 Cf. definição de marcadores discursivos na seção 2 deste trabalho.

ções codificadas pelos usos gramaticalizados dos verbos analisados? Para tanto, baseio-me em usos reais do português brasileiro, mais especificamente da fala popular soteropolitana, extraídos do banco de dados do Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado de Salvador (PEPP).

Com o intuito de discutir os aspectos envolvidos no questionamento apresentado, este trabalho está estruturado em quatro partes. Na primeira, apresento uma breve descrição do projeto desenvolvido, destacando seu objetivo, sua orientação teórica, seus participantes e produtos. Na segunda, faço uma reflexão teórica sobre a noção de gramaticalização e as implicações do rótulo “construção” e/ou do papel do contexto morfossintático para a (re)definição dessa noção. Na terceira, caracterizo o *corpus* da pesquisa no que diz respeito à sua constituição e ao perfil dos informantes e das entrevistas. Na quarta, procedo a uma análise qualitativa dos usos – gramaticalizados ou não – dos verbos *achar*, *olhar* e *dizer* registrados no *corpus*, levando em conta as formas e/ou construções verbais em que tais usos ocorrem e os contextos morfossintáticos que possibilitaram a gramaticalização. Em seguida, teço as considerações finais em relação à análise efetuada e ao questionamento aqui levantado.

## 1 O projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa *Gramaticalização de verbos em construções complexas na fala popular de Salvador: reanálise e contexto morfossintático* está vinculado a dois grupos de pesquisa cadastrados no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): *Fala e contexto no português brasileiro* (UNEB) e *PROHPOR/ GRAM - Aspectos da Gramaticalização na História do Português* (UFBA).

O referido projeto, fundamentado nos postulados teóricos do Funcionalismo norte-americano (HOPPER, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993, 2003; BYBEE et al., 1994; MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996; TRAUGOTT, 1997; BYBEE, 2003; MARTELOTTA, 2010, 2011, entre outros), tem como objetivo geral analisar os empregos – gramaticalizados ou não – de alguns verbos (por exemplo, *achar*, *olhar*, *pensar*, *dizer*, *ver*, *saber* e *sentir*) e os contextos morfossintáticos que possibilitaram a reanálise desses verbos em formas/construções gramaticalizadas. A sua proposição foi motivada pelo fato de, na época, haver pouquíssimas notícias de estudos sobre gramaticalização – Souza (2003), Alcântara (2009), a título de exemplo - que investigassem formas/construções verbais e/ou utilizassem como *corpus* dados da fala popular de Salvador.

Do ponto de vista metodológico, para observação e análise dos dados, a pesquisa adota os pressupostos da Sociolinguística Variacionista ou Quantitativa (LABOV, 1983). Advirto, no entanto, que, embora seja utilizado o instrumental meto-

dológico dessa vertente da Sociolinguística, o fenômeno linguístico aqui investigado não constitui um caso de variação linguística mas sim um processo de mudança linguística. A pesquisa segue, então, a esteira de discussões mais teóricas sobre essa questão (NARO; BRAGA, 2000; VITRAL; VIEGAS; OLIVEIRA, 2010; TAVARES, 2013) e estudos sobre o português brasileiro (GÖRSKI et al., 2002, 2003; FREITAG, 2003; CARVALHO, 2004; RODRIGUES, 2006; AMORIM, 2013, dentre outros) que têm analisado fenômenos morfossintáticos sob uma ótica sociofuncionalista.

Desde o início, a execução do projeto supracitado tem contado com a participação de bolsistas de Iniciação Científica (IC), que têm desenvolvido, sob a minha orientação, subprojetos com ênfase em diferentes verbos e contextos morfossintáticos. Como resultado desse trabalho conjunto, alguns produtos do projeto têm sido: monografias de graduação e pós-graduação, palestras proferidas e/ou comunicações apresentadas pela coordenadora e/ou bolsistas em eventos acadêmicos de abrangência nacional ou internacional; trabalhos publicados em revistas ou anais (CARVALHO, 2011, 2013; SILVA; CARVALHO, 2011, 2012; MOTA; CARVALHO, 2012; LIMA; CARVALHO, 2014; GOMES; CARVALHO, 2014); capítulos de livros (CARVALHO; SILVA, 2013).

## 2 Pressuposto teórico: a noção de gramaticalização

Desde a sua cunhagem por Meillet (1912), a gramaticalização tem sido entendida como um processo de mudança linguística que pressupõe alteração de estatuto categorial de elementos. Em uma acepção mais restrita, foi, inicialmente, vista como um processo pelo qual itens lexicais assumem, em determinados contextos linguísticos, funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais (HEINE et al., 1991; BYBEE et al., 1994, dentre outros).

Assim, a dicotomia item lexical *vs.* item gramatical tem sido considerada fundamental para o conceito de gramaticalização *stricto sensu*. Baseio-me em Hopper e Traugott (1993), Gonçalves et al. (2007) e Martelotta (2011) para caracterizar esses itens. Entre os elementos lexicais, incluem-se aqueles que fazem referência a dados – objetos, entidades, ações, estados, qualidades, sentimentos, processos, de forma geral – do mundo bio-psíquico-social e pertencem à classe dos substantivos, verbos e adjetivos. Entre as unidades gramaticais, como essa própria expressão já sugere, inserem-se aqueles que expressam funções gramaticais, a saber: marcar tempo, aspecto e modalização (verbos auxiliares ou modais); estabelecer relações lógicas entre sintagmas e orações (preposições e conjunções); indicar se entidades e participantes do discurso já foram identificados ou não (pronomes e artigos); e mostrar se essas entidades e esses participantes estão próximos do falante ou ouvinte (demonstrativos).

Tomando emprestadas as palavras de Gonçalves et al. (2007), advirto, no entanto, que a distinção anteriormente feita “serve simplesmente para diferenciar o conjunto de propriedades que identificam uma e outra categoria, o que não deve expressar um entendimento de que se está tratando a língua como portadora de categorias discretas” (GONÇALVES et al., 2007, p. 17). Uma evidência dessa não discretude na distribuição de categorias linguísticas é justamente a possibilidade de haver migração de um elemento de uma categoria para outra (1), (2), como demonstra o próprio processo de gramaticalização.

(1) Doc: Sim, então em que igrejas você costuma ir?

O1: Eu vou muito, eu **vou** todo o vinte e oito eu **vou** a S. Judas Tadeu... (PEPP, Inf. 01, p. 7)

(2) Eu acho o pior veículo pra, pra esses lances aí é a televisão, a televisão agora está abertamente, não tem controle, antigamente aqueles filmes de Tarzan, (...inint...), era o Zorro, hoje em dia é o que, umas novelinhas aí que você não pode proibir, está dentro de casa então eu **vou desligar** a televisão, ele sai e **vai assistir** em outro lugar, e aí? PEPP, Inf. 15, p. 13)

Nos exemplos acima, o verbo **ir** tem comportamento diferente: em (1), é um verbo pleno<sup>4</sup>, indicando deslocamento espacial; já em (2), funciona como verbo auxiliar diante de infinitivo, possuindo valor de futuro. O uso em (2) é resultante da gramaticalização do uso em (1), via deslizamento metafórico<sup>5</sup> do domínio do espaço para tempo.

Sobre as pesquisas iniciais sobre gramaticalização, Oliveira (2011) ressalta:

A análise, via de regra, se fazia a partir da seleção de um elemento, que, tomado como objeto de estudo, era de certa forma “isolado”, descrito e analisado. Longe de constituir limitação teórico-metodológica, o conjunto dessas pesquisas representou um marco de delimitação da nova vertente teórica, face ao viés formalista que dominava a pesquisa linguística dos anos 70. Embora houvesse referência a aspectos no nível pragmático-discursivo, como *informatividade*, *relevância*, *fluxo informacional*, por exemplo, a maioria das pesquisas focava um ou outro elemento, isolando-o do contexto efetivo em que era empregado. (OLIVEIRA, 2011, p. 39)

Todavia, na gramaticalização, a mudança categorial nem sempre opera apenas em um determinado item, mas em toda a construção em que se encontra esse

4 O rótulo “verbo pleno” remete aos chamados verbos lexicais, cujos significados fazem referência a dados do mundo bio-psíquico-social. Por essa razão, esses verbos são considerados como de significação plena, mais concreta e básica.

5 Sobre atuação da metáfora no processo de gramaticalização, conferir item 4.2 deste trabalho.

item, como ilustra o exemplo de gramaticalização do verbo *ir* em (3): nesse exemplo, *ir*, no contexto de terceira pessoa do singular, seguido da conjunção *que*, mais especificamente, na construção *vai que* (LONGHIN-THOMAZI, 2010), é empregado como conjunção condicional. Nesse contexto, a reanálise, aqui entendida como “mecanismo que atua no eixo sintagmático, caracterizando-se por uma reorganização da estrutura do enunciado e uma reinterpretação dos elementos que o compõem” (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996, p. 57), se dá em toda a construção, que adquire o valor condicional.

(3) Pensando bem, melhor não. Acho mais prudente não arriscar. *Vai que* eu me entrego sem querer? Definitivamente, nada pode ser pior que isso, nada pode ser pior do que sucumbir por fraqueza. <http://www.revistazunai.com.br> (28 de janeiro de 2008)<sup>6</sup>

Mais do que uma mera aglutinação de itens, o rótulo “construção” pressupõe, então, “uma unidade com forma e significado, cujos aspectos de sua forma e de seu significado nem sempre estão previstos pelos elementos individualmente presentes em sua composição, nem por outras construções preexistentes na língua” (GOLDBERG, 1995, p. 04). Em outras palavras, “uma determinada expressão, uma vez amalgamada, no cumprimento de determinada função comunicativa, é um todo de forma e sentido, de modo que não se chega à aludida função pela soma dos sentidos de seus constituintes internos” (OLIVEIRA, 2011, p. 39).

Nesse sentido, é importante assinalar que construções não constituem apenas as chamadas expressões idiomáticas de uma língua já que podem ser de distintas naturezas: mais lexicalizadas<sup>7</sup> ou mais gramaticalizadas. A esse respeito, afirma Martelotta (2011):

Isso sugere que a ausência de composicionalidade não se restringe às expressões idiomáticas, manifestando-se como um fenômeno mais geral da gramática das línguas. Ou seja, salienta a realidade das construções como uma unidade da gramática o fato de seu sentido geral não ser previsto a partir da união lógica dos valores de seus componentes e o fato de podermos falar que expressões inteiras possuem sentido semelhante ou não em relação a outras expressões. (MARTELOTTA, 2011, p. 60)

6 Exemplo de Longhin-Thomazi (2010, p. 141).

7 Nesse caso, as construções são resultantes da lexicalização, que é também um processo de mudança linguística: nos termos de Martelotta (2011, p. 117), “um processo criador de novos elementos lexicais, modificando ou combinando elementos já existentes”. Alguns exemplos de lexicalização são *pé de moleque*, *colher de chá* e *Maria vai com as outras*. Cezario (2012) esclarece que, embora lexicalização e gramaticalização partilhem princípios, o produto da primeira, além de ter um sentido referencial, pode desempenhar funções sintáticas características de nomes e verbos.



Assim, na literatura linguística (TRAUGOTT, 1997; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; BYBEE, 2003; NOËL, 2007, dentre outros), com a constatação da relevância do contexto morfossintático ou da construção em que a forma fonte ocorre para a gramaticalização, tornou-se premente uma nova perspectiva de análise que deslocasse o foco de atenção apenas de itens específicos, além da redefinição do próprio processo de gramaticalização, para “mudança através da qual, em certos contextos linguísticos, os falantes usam (parte de) uma construção com uma função gramatical, ou atribuem uma nova função gramatical a uma construção já gramatical” (TRAUGOTT, 2009). Sobre essa mudança de perspectiva de análise nos estudos sobre gramaticalização, Oliveira (2011, p. 40) considera que as pesquisas contemporâneas “levam em conta justamente esse olhar mais holístico, que destaca o viés metonímico e a perspectiva construcional para a análise de padrões de uso cumpridores de funções no nível gramatical ou pragmático-discursivo”.

Vale ainda destacar que, em relação ao escopo do objeto de análise, neste trabalho, nos mesmos moldes em que é admitido por autores como Traugott (1997, 2014) e Martelotta (2010, 2011), assumo que os estudos sobre gramaticalização também incluem o desenvolvimento de marcadores discursivos, elementos que “veiculam estratégias discursivo-pragmáticas, indicando a atitude ou a perspectiva do falante em relação ao conteúdo transmitido ou sua preocupação com a recepção desse conteúdo pelo ouvinte” (MARTELOTTA, 2011, p. 93). Tal assunção é importante porque, em relação à gramaticalização de formas/construções verbais, o contexto morfossintático de segunda pessoa do singular tem propiciado a reanálise dessas formas/construções verbais em marcadores discursivos, acentuando-se a sua função interpessoal (HALLIDAY; HASAN, 1976), como ilustrarei no item 4.2 deste trabalho.

### **3 O corpus**

O *corpus* da pesquisa é constituído de textos da modalidade falada do português contemporâneo (século XX), extraídos do Banco de dados do Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado de Salvador (PEPP).

O PEPP, desde a sua criação, está sob a coordenação de Norma Lopes, professora da UNEB, tendo contado ainda com a participação de outras pesquisadoras: as professoras Constância Maria Borges de Souza e Emília Helena Portella Monteiro de Souza. A implementação de tal Programa, como explica a própria coordenadora, foi motivada pela necessidade de se constituírem amostras mais atualizadas do português falado em Salvador e não apenas representativas da fala culta. Nesse caso, nos termos de Lopes (2009),

Com o PEPP, [...] pretende-se [...] suprir a falta de dados sobre o português falado pelos não universitários. Assim, o PEPP tem como níveis de

escolaridade o Fundamental e o Médio (11 anos de estudo), daí o termo *popular*, por se saber que a massa popular representa a maior parte da população que está basicamente compreendida entre esses dois níveis. (LOPES, 2009, p. 13)

O banco de dados do PEPP é composto por quarenta e oito entrevistas realizadas no período de 1998 a 2000, que exibem as seguintes características:

- (a) apresentam informantes que são naturais de Salvador e aí permaneceram a maior parte de suas vidas (nesse caso, foram adotados os mesmos critérios do Projeto NURC – Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta, no Brasil, mais especificamente do Projeto NURC/Salvador); tais informantes estão distribuídos em quatro faixas etárias: de 15 a 24 anos, de 25 a 35 anos, de 45 a 55 anos e de 65 anos em diante;
- (b) possuem aproximadamente quarenta minutos de gravação;
- (c) versam sobre os seguintes temas: a educação do passado e a do presente, a relação entre pais e filhos, os castigos.

## 4 Evidências empíricas de gramaticalização na fala popular soteropolitana: análise dos dados

Até o momento, a pesquisa tem evidenciado, no que diz respeito à descrição da fala popular de Salvador, a gramaticalização de formas e/ou construções dos seguintes verbos: *achar*, *pensar*, *esperar*, *sentir*, *saber*, *olhar* e *dizer*. Tais verbos podem ser agrupados de acordo com o contexto morfossintático examinado:

- (a) primeira pessoa do singular: *achar*, *pensar*, *sentir*, *saber*, *ver*;
- (b) segunda pessoa do singular: *olhar*, *esperar*;
- (c) terceira pessoa do singular: *dizer*;
- (d) primeira pessoa do plural: *dizer*.

Dos verbos supracitados, como já foi mencionado, neste trabalho, centro minha atenção em *achar*, *olhar* e *dizer*, respectivamente, nos contextos morfossintáticos de primeira, segunda e terceira pessoas do singular. Passo a descrever os usos encontrados para esses verbos na fala popular soteropolitana, destacando aqueles mais gramaticalizados e a sua relação com os contextos em que se instanciou essa gramaticalização.

### 4.1 O que *acham* os soteropolitanos?

Resultados de estudos empíricos sobre o verbo *achar* (GALVÃO, 1999; CEZARIO, 2001; FREITAG, 2003, dentre outros) têm demonstrado que falantes de

distintas cidades do Brasil (tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis) têm atribuído ao verbo *achar*, no contexto de primeira pessoa do singular do presente do indicativo, mais especificamente na construção (*eu*) *acho (que)*, diferentes sentidos, dos quais alguns sinalizam reanálise categorial desse verbo.

Na fala popular soteropolitana, também se encontram distintos usos para *achar* na construção (*eu*) *acho (que)*: nesse caso, além do uso como verbo pleno, com o significado de ‘encontrar’ (4), *achar* tem sentidos de opinião/apreciação (5), palpite/sugestão (6), suposição/hipótese (7), dúvida (8), (9).

(4) Peixes, eu posso até, deixa eu ver se **eu acho** aqui um, eu não, devia ter pego... (PEPP, inf. 14, p. 10)

(5) DOC: As crianças antigamente eram mais obedientes, você acha que eram? São diferentes hoje?

13: **Eu acho que os meninos hoje são mais determinados**, assim em termos de querer porque a própria sociedade, a mídia influencia que os meninos hoje tenha que fazer um curso universitário, hoje também tem a própria abertura de a pessoa fazer um curso universitário né, mas antes tinha a dificuldade financeira, nem todas as crianças tinha a oportunidade que as crianças de hoje tem, por exemplo, hoje a minha filha, por exemplo, eu tenho uma filha, ele tem mais oportunidades de fazer um curso universitário do que eu, eu tive... (PEPP, inf. 13, p. 5-6)

(6) DOC: Pois é, é um perigo mesmo, né? E ... a respeito desse diálogo que você disse que os pais devem ter com os filhos. Você acha que isso tem melhorado?

20: Aí, de alguns, alguns aspectos estão melhorados, não, não está piorando, mas estão melhorando, está, está melhorando, certo? Se ... agora tem que vir desde cedo porque se deixar o filho levar ... daqui que você chegue e venha num diálogo vai ser pior. **Eu acho que você tem que começar desde cedo**, você já ensinando, ensinando, ensinando o que é, aí ele vai começar a respeitar a si próprio. ( PEPP, inf. 20, p. 5)

(7) Eu ... eu acho ainda que muita coisa ... é porque existe ainda muito cristão, muita gente que vai à igreja, porque eu ... eu ... a minha concepção de igreja é essa: se eu sou uma pessoa que gosto que venham me visitar, eu também tenho que ir visitar meu Deus. E o lugar da casa de meu Deus é aonde? a igreja. **Então eu acho que eu ir ali, eu vou visitar ele, eu vou falar com ele, vou conversar**, porque eu converso, eu chego, sento, e fico, tem horas que chego parecer que estou dormindo. Eu fico conversando, conversando, conversando ... Olhe, eu saio daqui até eu voltar, eu estou com o terço na mão. (PEPP, inf. I, p. 14)

(8) Ah, tratavam muito bem né, mas não eram, mas não eram pessoas de recurso, esse lado dos G..., apesar de ter um outro lado que era assim digamos metido a rico né, mas o meu lado de cá era bem pobre, de forma que a gente

foi eh, passando né desse jeito, quando o meu pai morreu, *eu estava acho que com doze anos aí eu fui morar com a minha tia lá no Rio Vermelho*, foi aí que eu me realizei da, como assim o prazer de menino de, de conhecer o mar, [...]. (PEPP, inf. 14, p. 1)

(9) DOC: E você a, ainda hoje se encontra com ela? Já...

18: Encontro mas a raiva já passou já, *agora a gente é amigo, eu acho*. (PEPP, inf. 18, p. 2)

Em (4), o informante tem a intenção de procurar um peixe no intuito de encontrá-lo; nesse exemplo, o verbo se apresenta com o sentido de ‘encontrar’, configurando, portanto, o aspecto característico de verbo pleno. Em (5), o informante tece uma apreciação sobre o comportamento das crianças atualmente; demonstra que tem consciência sobre o assunto de que fala, explicitando a sua opinião. Em (6), o informante sugere que o diálogo entre pais e filhos comece desde cedo; nesse caso, a presença de um verbo modal - *ter que* - na oração introduzida por *achar*, contribui para reforçar o valor de palpite/sugestão (VOTRE, 2004). Em (7), o informante faz suposições, partindo do seu comportamento, de como qualquer pessoa deve se portar se for a uma igreja. Em (8), (9), o informante, mesmo dando uma informação sobre sua própria pessoa ou sua vida, demonstra incerteza, dúvida sobre a sua idade e sobre a sua amizade com uma outra pessoa, respectivamente.

Os empregos ilustrados acima demonstram um percurso de abstratização dos sentidos de *achar*. O uso como opinião/apreciação já representa um estágio de gramaticalização de *achar*, embora, nesse uso, esse verbo ainda mantenha resquícios do seu significado como verbo pleno, o que remete a um princípio de gramaticalização - persistência - postulado por Hopper (1991)<sup>8</sup>. No novo sentido, *achar* apresenta um valor mais abstratizado, comportando-se como um modalizador de opinião. É o que Votre (2004) considera como uma transição do concreto para o abstrato: o achar algo no mundo concreto para achar algo no mundo das ideias. Essa observação também é válida para os usos de palpite/sugestão e suposição/hipótese.

No que concerne ao uso de *achar* como marcador de dúvida, é perceptível que toda a construção, nesse contexto, comporta-se como um advérbio, o que pode ser evidenciado não só pelo seu sentido de dúvida mas pela sua posição deslocada na sentença: intercalada (8) e final (9). Em virtude desse seu comportamento, considero, em consonância com outros estudos sobre o verbo *achar* (GALVÃO, 1999; CEZARIO, 2001; FREITAG, 2003, dentre outros), que esse seja

8 Tal princípio preconiza que traços (semânticos ou morfossintáticos) da forma ou construção original podem permanecer na forma/construção gramaticalizada e refletir restrições na sua distribuição gramatical.

o uso mais gramaticalizado desse verbo na fala popular soteropolitana. Nesse caso, houve uma migração de elementos do domínio do léxico para o gramatical, mais especificamente de uma construção verbal para um advérbio.

O contexto de primeira pessoa do singular, associado ao presente do indicativo, em sentenças complexas, tem possibilitado a reanálise de verbos em modalizadores de opinião, como se pode ver no uso (*eu*) *acho que*. Caso semelhante ocorre com o verbo *sentir* no uso (*eu*) *sinto que* (CARVALHO, 2004). A relação entre a nova função linguística desempenhada pelas construções gramaticalizadas e o contexto de primeira pessoa do singular, que lhes deu origem, parece bem motivada, uma vez que tais usos marcam um ponto de vista pessoal, com uma função modalizadora, atuando como um mecanismo de preservação de face do falante.

Nos estudos funcionalistas, essa motivação entre forma/construção e função linguísticas tem sido explicada a partir da noção de iconicidade, que se contrapõe à arbitrariedade linguística. Pode-se dizer que casos de gramaticalização em modalizadores de opinião servem como ilustração da iconicidade, que atua nos estágios iniciais do processo de gramaticalização. No entanto, nos estágios subsequentes, devido à atuação de processos como erosão/redução fonética, dessemantização, podem-se atenuar as relações icônicas. É o que parece estar acontecendo com o uso de *achar* como advérbio de dúvida, que, embora ainda possa ser atualizado linguisticamente na construção *acho que* (8), tende a ser realizado, cada vez mais, em uma forma mais reduzida dessa construção, *acho* (9).

#### 4.2 O que *olham* os soteropolitanos?

Pesquisas sobre o português brasileiro e outras línguas românicas (ROST-SNICHELOTTO, 2008, 2009; ROST-SNICHELOTTO; GORSKI, 2011, dentre outras) têm demonstrado que, no contexto de segunda pessoa do singular e na forma imperativa, verbos de percepção visual (entre esses, o verbo *olhar*) têm migrado de categoria para atuarem como marcadores discursivos que desempenham a função semântico-pragmática de chamada da atenção do ouvinte.

Na fala popular de Salvador, nesse contexto morfossintático, há registros dessa mudança categorial. Assim, os falantes soteropolitanos têm utilizado *olhar*, a partir de diferentes formas (*olha*, *olhe* e *oh*), não só como verbo pleno, de percepção (10), mas também como marcador discursivo (11).

(10) DOC: Lembra de alguma surra?

46: E como me lembro, ela tinha um cipó assim atrás da porta que quando ela falava uma vez olhava para gente, olhava assim por cima dos óculos eu ia saindo, aí quando ela levantava a cabeça eu voltava, ela levantava fazia menção de parar ao lado da porta apanhar o cipó botava assim atrás da costas *olhe*, e meu Deus eu dizia, vou apanhar de novo, lapiava as pernas direitinho o cipó de garro-

cho assim cheio de perninhas, lapiava direitinho as pernas, e não tinha que chorar não, hein? Você errou assuma seu erro, vai apanhar, cipoada pelas pernas dava muita cipoada na gente pelas pernas que a gente acabava... (PEPP, Inf. 46, p. 12)

(11) DOC: Quanto é que o senhor vende o cafezinho?

37: *Olha*, já tenho oito anos vendendo há vinte... não passei a vender a vinte centavos, hoje eu vendo a vinte e cinco [...] (PEPP, Inf. 37, p. 08)

Em (10), *olhe* tem apenas estatuto categorial de verbo e apresenta o sentido de percepção dêitico espacial: nesse caso, o falante direciona a visão do seu interlocutor para o local do corpo onde sua mãe escondia o cipó para lhe dar uma surra. Em (11), como marcador discursivo, *olha* enfatiza a função interpessoal (HALLIDAY; HASAN, 1976) entre falante e ouvinte, atuando como um elemento prefaciador, tomando aqui emprestado o termo de Rost-Snichelotto (2008, 2009): mais especificamente, introduz a resposta do falante à pergunta do documentador sobre o preço do café.

Ainda segundo a proposta de Rost-Snichelotto (2008, 2009), o emprego de *olhar* como marcador discursivo pode sinalizar diferentes atitudes do falante em relação ao ouvinte. Entre essas atitudes, destaco algumas encontradas no *corpus*: advertência (12), parentetização (13), exemplificação (14), valor adversativo (15), opinião (16).

(12) DOC: Você é brigão?

47: Sou, eu gosto, eu brigo muito, eu não gosto de, lá eu sou assim, eu dou respeito aos mais velhos se me derem, porque tem, tem duas, não tem mais de, tem umas mães de família lá que eu nem falo, agora tem uma lá que eu falo, porque, que eu falei com ela, cheguei pra ela e falei, ela e o marido dela, eu brigava com o filho dela, não brigava assim não, (...inint...) batia em meus irmãos pequenos, aí só que eles batiam, agora o tamanho deles pra o tamanho dos meus irmãos, eu não gostava e queria bater neles né, “venha pegar um do seu tamanho”, aí queria bater, aí a mãe dele não gostava, aí eu cheguei um dia e falei com eles, “*olhe*, eu só vou dar respeito a vocês, se um dia vocês me derem. (PEPP, Inf. 47, p. 05)

(13) [...] naquele tempo minha mãe andava até o Barbalho nera pra pegar um bonde, acho que era bonde, não, pra descer o arco, *olha*, agora que me lembro, não tinha ônibus, descia o arco né? O arco antes era... (inint)? (PEPP, Inf. 41, p. 05)

(14) DOC: Maldade que você fala é em relação a sexo?

13: A sexo, o sexo hoje é liberal, no meu tempo o sexo não era tão liberal não.  
DOC: É desde as crianças.

13: É desde as crianças, não era liberal não, hoje em dia a criança com, *olha*, com oito anos, sete anos já tem namorado, já com dez anos, doze anos,

treze anos já está pedindo camisinha aos pais pra ter relação, tudo bem que antes da nossa geração, da minha geração já existia família que mãe teve o filho com doze, com quinze, com dezesseis, com dezessete, mas era casos... (PEPP, Inf. 13, p. 07)

(15) DOC: E você, você se lembra de algum fato interessante na época que você estava na escola?

17: [...] aí ele ficava de lá só me paquerando, e as meninas dizia que não, que ele não me queria, que ele só me queria por causa da merenda, *olha só, mas olha só*, mas ele me ensinava mate, ele me ensinava matemática que eu não sabia, naquele tempo tinha geometria, que eu não sabia, ele fazia os desenhos pra mim legal, e lá eu assinava o meu nomão lá, e tirava meu oito, meu nove, meu dez...(PEPP, Inf. 17, p. 02)

(16) DOC: Eu falo agora porque o centro da cidade é ...

41: Ali agora ficou *olhe que* acho que ali de noite pra se andar, pra pegar é perigoso. (PEPP, Inf. 41, p. 10)

Além das funções semântico-pragmáticas mencionadas por Rost-Snichelotto (2008, 2009), foi registrado, na amostra, um uso de *olhar* como marcador discursivo com valor de retificação (17).

(17) Se mainha, *oh*, se minhas irmãs não fala pra eles tomar banho, se deixar lá mainha chega e eles estão lá tudo sujo, [...] (PEPP, Inf.47, p. 9)

Um outro emprego que também indica uma mudança categorial de *olhar* foi documentado no *corpus*: o uso como clítico, que aparece atrelado a outros elementos e é sempre realizado, de forma reduzida, como *oh* (18).

(18) DOC2: E, em relação a essa questão da escola, eh, o respeito você acha que mudou de lá pra cá?

15: Mudou, antigamente tinha respeito, hoje não, eu estava numa matrícula agora, essa pré-matrícula eu tra, trabalhei nesse colégio aqui do Cabula, o professor de educação sentado no chão, as meninas chutando a bola em cima dele, antigamente fazia isso? Não, só porque ele é professor, é moderno, as meninas tudo chutando, pegando a bola botava na direção dele e chutava, outra vez chutou o caderno e ele fica, eu olhei assim, eu digo, “olhe eu vou sair daqui, não tenha nada...”

DOC2: E ele não dizia nada.

15: Nada, parecendo um palhaço ali no meio, aqui nesse colégio Otávio Mangabeira, *aí oh*, eu acho que sei lá, muita, muita liberdade. (PEPP, Inf.15, p. 5)

Em (18), o falante discorre sobre a atitude de um determinado professor e, ao se referir a um colégio, utiliza o item *aí* juntamente com o *oh*: nesse caso, *oh* funciona como um clítico atrelado ao *aí*.

Na amostra analisada, os diferentes usos de *olhar* aparecem em diferentes formas ou construções verbais, que têm como base *olha*, *olhe* e *oh*:

- (a) *olha*: *olha aí, olha só, mas olha só, olha que;*
- (b) *olhe*: *olhe aí, olhe aí oh, olhe que;*
- (c) *oh*: *aqui oh, aí oh, assim oh, aqui assim oh.*

Dos usos documentados na fala popular soteropolitana, os gramaticalizados são aqueles que funcionam como marcadores discursivos (nas suas distintas funções semântico-pragmáticas) e como clíticos.

A mudança categorial de verbo perceptivo para marcador discursivo é motivada pela atuação da metáfora, que, na literatura linguística (SWEETSER, 1990; HOPPER; TRAUGOTT, 2003), tem sido vista como transferência de significados mais básicos, concretos para significados mais abstratos ou como transferência de um domínio conceptual para outro.

Partindo da assunção de que “toda metáfora é icônica até certo ponto, uma vez que está baseada num grau de semelhança, ou compartilhamento semântico entre o significado fundante e o significado derivado” (VOTRE, 1996, p. 32), quais seriam as motivações icônicas para *olhar*, no contexto de segunda pessoa do singular, ser mobilizado como marcador discursivo?

Entre os sentidos registrados, no dicionário, para *olhar* como verbo perceptivo, estão ‘fitar os olhos em’ e ‘prestar atenção a’, que parecem ser os sentidos fonte para os usos como marcadores discursivos: durante o processo interacional, o falante tem necessidade de chamar a atenção do ouvinte para algum aspecto ou alguma porção do texto proferido; o objeto desse chamar atenção, que era do plano situacional, passa para o plano textual/interacional. Nos termos de Rost-Snichelotto (2008), transfere-se o foco de atenção do ambiente situacional para a informação a ser provida pelo falante direcionada para o ouvinte.

A relação com o contexto de segunda pessoa do singular, nos usos como marcadores discursivos, também é bastante motivada: esse contexto é mobilizado porque é aquele voltado para o interlocutor no processo interacional.

Mas, se existem motivações icônicas, também pode haver perda de transparência, com uma maior abstratização de sentidos e erosão fonética, o que é evidenciado, na fala popular de Salvador, com o uso como clítico.

### 4.3 O que *dizem* os soteropolitanos?

Estudos empíricos (GALVÃO, 2001; CASSEB-GALVÃO, 2004; CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2007) têm demonstrado que, no contexto mor-

9 Informações extraídas do dicionário do Aurélio *online*, no site <http://www.dicionario-doaurelio.com/Olhar.html>.



fossintático de terceira pessoa do singular, seguido da conjunção *que*, na construção *diz que*, está ocorrendo uma mudança categorial de *dizer*, que pode ser representada da seguinte forma: verbo declarativo ou *dicendi* > operador evidencial. De acordo com esses estudos, os operadores evidenciais são utilizados, nas línguas humanas, para indicarem a origem de um conhecimento, a fonte do dito.

Na fala popular soteropolitana, são registradas ocorrências de *dizer*, no contexto morfossintático de terceira pessoa do singular, não só na construção *diz que* mas também em uma outra: *disse que*, que parece ter se implementado na língua portuguesa por analogia a *diz que*.

Para ambas as construções, ocorrem empregos com valor declarativo, (19) e (20), e como operadores evidenciais, (21) a (24). Os usos evidenciais, seguindo aqui a proposta de classificação de Galvão (2001), Casseb-Galvão (2004) e Casseb-Galvão e Lima-Hernandes (2007) para *diz que*<sup>10</sup>, podem conter diferentes significados. Entre esses, destaco aqui aqueles que, de acordo com as autoras, são aprendidos a partir do *ouvi-dizer*: reforço de verdade geral, (21) e (22), e boato/especulação<sup>11</sup>, (23) e (24), documentados no *corpus*.

(19) É o governo daqui, porque *Antônio Carlos Magalhães diz que* a violência tem que ser cobrada, vagabundo tem que ser tratado como vagabundo, se der vacilo ele mata, (...inint...), não surge um vagabundo famoso aqui em Salvador que não morra. (PEPP, Inf.15, p. 15)

(20) DOC2: Ele chegou a ir pro hospital foi?

18: Foi, porque *ele disse que* estava sentindo muita dor. (PEPP, Inf.18, p. 12)

(21) DOC: Você está morando onde agora?

43: Estou morando na casa da minha sogra. *Diz que* é muito ruim morar na casa de sogra e pior que é mesmo

DOC: É?

43: Morar na casa de sogra é ruim demais. Mas ela é legal comigo, minhas filhas. Gosta muito de minhas filhas. Meu marido... meu marido não está trabalhando, e ela está...

DOC: ... está ajudando. (PEPP, Inf. 43, p. 2)

(22) DOC: Mas essa história aí o que foi mesmo que a sua tia colocou em seu pé?

02: Toucinho quente, eh, eu furei...

DOC: Pra que?

10 Na análise dos dados, partindo da classificação de Galvão (2001), Casseb-Galvão (2004) e Casseb-Galvão e Lima-Hernandes (2007), foram adotadas as mesmas classificações de *diz que* para *disse que*.

11 Nesta pesquisa, diferentemente das autoras, optei por considerar boato e especulação como um mesmo uso já que os casos encontrados na amostra demonstraram uma proximidade entre esses usos.

02: *Disse que* é ótimo, eh, eu furei o, o pé com prego enferrujado, aí a minha tia pegou, e minha avó, juntou todo mundo colocou toucinho quente, eu sei que foi o maior auê, minha mãe querendo...

DOC: Pra facilitar o prego sair é?

02: Não, *disse que* é bom pra não, eu acho que não, não inflamar. (PEPP, Inf.02, p. 2)

(23) 31: [...] agora mesmo a gente está no aviso aí, a gente está trabalhando no aviso, eu vou aproveitar, é, está no aviso aqui todo mundo.

DOC: É, vocês vão sair?

31: A gente não sabe, a gente não sabe como é que vai ficar a situação da gente, a gente está há dois, três meses sem receber um centavo...

DOC: É porque vai mudar a firma talvez né?

31: *Diz que* vai chegar outra firma mas ninguém sabe né. (PEPP, Inf.31, p. 08)

(24) 17: Eu me achava dona da casa, colocava aquelas velhas do abrigo noturno lá em casa porque se botasse moderna *disse que* meu pai papava...

DOC: (risos)

17: Aí as velhas chegava, “nas minhas esmolos eu ganho mais do que ficar tomando conta dessas pestinhas”, quando eu ouvia eu dava-lhe chute e mandava embora, minha mãe chegava já não tinha mais ninguém, aquele, você pode ver eu fazer o inferno, meu pai, “já que você mandou embora, você vai tomar conta da casa” [...] (PEPP, Inf. 17, p. 01-02 )

Em (19) e (20), o falante, ao usar o verbo *dizer*, relata uma declaração de outra pessoa (*Antônio Carlos Magalhães* e *ele*, respectivamente) sobre algo/alguém (violência e dor da própria pessoa, respectivamente); nesse sentido, *dizer* constitui um verbo pleno. Esse emprego é não gramaticalizado e considerado fonte para os usos como operadores evidenciais, que são gramaticalizados.

As construções *diz que* e *disse que* só admitem sujeito preenchido quando possuem valor declarativo, como ilustram, em (19) e (20), os sujeitos *Antônio Carlos Magalhães* e *ele*; nessas situações, o ouvinte sabe exatamente quem declarou a informação.

Diferentemente, nos usos evidenciais, (21) a (24), o falante, ao não explicitar a fonte da informação, não se compromete com o que está sendo dito, não tendo nenhuma responsabilidade sobre a informação veiculada.

Em (21) e (22), os falantes fornecem uma informação que é reforçada/consagrada pelo domínio público: ser muito ruim morar na casa de sogra e ser ótimo/bom colocar toucinho quente em pé furado com prego para evitar a inflamação do pé, respectivamente.

Sobre esse uso, Casseb-Galvão e Lima-Hernandes (2007, p. 112) afirmam que, mesmo sem o falante poder precisar a fonte primeira da informação, “em determinada situação de interação, pode ser útil ao processamento da comuni-

cação explicitar que a informação veiculada é um conhecimento partilhado, uma verdade universal”.

Em (23) e (24), os falantes apresentam informações que, por serem duvidosas, constituem boatos ou especulações: na primeira situação, comenta-se a possível chegada de uma nova firma para substituir a antiga em que o falante trabalhava; na segunda situação, fala-se de o pai da informante paquerar/namorar todas as empregadas mais jovens da casa.

O interessante é que, nesse uso, os falantes têm consciência de que o fato dito é incerto, (re)transmitindo o que, para eles, é um boato ou uma especulação como um outro boato ou outra especulação. Nessa perspectiva, esses evidenciais “funcionam como ‘redentores’ do falante, que se descompromete com o valor da verdade do conteúdo asseverado” (CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2007, p. 113).

Do ponto de vista da sua configuração estrutural, nas construções *diz que* e *disse que*, *dizer* é seguido de *que*, como já foi mencionado; a diferença é o tempo verbal: na primeira, está no presente do indicativo e na segunda, no pretérito perfeito do indicativo.

Mesmo com essas configurações diferentes, as duas construções, quando utilizadas como evidenciais, expressam o não comprometimento, a distância do falante com o que é dito. No plano morfossintático, tal distanciamento é marcado pelo uso da terceira pessoa do singular e pela não explicitação do sujeito de *dizer*, o que demonstra uma relação entre o contexto que motivou a gramaticalização e as funções semântico-pragmáticas das construções gramaticalizadas.

A gramaticalização de *dizer*, nas construções *diz que* e *disse que*, ilustra o primeiro estágio de gramaticalização do verbo principal proposto por Lehmann (1988): verbo lexical > evidencial. Qual seria, então, a motivação para esse verbo ser mobilizado nessas duas construções? Sobre *dizer*, Machado e Casseb-Galvão (*on-line*, p. 4) ressaltam que, no português, esse verbo “integra a classe dos evidenciais lexicais”. Sendo assim, considero que essa característica de esse verbo já marcar a fonte da informação é ressignificada com a sua gramaticalização, o que também repercute na sua sintaxe: enquanto operador evidencial gramatical, *dizer* “não exerce função predicativa<sup>12</sup>, não apresenta um agente do dito, um referente no mundo real a quem se pudesse atribuir a origem da fala subsequente” (CASSEB-GALVÃO, 2004, p. 163-164).

Assim, inter cruzando-se os sentidos e aspectos morfossintáticos das duas construções, a mudança categorial operou da seguinte forma: (*ele*) *diz/disse que* >

12 Nesse contexto, o termo “predicativo” remete a predicador. Por ser responsável pela seleção dos argumentos externo (sujeito) e internos (complementos), o verbo, enquanto categoria lexical, é considerado o predicador da oração.

*diz/disse que*<sup>13</sup>. Essa trajetória sinaliza que: de um lado, a fonte da informação é direta, tendo sempre um sujeito que pode estar explícito ou implícito, responsável por esse dizer; do outro, a fonte da informação passou a ser indireta e incerta e, nesse caso, não há como se explicitar o sujeito, que adquire um caráter indeterminado.

## 5 Considerações finais

Neste trabalho, demonstrei, a partir de evidências empíricas, que determinados verbos têm sido alvo do processo de gramaticalização na fala popular de Salvador e, por conseguinte, no português brasileiro. Entre esses verbos, enfatizei a gramaticalização de *achar*, *olhar* e *dizer*. Pude constatar que são apenas determinadas formas e/ou construções desses verbos que são atingidas por esse processo, o que reforça o papel do contexto morfossintático na atuação da gramaticalização. Em outras palavras, são distintos contextos que são mobilizados para as formas/construções gramaticalizadas aqui analisadas:

- (a) para *achar*, o contexto de primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, nas construções (*eu*) *acho que*, *acho que*, *eu acho* e na forma *acho*;
- (b) para *olhar*, o contexto de segunda pessoa do singular, no imperativo, em distintas formas e construções a partir de *olha*, *olhe*, *oh*: *olha* (*olha aí*, *olha só*, *mas olha só*, *olha que*); *olhe* (*olhe aí*, *olhe aí oh*, *olhe que*); *oh* (*aqui oh*, *aí oh*, *assim oh*, *aqui assim oh*);
- (c) para *dizer*, o contexto de terceira pessoa do singular, no presente e pretérito perfeito do indicativo, nas construções *diz que* e *disse que*, respectivamente.

Para esses verbos, os usos gramaticalizados são os que expressam opinião/apreciação, equivalendo a modalizadores de opinião, se comportam como um advérbio de dúvida (*achar*) e funcionam como marcadores discursivos (*olhar*) ou operadores evidenciais (*dizer*). Como esses usos ocorrem apenas em determinados contextos morfossintáticos, considero que eles sofreram uma decategorização (HOPPER, 1991)<sup>14</sup> no que concerne à pessoa gramatical (primeira, segunda ou terceira pessoas do singular) e ao tempo e modo verbais (presente e pretérito perfeito do indicativo ou imperativo).

Retomando, então, o questionamento inicial deste trabalho – Qual a contribuição desses contextos, dos pontos de vista gramatical e semântico-pragmático, para as novas funções codificadas pelo usos gramaticalizados dos verbos analisados? –,

13 Para tal consideração, parto, além dos dados analisados, do *continuum* estabelecido por Galvão (2001) para a construção *diz que*: (*ele*) *diz que* > *diz que*.

14 A decategorização é um outro princípio de gramaticalização, que postula que formas/construções gramaticalizadas tendem a perder ou neutralizar certas características morfossintáticas da sua forma/construção fonte (HOPPER, 1991, p. 22).

os resultados obtidos indicam que, em alguns estágios de gramaticalização (sobretudo os iniciais), essa relação é bem motivada. Sendo assim, os contextos de primeira, segunda e terceira pessoas do singular têm gerado, respectivamente, formas/construções verbais relacionadas ao falante (modalizadores de opinião), direcionadas para o ouvinte (marcadores discursivos) e indicadoras de distanciamento, não comprometimento do falante com o que é dito (operadores evidenciais). No entanto, em estágios subsequentes, tal motivação pode ser atenuada ou perdida com a atuação de outros fatores como redução fonética e perda de conteúdo semântico, conforme demonstram os usos de *acho* como advérbio de dúvida e de *oh* como clítico.

Sobre a relevância desta pesquisa, gostaria de ressaltar que, do ponto de vista teórico-prático, trabalhos como o que foi aqui realizado constataam, a partir de usos reais linguísticos, que formas/construções linguísticas não são estanques, mas fluidas, podendo migrar de uma categoria para outra. Nessa perspectiva, é preciso que os resultados desses trabalhos ultrapassem os muros acadêmicos e cheguem às salas de aula de língua portuguesa como evidências empíricas de que as línguas humanas são flexíveis e, portanto, passíveis de mudança e de como esse processo nelas atua.

## Referências

- ALCÂNTARA, Rebeca Cerqueira Andrade de. *Transitividade e gramaticalização do verbo pegar em dados de língua falada*. Salvador: UFBA, 2009 (Dissertação de Mestrado).
- AMORIM, Fabrício da Silva. A interface sociolinguística/ gramaticalização: o caso dos conectores causais. In: LOPES, Norma Silva; BULHÕES, Lígia Pelon de Lima; CARVALHO, Cristina dos Santos (Org.). *Sociolinguística: estudos da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro sociolinguística paramétrica sociofuncionalismo*. Feira de Santana: UEFS, 2013, p. 99-116.
- BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. (Ed.). *The handbook of historical linguistic*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 602-623.
- \_\_\_\_\_. et al. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago/London: University of Chicago, 1994.
- CARVALHO, Cristina dos Santos. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. Campinas: UNICAMP, 2004 (Tese de Doutorado).

- \_\_\_\_\_. Gramaticalização de verbos e contextos morfossintáticos. *Estudos Linguísticos*, v. 40. n. 1, Campinas, 2011, p. 82-91.
- \_\_\_\_\_. Sentenças completivas do verbo *achar*: graus de vinculação sintática, contexto morfossintático e gramaticalização. *Anais do IV SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. Goiânia, UFG, 2013.
- \_\_\_\_\_; SILVA, Eliêda de Matos. Usos do verbo ACHAR na fala popular de Salvador: gramaticalização e contexto morfossintático. In: LOPES, Norma da Silva; BULHÕES, Lígia Pelon de Lima; CARVALHO, Cristina dos Santos (Org.). *Sociolinguística: estudos da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro, sociolinguística paramétrica, sociofuncionalismo*. Feira de Santana: UEFS, 2013, p. 37-62.
- CASSEB-GALVÃO, Vânia. De predicação matriz a operador evidencial: a gramaticalização de *diz que*. *VEREDAS*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e 2, jan./dez., 2004, p. 163-181.
- \_\_\_\_\_; LIMA-HERNANDES, Maria Célia. As rotas de gramaticalização de *diz que* e *tipo* no português do Brasil. In: MENDES, Ronald Beline. *Passando a palavra: uma homenagem a Maria Luiza Braga*. São Paulo: Paulistana, 2007, p. 105-122.
- CEZARIO, Maria Mauro. Efeitos da criatividade e da frequência de uso no discurso e na gramática. SOUZA, Edson Rosa (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-32.
- \_\_\_\_\_. *Gráus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001 (Tese de Doutorado).
- FERREIRA, Naiara de Souza. *O fenômeno de redução da partícula não no português falado na cidade de Salvador*. Salvador: UFBA, 2014 (Dissertação de Mestrado).
- FREITAG, Raquel Meister Ko. *Gramaticalização e variação de acho (que) e parece (que) na fala de Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 2003 (Dissertação de Mestrado).
- GALVÃO, Vânia Cristina C. *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão “diz que”*. Araraquara: UNESP, 2001 (Tese de Doutorado).

- \_\_\_\_\_. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. Campinas: UNICAMP, 1999 (Dissertação de Mestrado).
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Syntax: a functional-typological introduction*. Vol. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.
- GOMES, Jande Cleia Capistrano Gomes; CARVALHO, Cristina dos Santos. Usos gramaticalizados de verbos e o contexto morfossintático de terceira pessoa do singular. *Anais da XVIII Jornada de Iniciação Científica*. Salvador, UNEB, 2014.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (Org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.
- GÖRSKI, Edair Maria et al. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2003, p. 106-122.
- \_\_\_\_\_. Gramaticalização/discursivização de itens de base verbal: funções e formas concorrentes. *Estudos Linguísticos* [Anais do GEL], n. 31. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/GT9.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- HALLIDAY, Michael. A. K.; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.
- HEINE, Bernd et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991.
- HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth C.; HEINE, Bernd (Ed.) *Approaches to grammaticalization*. 2 vols. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 17-35.
- \_\_\_\_\_; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 1993.

\_\_\_\_\_. *Gramaticalization*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University, 2003.

LABOV, William. *Modelos sociolinguísticos*. Madrid: Cátedra, 1983.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change: internal factors*. v. 1. Cambridge: Blackwell, 1995.

LEHMANN, Cristian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John e THOMPSON, Sandra (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988, p. 181-225.

LIMA, Emily Karoline Oliveira Pimentel; GOMES, Jande Cleia Capistrano; CARVALHO, Cristina dos Santos. Casos de gramaticalização de verbos nos contextos de segunda e terceira pessoas do singular. *Atas do III ENCONTRO DE SOCIOLINGUÍSTICA*, Salvador, UNEB-PPGEL, 2013.

LIMA, Emily Karoline Oliveira Pimentel; CARVALHO, Cristina dos Santos. Usos gramaticalizados de verbos e o contexto morfossintático de terceira pessoa do singular. *Anais da XVIII Jornada de Iniciação Científica*. Salvador: UNEB, 2014.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia. “Vai que eu engravidado de novo?”: gramaticalização, condicionalidade e subjetivização. *Lusorama*, Frankfurt am Main, v. 81-82, 2010, p. 135-150.

LOPES, Norma da Silva. O PEPP: histórico e caracterização. In: LOPES, Norma da Silva; SOUZA, Constância M. B.; SOUZA, Emília Helena Portella (Org.). *Um estudo da fala popular de Salvador: PEPP*. Salvador: Quarteto, 2009, p. 13-18.

MACHADO, Lorena; CASSEB-GALVÃO, Vânia. *Construções evidenciais derivadas de dizer no português falado em Goiás: um estudo em faixas etárias*. Disponível em: [https://gef.letras.ufg.br/up/820/o/MACHADO\\_ArtigoPIBIC.pdf](https://gef.letras.ufg.br/up/820/o/MACHADO_ArtigoPIBIC.pdf). Acesso em: 19 nov. 2015.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Leituras Introdutórias em Linguagem).

\_\_\_\_\_. Unidirecionalidade e gramaticalização. In: VITRAL, Lorenzo; COELHO, Sueli. (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 139-172.



- \_\_\_\_\_; VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria Maura (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996, p. 24-40.
- MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. *Scientia*, 12.26:6, 1912, p. 384-400. Repr. in A. Meillet, *Linguistique historique et linguistique général*, 1:130-148. Paris: Champion, 1948.
- MOTA, José Reinan Moreira; CARVALHO, Cristina dos Santos. Usos do verbo SABER na fala popular de Salvador: gramaticalização e contexto morfossintático. *Anais da XVI Jornada de Iniciação Científica*. Salvador: UNEB, 2012.
- NARO, Anthony Julius; BRAGA, Maria Luiza. A interface sociolinguística/gramaticalização. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, UFF, n. 9, 2000, p. 125-135.
- NOËL, Dirk. Diachronic construction grammar and grammaticalization theory. *Functions of Language*, v. 14, n. 2, John Benjamins, 2007, p. 177-202.
- OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Funcionalismo e gramática: teoria gramatical ou teoria do uso. *Guavira Letras*, Três Lagoas, v. 12, n. 1, jan./jul., 2011, p. 36-45.
- RODRIGUES, Angélica T. Carmo. *Eu fui e fiz esta tese: as construções do tipo “foi fez” no português do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006 (Tese de Doutorado).
- ROST-SNICHELOTTO, Claudia Andrea. “Olha” e “vê”: *caminhos que se encontram*. Florianópolis: UFSC, 2009 (Tese de Doutorado).
- \_\_\_\_\_. Variação dos marcadores discursivos de base verbal nas línguas românicas. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 9, n. 2, jul./dez., 2008, p. 41-56. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/viewFile/1984-8420.2008v9n2p41/9353>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- \_\_\_\_\_; GORSKI, Edair Maria. (Inter)subjetivização de marcadores discursivos de base verbal: instâncias de gramaticalização. *Alfa*, 55 (2), São Paulo, 2011, p. 423-455. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/4735/4040>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- SILVA, Eliêda de Matos; CARVALHO, Cristina dos Santos. EU ACHO (QUE) na fala popular de Salvador: gramaticalização e contexto morfossintático. *Anais da XV Jornada de Iniciação Científica*. Salvador: UNEB, 2011.

- \_\_\_\_\_. Usos gramaticalizados de verbos e o contexto morfossintático de primeira pessoa do singular. *Anais da XVI Jornada de Iniciação Científica*. Salvador: UNEB, 2012.
- SOUZA, Emília Helena P. Monteiro de. *A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador*. Salvador: UFBA, 2003 (Tese de Doutorado).
- SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University, 1990, p. 23-48.
- TAVARES, Maria Alice. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. *Interdisciplinar*. Ed. Esp. ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, Ano VIII, v. 17, jan./jun. 2013, p. 27-48.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. Grammaticalization and construction grammar. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (Org.). *História do português paulista*. Campinas: UNICAMP/IEL, 2009, p. 91-101.
- \_\_\_\_\_. Gramaticalização: uma entrevista com Elizabeth Closs Traugott. *ReVEL*, v. 12, n. 22, 2014, p. 98-108. Traduzido por Gabriel de Ávila Othero e Ana Carolina Spinelli. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/9c040d169d-41fdcd4d0d0c12f4fdbd02.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2014.
- \_\_\_\_\_. The role of the development of discourse marks in a theory of grammaticalization. Paper from the ICHL, XII, Manchester, 1997. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/papers/discourse.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2010.
- VITRAL, Lorenzo; VIEGAS, Maria do Carmo; OLIVEIRA, Alan Jardel de. Inovação versus mudança: a intersecção gramaticalização/teoria da variação e mudança. In: VITRAL, Lorenzo; COELHO, Sueli (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 201-228.
- VOTRE, Sebastião Josué. Continuidade e mudança em verbos cognitivos em latim e português. *Atas do XLIX SEMINÁRIO DO GEL*. Marília, mai./2001.
- \_\_\_\_\_. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: VOTRE, Sebastião et al. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2004, p. 11-49.

\_\_\_\_\_. Um paradigma para a linguística funcional. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria Maura (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ, 1996, p. 15-23.

## Realizações palatalizadas ([tʲ] e [dʲ]) e/ ou africadas palatais ([tʃ] e [dʒ]) e sua correlação com ditongos no Nordeste do Brasil

Antônio Félix de Souza Neto  
(UFS)<sup>1</sup>

### Introdução

Realizações alofônicas de /t/ e /d/ no português do Brasil se encontram documentadas por vários autores que abordam o assunto: julgamos pertinente destacar Bisol (1986), Adant (1988), Hora (1990), Callou e Leite (1990), Ferreira et al. (1994), Santos (1996), Mota e Rollemberg (1997), Pagotto (2004), Silva (2005), Souza Neto (2008, 2010, 2014) e Freitag (2015), por informarem da existência dessas realizações em regiões distintas do Brasil ou por apresentarem interpretações que diferem em algum ponto. As diferenças nas interpretações e em suas respectivas simbolizações se devem ao modelo teórico-metodológico adotado. Não obstante as diferenças identificadas nesses estudos prévios, parece haver consenso no concernente à distribuição das realizações alofônicas de /t/ e /d/ nos subsistemas do português vernacular do Brasil (PVB): salvo alguns casos particulares (cf. SOUZA NETO, 2010), as realizações oclusivas plenas ([t] e [d]) são mais independentes do ambiente fonológico, relativamente a outras realizações alofônicas de /t/ e /d/, tais como as restritas ao ambiente com a vogal /i/ adjacente.

Sob a orientação da Fonologia Autossegmental (GOLDSMITH, 1995), as realizações dos fonemas /t/ e /d/, no PVB, podem ser interpretadas como: 1) **segmentos simples** (simbolizadas como [t] e [d]); 2) **segmentos complexos** (simboliza-

---

1 Docente da UFS: membro do Observatório Linguagem e Sociedade; do Projeto para História do Português Brasileiro de Sergipe (PHPB/SE); e do Projeto Falares Sergipanos Virtual (variedade, diversidade, contatos e direitos linguísticos). Com publicações acerca das variedades do português do Brasil e de línguas crioulas de base portuguesa.

das como [tʃ] e [dʒ]); 3) **segmentos de contorno** (simbolizadas como [ts] e [dz]; [tʃ] e [dʒ]). O modelo autossegmental (cf. GOLDSMITH, 1995; CLEMENTS; HUME, 1995) permite que interpretemos como **segmentos complexos** ([tʃ] e [dʒ]) aqueles engatilhados pelo traço ([coronal]) comum aos segmentos ([t] e [d]) e à vogal /i/ e pelo processo de assimilação (espraiamento) progressiva (da esquerda para a direita) ou regressiva (da direita para a esquerda) do traço ([-anterior]) da vogal /i/, quando esta se avizinha (cf. HORA, 1997; SOUZA NETO, 2008, 2014); esse fenômeno é denominado de “palatalização” – por referir ao **ponto** (palato duro) de articulação, por envolver a participação do palato duro na articulação do som. Por outro lado, podemos interpretar como **segmentos de contorno** as africadas (por referir o **modo** da articulação) alveolares ([ts] e [dz]) ou palatais ([tʃ] e [dʒ]): aquelas associadas ao apagamento do [i] do núcleo silábico – tal como em ‘partes’ [ˈpah.ts]; estas últimas associadas ao apagamento do aproximante [j] do *onset* silábico – tal como em ‘pátio’ [ˈpa.tʃu] – ou da *coda* silábica – tal como em ‘oito’ [ˈo.tʃu], na superfície fonológica, em processo de “monotongação”<sup>2</sup>.

Disso decorre nossa proposta de uma (re)definição do contexto fonológico em que os segmentos [tʃ] e [dʒ], bem como [ts] e [dz], ocorrem no PVB, e de uma explicação para o fato de, depois de decursos do tipo [ej], [oj], [uj] (tal como ocorre nas palavras ‘cuida’, ‘prefeita’, ‘oito’, que podem se realizar respectivamente como [ˈkuj.dʒɐ] ou [ˈku.dʒɐ], [pre.ˈfej.tʃɐ] ou [pre.ˈfe.tʃɐ], [ˈoj.tʃu] ou [ˈo.tʃu], ou antes dos decursos [jɐ] e [ju], tal como nas palavras ‘lêndea’ e ‘pátio’, que podem se realizar, respectivamente, como [ˈlẽ.dʒjɐ] ou [ˈlẽ.dʒɐ], [ˈpa.tʃju] ou [ˈpa.tʃu]), as realizações palatalizadas e/ou africadas palatais poderem ocorrer, respectivamente, com e sem a presença da vogal /i/ (o aproximante [j], na superfície). Nesses casos, as realizações africadas palatais podem estar antecedendo ou sucedendo um processo de monotongação. As realizações africadas promovem (ou estão sendo promovidas por) o apagamento do aproximante ([j]) da superfície. Uma perspectiva que focalize a subjaçência e a superfície fonológicas possibilita a definição do contexto fonológico, oferece recursos para uma descrição dos segmentos e pode apresentar uma proposta de interpretação que explique melhor o apagamento da vogal /i/ (o aproximante [j]) da superfície, no PVB e alhures.

A análise fonética com os recursos do PRAAT oferece evidências acústicas<sup>3</sup> que podem servir de argumentos para justificar a pertinência das interpretações

2 Há uma variedade de dados em estudos prévios tais como os documentados por Rossi (1987), em Sergipe; Ferreira et al. (1994), na Bahia; Mota e Rollemberg (apud HORA, 1997), na Bahia; Pagotto (2004), em Florianópolis; Cardoso (2005) e Souza Neto (2010, 2014), em Sergipe.

3 O estado da arte ainda não nos permite apresentar números relativos a medidas (de frequência, duração etc.). Por hora, interessa-nos apenas reconhecer, nas imagens das realizações geradas pelo PRAAT, características dos segmentos investigados, aquelas que já estão documentadas na literatura fonética especializada.

das realizações palatalizadas e/ou africadas e de suas simbolizações ([tʃ] e [dʒ] e/ou [tʃ] e [dʒ]) nos contextos investigados.

Os resultados desse estudo podem apontar a necessidade de considerar um possível contínuo nas realizações dos fonemas /t/ e /d/ ([t] e [d] – [ts] e [dz] – [tʃ] e [dʒ] e/ou [tʃ] e [dʒ] etc.); uma redefinição dos contextos de cada uma dessas realizações; uma redistribuição dialetal (diatópica, diastrática, diafásica etc.); atitudes linguísticas e avaliações subjetivas. Tudo isto como de fundamental importância para uma melhor compreensão do PVB.

## 1 Hipóteses

Nossas hipóteses básicas eram as seguintes:

- (a) as realizações palatalizadas [tʃ] e [dʒ] apresentam características acústicas específicas, pois (assim como as africadas alveolares [ts] e [dz])<sup>4</sup> estão restritas ao ambiente onde há evidência de realização de um segmento aproximante ([j]) adjacente;
- (b) as realizações ([tʃ] e [dʒ]) apresentam características acústicas específicas, pois estão restritas ao ambiente onde não há evidência de realização de um segmento aproximante [j] adjacente.

## 2 Metodologia

A metodologia do estudo que documentamos aqui consistiu de uma coleta de dados a partir de entrevistas sociolinguísticas, seguindo o modelo laboviano, e de uma análise fonética acústica (com os recursos do PRAAT) das realizações palatalizadas e/ou africadas e dos segmentos adjacentes (vogal ou aproximante) precedente e seguinte, em itens lexicais onde houve sua ocorrência.

### 2.1 População investigada

Através de uma colaboradora nascida em Aquidabã, conseguimos outras colaborações de 10 pessoas (5 do sexo masculino, 5 do sexo feminino) para participar de uma pesquisa acerca de aspectos socioculturais daquele município. Embora nesse município sergipano não seja difícil se identificarem ocorrências dos segmentos investigados no referido contexto fonológico, suas ocorrências só foram registradas nas falas de 5 pessoas (4 do sexo feminino e 1 do sexo masculino). As do sexo feminino tinham 13, 15, 38 e 58 anos e o único homem tinha a idade de 23 anos.

---

4 Como não identificamos evidências de ocorrência de realizações africadas alveolares ([ts] e [dz]), estas não aparecem em nossa análise acústica.

## 2.2 Procedimentos da coleta de dados

Com os recursos de um aparelho gravador MP3/MP4, coletamos as falas das 5 pessoas do município de Aquidabã. As entrevistas ocorreram em lugares muito diversos, sob a influência do ambiente externo. E tomaram a forma de narrativas de vida de homens e mulheres sergipanos de Aquidabã. A estratégia da entrevista sociolinguística teve por objetivo a gravação das realizações palatalizadas e/ou africadas na fala espontânea dos colaboradores.

## 2.3 Tratamento do material coletado

As gravações (em formato WAVE) das falas dos 5 colaboradores foram submetidas ao programa computacional PRAAT, porém somente os itens lexicais onde houve ocorrência dos segmentos investigados foram selecionados para análise com os recursos do programa.

## 2.4 Procedimentos da análise

Com os recursos do PRAAT, analisamos as realizações palatalizadas e/ou africadas, bem como os segmentos aproximante e/ou vocálico adjacente(s). As realizações palatalizadas e/ou africadas estavam (como já era previsto) restritas ao *onset* silábico, ora precedidas do aproximante [j] na sílaba anterior, ora precedidas de vogal na sílaba anterior; e ora seguidas do aproximante [j], constituindo *cluster*<sup>5</sup> com este, nas palavras “mandioca”, “muito”, “muita”, “oito”, “oitenta”, “remédio” e “peito”.

Observamos em imagens de oscilogramas e espectrogramas aspectos acústicos das realizações dessas palavras, dedicando maior atenção às realizações palatalizadas e/ou africadas, bem como do segmento aproximante, seu apagamento e/ou de segmento(s) vocálico(s) adjacente(s). *Pitch*, intensidade, formantes, *pulse* e as transições de formantes de uma vogal para uma realização palatalizada e/ou africada, do segmento aproximante [j] para uma realização palatalizada e/ou africada e de uma destas para o segmento aproximante [j] foram os aspectos mais relevantes na análise.

## 2.5 Apresentação dos resultados

Os resultados da pesquisa estão sendo apresentados acompanhados de figuras ilustrativas e de comentários. Todas as figuras aparecem legendadas: oscilogramas (em 2 canais) com e sem *pulse*, espectrogramas com e sem *pitch*, in-

---

5 Devido a seu comportamento no subsistema de Aquidabã, estamos interpretando o segmento aproximante [j] como assilábico fonologicamente semiconsonantal.

tensidade e formantes. Para efeito de esclarecimento, todas as figuras aparecem com um código de identificação do colaborador e algumas apresentam identificação da palavra ortográfica, seguida de uma transcrição fonética e de outra transcrição fonética de cada segmento, seguindo as pistas dos oscilogramas e dos espectrogramas. Ressaltamos que, devido ao estágio inicial da pesquisa, somente as medidas de duração e frequência total da realização de cada palavra estão sendo apresentadas.

### 3 Fundamentação teórica

De acordo com o modelo fonológico autosegmental, realizações africadas alveolares e palatais podem ser interpretadas como **segmentos de contorno** – com efeito de bordas, cujo traço [contínuo] comum as opõe ([-contínuo], referente à oclusão e [+contínuo], referente à fricção), donde derivam as simbolizações [ts] e [dz], [tʃ] e [dʒ]; ou como **segmentos complexos** – com dois traços distintos de articulação oral (um maior [alveolar] e outro menor [palatal], este último implementado pelo traço vocálico [-anterior]), donde derivam as simbolizações [tʃ] e [dʒ] (cf. CLEMENTS; HUME, 1995).

Ladefoged e Maddieson (2016, p. 90) informam que as “africadas alveopalatais tʃ” estão entre as mais comuns, ocorrendo em aproximadamente 45 por cento das línguas do mundo<sup>6</sup>. De acordo com esses autores, as africadas são oclusivas cuja soltura da constrição é modificada de modo a produzir uma subsequente fricção prolongada.

A respeito da definição dos foneticistas acerca da articulação secundária dos segmentos complexos, Clements e Hume (1995) citam Ladefoged (1982, p. 210), segundo o qual uma articulação secundária é “uma articulação com grau secundário de constrição ocorrendo ao mesmo tempo que a outra articulação (primária)” (tradução livre nossa)<sup>7</sup>. Clements e Hume (1995) ressaltam ainda que, na perspectiva dos foneticistas, o termo articulação secundária é sempre reservado a articulações inerentes, em detrimento das articulações determinadas pelo contexto.

Na literatura especializada em fonética linguística (cf. LADEFOGED, 1993, 2001; LADEFOGED; MADDIESON, 1996; KENT; READ, 2015; entre outros), segmentos africados têm duas fases de realização: “(1) fechamento do trato vocal seguido por (2) uma soltura ruidosa. [...] uma africada pode ser modelada em duas fases, primeiro como uma oclusiva e depois como uma fricativa” (KENT; READ, 2015, p. 86). Segundo Ladefoged (1993, p. 67), “uma africada é simples-

6 “The most common affricates are voiceless and sibilant; the palato-alveolar affricate tʃ occurs in approximately 45 percent of the world’s languages [...]”.

7 “an articulation with a secondary degree of closure occurring at the same time as another (primary) articulation”.



mente uma sequência de uma oclusiva seguida de uma fricativa homorgânica” (tradução livre nossa)<sup>8</sup>. Segundo Kent e Read (2015, p. 277),

a africada é um som complexo, envolvendo uma sequência de articulações oclusivas e fricativas. Como as oclusivas, as africadas são produzidas com um período de completa obstrução do trato vocal. Como as fricativas, as africadas são associadas com um período de fricção. [...] Basicamente, então, a descrição acústica das africadas implica uma descrição da parte oclusiva e uma descrição da parte de ruído.

Os autores dão pistas para a identificação das africadas: afirmam que “[o] intervalo de fricção para as africadas tende a ser mais curto do que para as fricativas”. Com base em Howell e Rosen (1983), informam que “as pistas acústicas para distinguir africadas de oclusivas são o *tempo de subida* da energia do ruído e a duração da fricção” (KENT; READ, 2015, p. 278, grifos da edição).

De acordo com Ladefoged (1993), aproximantes são sons de natureza vocálica que têm a característica de serem articulatoriamente estreitados. Kent e Read (2015) sintetizam os conceitos de *glides* (semivogais) e aproximantes como sendo termos descritivos da natureza vocálica, da articulação estreitada e dos movimentos lentos de estreitamento e de adequação do trato vocal para a realização de um segmento vocálico adjacente. De acordo com esses autores, a transição de um *glide* para uma vogal tem duração maior, relativamente à transição de uma consoante oclusiva para uma vogal. Ladefoged e Johnson (2011, p. 68) observam que, não obstante sua natureza vocálica, no inglês aproximantes podem constituir *cluster* com consoantes oclusivas (tal como em [‘pju], [‘kju] e [‘tjun]).

Na literatura especializada (cf. LADEFOGED; MADDIESON, 1996; KENT; READ, 2015; entre outros), ditongos e *glides* são interpretados como acusticamente semelhantes às vogais, diferindo particularmente no aspecto dinâmico da mudança no trato vocal, que pode ser identificada na transição de formantes. A realização de um ditongo (ou *glide*) coincide com uma mudança na configuração articulatória, que resulta em mudança de padrão acústico. “Os ditongos e *glides* são associados com uma estrutura formântica em mudança gradual” (cf. KENT; READ, 2015, p. 87).

Ladefoged e Maddieson (2001, p. 52), ao tratar dos contrastes entre consoantes, apresentam também características acústicas das aproximantes do inglês e observam que, na realização da palavra inglesa *yet*, ocorre uma queda gradual no segundo formante, uma nítida subida no primeiro e uma queda brusca no terceiro. Outra característica dos sons vozeados pode ser identificada na linha de

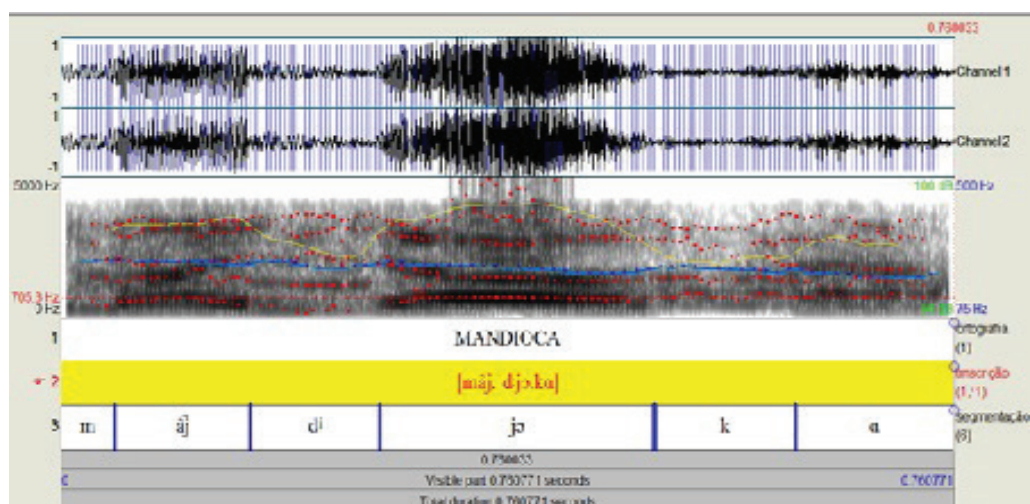
8 “An aricate is simply a sequence of a stop followed by a homorganic fricative”.

*pitch* do espectrograma: segundo Ladefoged (2001, p. 18), “o *pitch* da voz depende principalmente da tensão das cordas vocais [...]”<sup>9</sup>.

## 4 Análise acústica no PRAAT

A análise acústica no PRAAT possibilitou a identificação de aspectos que permitem a distinção entre as realizações palatalizadas [tʲ] e [dʲ] (devido a sua correlação sistemática com a realização do segmento aproximante [j]) e as realizações africadas [tʃ] e [dʒ] (devido a sua correlação sistemática com o apagamento do segmento aproximante [j]). Em meio à apresentação dos resultados das análises com os recursos do PRAAT, fazemos comentários considerando aspectos fonológicos, tais como o padrão silábico, a proeminência acentual etc.

A primeira palavra analisada (“mandioca”) foi realizada pela terceira colaboradora de Aquidabã: uma jovem, com 15 anos de idade (codificada no PRAAT como C3MAq15)<sup>10</sup>. Na entrevista, essa colaboradora realizou a palavra “mandioca” como [mã̃.ˈdʲjɔ.kɐ], na forma registrada pelo PRAAT. E as evidências dessa realização estão ilustradas na figura 1:

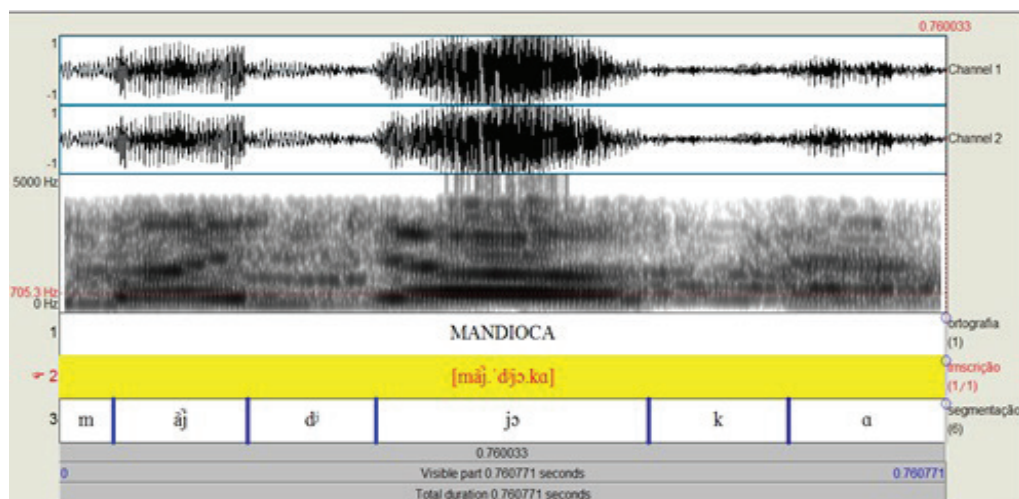


**Figura 1** Oscilograma em 2 canais com *pulse* e espectrograma com *pitch*, intensidade e formantes da palavra “MANDIOCA”, realizada como [mã̃.ˈdʲjɔ.kɐ].

- 9 “The pitch of the voice depends mainly on the tension of the vocal folds [...]” (LADEFOGED, 2001, p. 18).
- 10 Fazemos questão de informar isto aqui porque eventualmente aparece, em uma ou outra figura desta seção do texto, um código de identificação das figuras geradas pelo PRAAT.

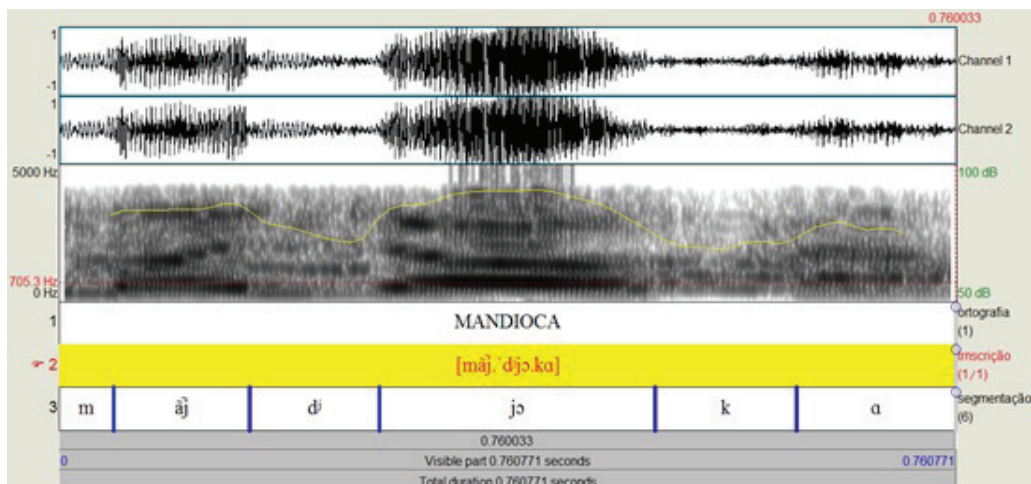
No oscilograma em 2 canais com *pulse* (parte superior da figura 1), já podemos identificar evidências das realizações do ditongo nasalizado [ã̃], da realização palatalizada [dʲ] e do ditongo [jo] da palavra analisada.

As pistas mais evidentes da realização do ditongo nasalizado [ã̃] podem ser identificadas na mudança brusca das ondas de baixa amplitude, correspondente à nasal inicial [m] relativamente às amplitudes mais altas, em duas fases nítidas, correspondentes ao ditongo nasalizado ([ã̃]). Logo em seguida, a queda brusca na amplitude e uma pausa no *pulse* servem de evidência de uma fase oclusiva correspondente à realização palatalizada [dʲ]. Depois desta fase oclusiva, o que segue é uma mudança relativamente gradual em duas fases, correspondente ao ditongo [j], parte mais duradoura da palavra. Outras pistas de evidência da realização do ditongo nasalizado [ã̃], da realização palatalizada [dʲ] e do ditongo [j] da palavra analisada podem ser identificadas nas figuras 2 e 3: a subida gradual do segundo formante, seguido do clareamento na área dos formantes e a subsequente descida gradual do segundo formante.



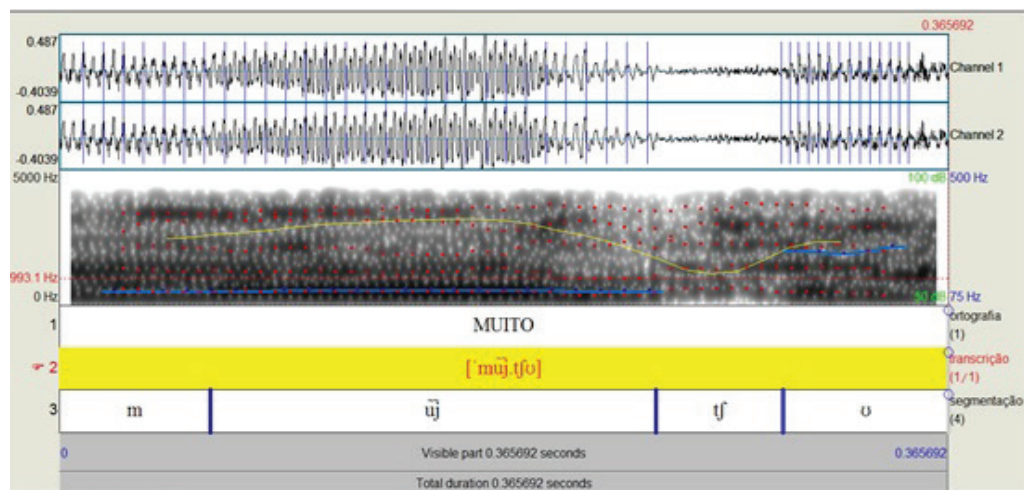
**Figura 2** Oscilograma e espectrograma da palavra “MANDIOCA”, realizada como [mã̃.ˈdʲjo.ko].

Na figura 3, a linha amarela da intensidade (sobreposta ao espectrograma) serve de evidência de que a intensidade alcança seu ponto mais alto na segunda sílaba [ˈdʲj] (CCV), onde ocorre a realização palatalizada [dʲ]. Ressaltamos que, quando comparada à realização africada ([tʃ]) (cf. figuras 6, 7, 8, 9, 18 e 19), a realização palatalizada [dʲ] parece ter duração mais curta.



**Figura 3** Oscilograma e espectrograma com intensidade da palavra “MANDIOCA”, realizada como [mãj.ˈdʒo.kɔ].

A segunda palavra analisada (“muito”) foi realizada pela mesma terceira colaboradora. Na entrevista, essa colaboradora realizou a palavra “muito” como [ˈmũj.tʃu]. E as evidências dessa realização estão ilustradas na figura 4:

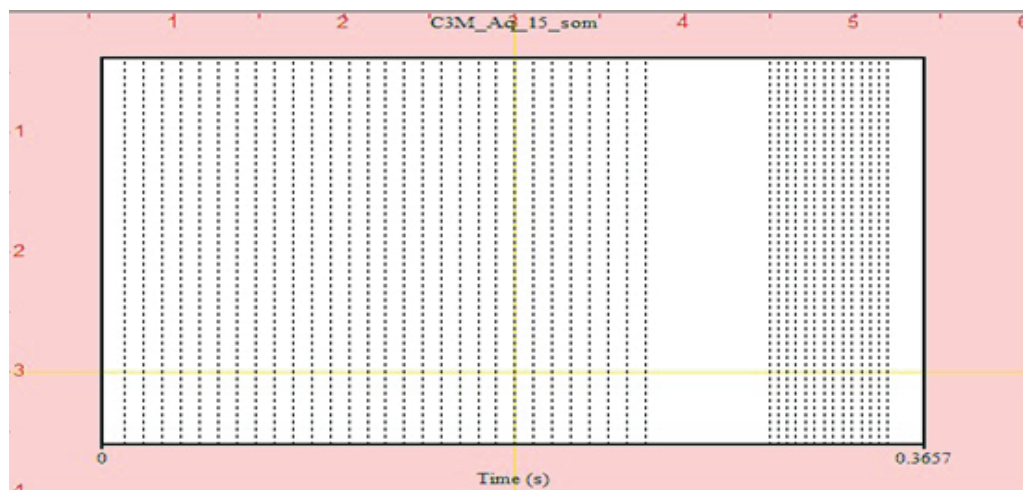


**Figura 4** Oscilograma em 2 canais com *pulse* e espectrograma com *pitch*, intensidade e formantes da palavra “MUITO”, realizada como [ˈmũj.tʃu].

Diferentemente da palavra “mandioca”, no oscilograma com *pulse* da realização [ˈmũj.tʃu] (parte superior da figura 4), não são nítidas as evidências da realização do aproximante nasalizado [j] do ditongo (as oitivas desta realização

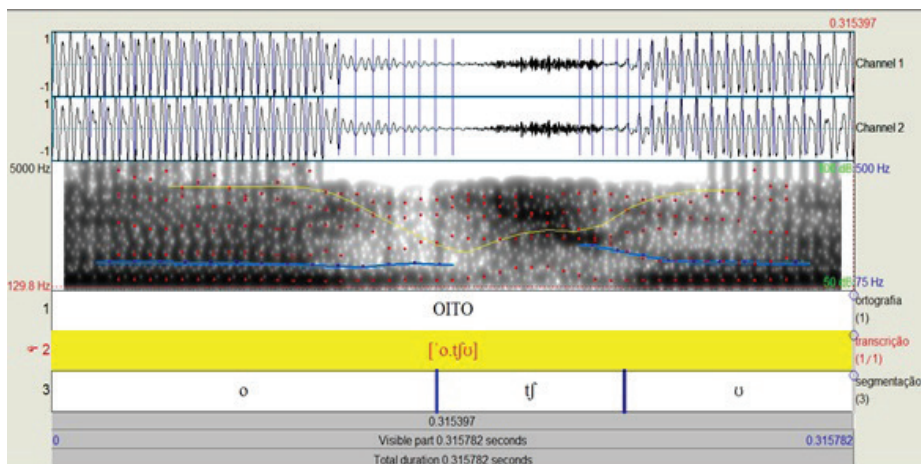
já deixavam a dúvida sobre a realização do aproximante). No oscilograma da figura 4, podemos identificar duas fases distintas em uma longa realização de frequências mais altas, relativamente ao primeiro segmento consonantal nasal [m], compatível com dois segmentos vocálicos.

Quanto à realização africada [tʃ], suas pistas parecem mais nítidas na figura 4. Depois da fase de frequências e amplitudes altas, compatíveis com o ditongo nasalizado [ũĩ], há uma fase de baixa amplitude, compatível com uma oclusão seguida de fricção. Ressaltamos que a realização africada [tʃ] com o segmento aproximante adjacente parece ter duração mais curta, quando comparada com suas realizações sem o aproximante adjacente (cf. figuras 6, 7, 8, 9, 13, 18 e 19). Além dessas evidências de africacão, há, na ausência da barra de vozeamento da figura 4, uma evidência da realização do segmento [tʃ]. Isso fica mais nítido ainda na figura 5, na pausa do *pulse*, que evidencia a ausência de vibração das cordas vocais:



**Figura 5** *Pulse* da palavra “MUITO”, realizada como [ˈmũĩ.tʃu].

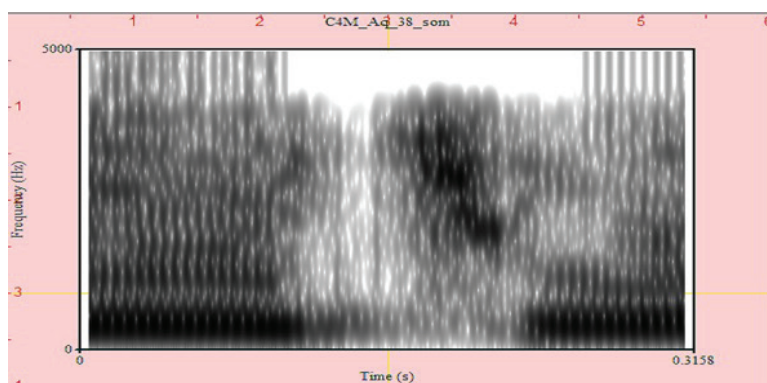
A terceira palavra analisada (“oito”) foi realizada pela quarta colaboradora de Aquidabã: uma mulher adulta, com 38 anos de idade (codificada no PRAAT como C4MAq38). Na entrevista, essa colaboradora realizou a palavra “oito” como [ˈo.tʃũ]. E as evidências dessa realização estão ilustradas na figura 6:



**Figura 6** Oscilograma em 2 canais com *pulse* e espectrograma com *pitch*, intensidade e formantes da palavra “OITO”, realizada como ['o.tʃu].

No oscilograma em 2 canais com *pulse* (parte superior da figura 6), parece nítida a evidência da realização da vogal [o], com frequência e amplitude bem regulares, sem mudança de fase (diferentemente do que ocorre quando há realização de duas vogais geminadas ou ditongo, tal como nas figuras de 1 a 4), desde o início até o momento em que há uma queda brusca de frequência e amplitude, que deve coincidir com a mudança abrupta de configuração do trato vocal, na transição para a realização do segmento africado [tʃ].

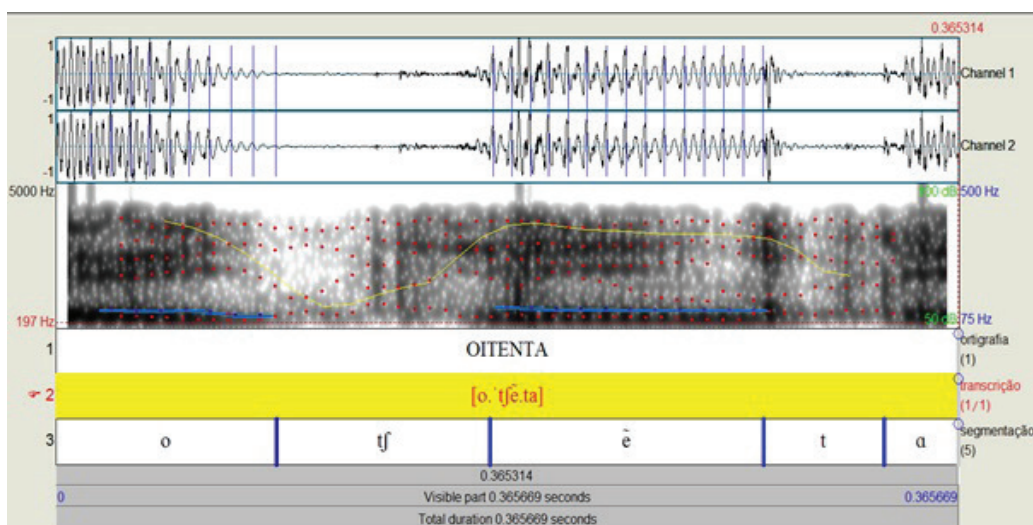
No espectrograma, a evidência da realização da vogal [o] pode ser identificada na relativa simetria da mancha escura, desde o início até o momento da transição para a africacão. Uma pista da transição da vogal [o] para a africada [tʃ] pode ser notada no espectrograma: no clareamento irregular e no clareamento gradual da barra de vozeamento, até o momento da africacão. Isto aparece mais nitidamente na figura 7:



**Figura 7** Espectrograma da palavra “OITO”, realizada como ['o.tʃu].

Também parece nítida a evidência da realização da africada [tʃ], em duas fases bem características desse tipo de segmento: no oscilograma, as relativamente baixas na frequência e na amplitude; no espectrograma, no clareamento da região dos formantes mais baixos, incluindo a barra de vozeamento, e no relativo escurecimento da região dos formantes mais altos. Outra evidência da realização do segmento africado [tʃ] pode ser identificada na pausa do *pulse* do oscilograma e na pausa do *pitch* do espectrograma. Ressaltamos que a realização africada [tʃ] parece ter duração mais longa do que as realizações palatalizadas ([tʲ] e [dʲ]) com o aproximante adjacente (cf. figuras 1, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21 e 22).

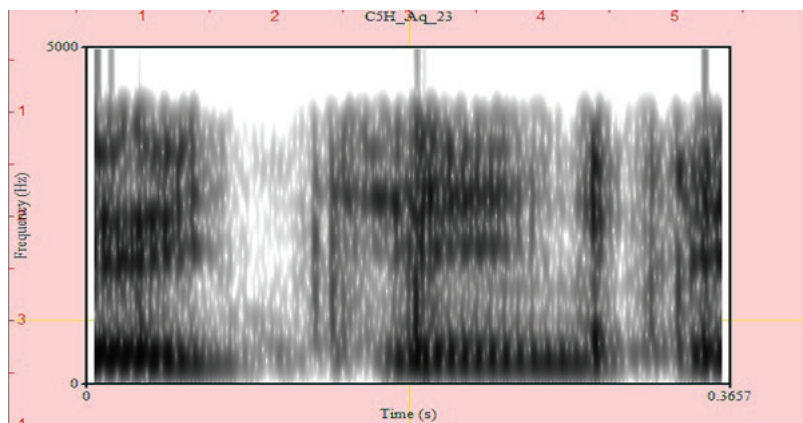
A quarta palavra analisada (“oitenta”) foi realizada pelo quinto colaborador de Aquidabã, um homem adulto, com 23 anos de idade (codificado no PRAAT como C5HAq23). Na entrevista, esse colaborador realizou a palavra “oitenta” como [o.ˈtʃẽ.ta]. E as evidências dessa realização estão ilustradas na figura 8:



**Figura 8** Oscilograma em 2 canais com *pulse* e espectrograma com *pitch*, intensidade e formantes da palavra “OITENTA”, realizada como [o.ˈtʃẽ.ta].

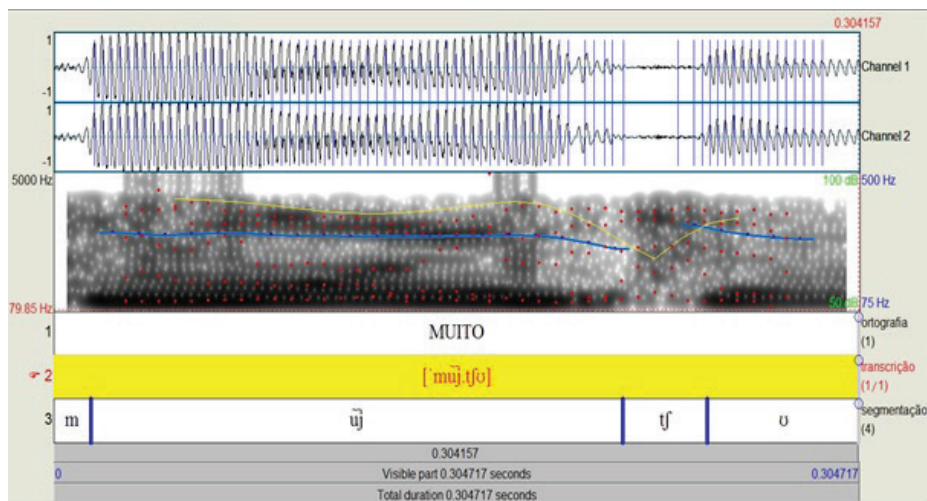
No oscilograma em 2 canais com *pulse* (parte superior da figura 8), embora não seja tão nítida como na figura 6, parece evidente a realização da vogal [o], com frequência e amplitude relativamente regulares, desde o início até o momento em que há uma queda de frequência e amplitude, que deve coincidir com a mudança de configuração do trato vocal, na transição para a realização do segmento africado [tʃ]. Já a realização do segmento africado [tʃ] aparece claramente no oscilograma, em duas fases, correspondentes à oclusão seguida da fricção, antes da realização nasalizada [ẽ].

No espectrograma, a evidência da realização da vogal [o] pode ser identificada na relativa simetria da mancha escura, desde o início até o momento da transição para a africacão. Uma pista da transição da vogal [o] para a africada [tʃ] pode ser notada no clareamento irregular e no clareamento gradual da barra de vozeamento, até o momento final da africacão. Isto aparece mais nitidamente na figura 9:



**Figura 9** Espectrograma da palavra “OITENTA”, realizada como [o.ʔʃẽ.tA].

A quinta palavra analisada (“muito”) foi realizada pela sexta colaboradora de Aquidabã: uma jovem com 13 anos de idade (codificada no PRAAT como C6HAq13). Na entrevista, essa colaboradora realizou a palavra “muito” como [ˈmũj.tʃu]. E as evidências dessa realização estão ilustradas na figura 10:

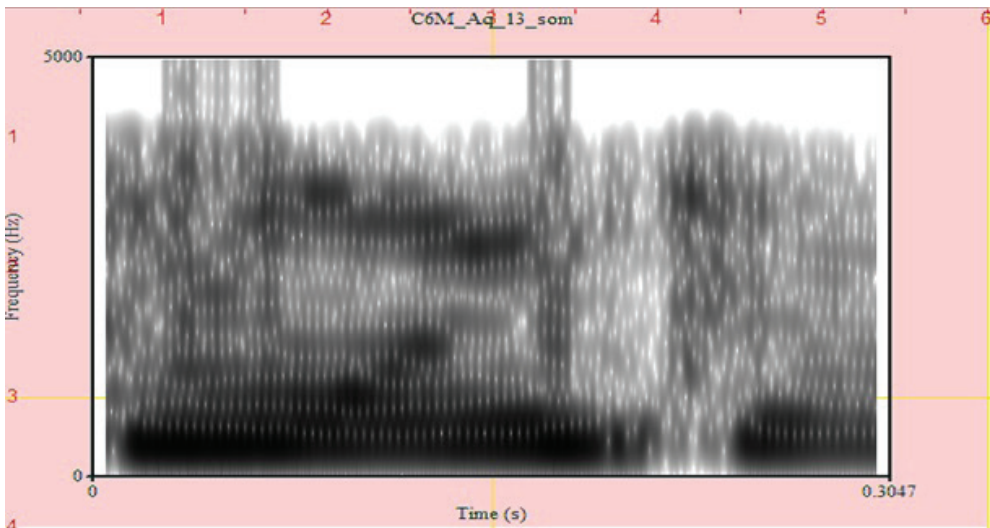


**Figura 10** Oscilograma em 2 canais com *pulse* e espectrograma com *pitch*, intensidade e formantes da palavra “MUITO”, realizada como [ˈmũj.tʃu].



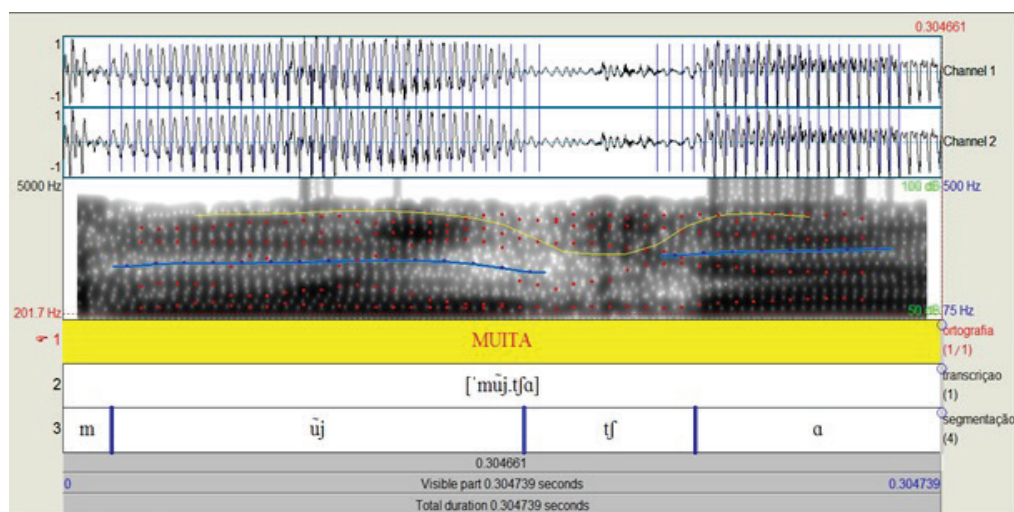
No oscilograma em 2 canais com *pulse* (parte superior da figura 14), a realização do ditongo nasalizado [ũĩ] parece mais evidente do que na figura 4 da mesma palavra realizada pela colaboradora de 15 anos. Logo depois da realização da nasal [m], três fases distintas podem ser identificadas. O que pode explicar as três fases é uma modulação de voz na realização do ditongo, ilustrada por amplitudes altas no início, mais baixas na fase intermediária, voltando a ser altas na fase final. Essa modulação na voz é assegurada pelo contorno da linha amarela, correspondente à intensidade. Note-se desde então que, das quatro palavras analisadas, esta foi aquela que apresentou maior altura de *pitch*. Isto pode ser atribuído ao timbre de voz da mais jovem das colaboradoras (13 anos). O que segue imediatamente a realização do ditongo é a realização da africada desvozeada [‘mũĩ.tʃu], evidenciada pela queda brusca na amplitude, pela pausa no *pulse* e pelas duas fases distintas relativas à oclusão seguida da fricção.

No espectrograma, a evidência da realização do segmento aproximante do ditongo nasalizado [ũĩ] pode ser identificada na subida gradual dos formantes mais baixos para os mais altos e na descida do formante mais alto. As duas fases do ditongo nasalizado [ũĩ] e da modulação de voz podem ser identificadas no espectrograma na parte mais baixa da figura 16. A evidência da realização africada desvozeada [tʃ] pode ser identificada, logo em seguida à realização do ditongo, na parte mais clara da figura 16, em duas fases: a primeira é identificada na parte clara dos formantes mais baixos, inclusive na barra de vozeamento (correspondente à oclusão); a segunda é identificada pela parte mais escura dos formantes mais altos, relativamente à primeira fase (correspondente à fricção).



**Figura 11** Espectrograma da palavra “MUITO”, realizada como [‘mũĩ.tʃu].

As próximas (quinta, sexta, sétima e oitava) palavras analisadas foram realizadas pela sétima colaboradora de Aquidabã: uma mulher adulta, com 58 anos de idade (codificada no PRAAT como C7MAq58). A quinta palavra analisada foi “muita”. Na entrevista, essa colaboradora realizou a palavra “muita” como [ˈmũj.tʃA]. E as evidências dessa realização estão ilustradas na figura 12:

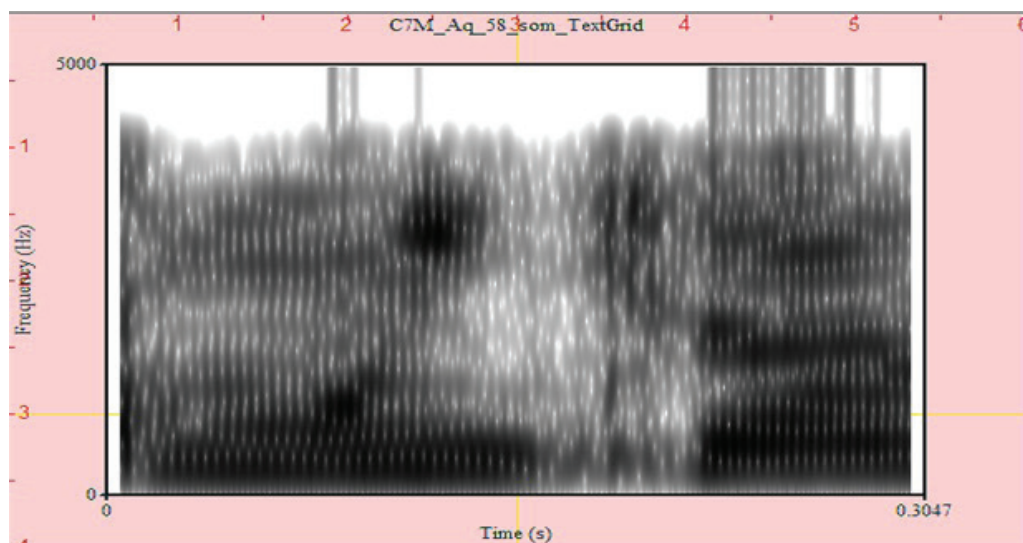


**Figura 12** Oscilograma em 2 canais com *pulse* e espectrograma com *pitch*, intensidade e formantes da palavra “MUITA”, realizada como [ˈmũj.tʃA].

Na realização [ˈmũj.tʃA] da sétima colaboradora, assim como na figura 5, não são nítidas as evidências da realização do aproximante nasalizado [jâ] do ditongo no oscilograma com *pulse* (parte superior da figura 12). Nos oscilogramas da figura 12, as evidências de realização do ditongo [ũj] só podem ser identificadas por sua realização longa e por suas frequências mais altas, relativamente ao primeiro segmento consonantal nasal [m].

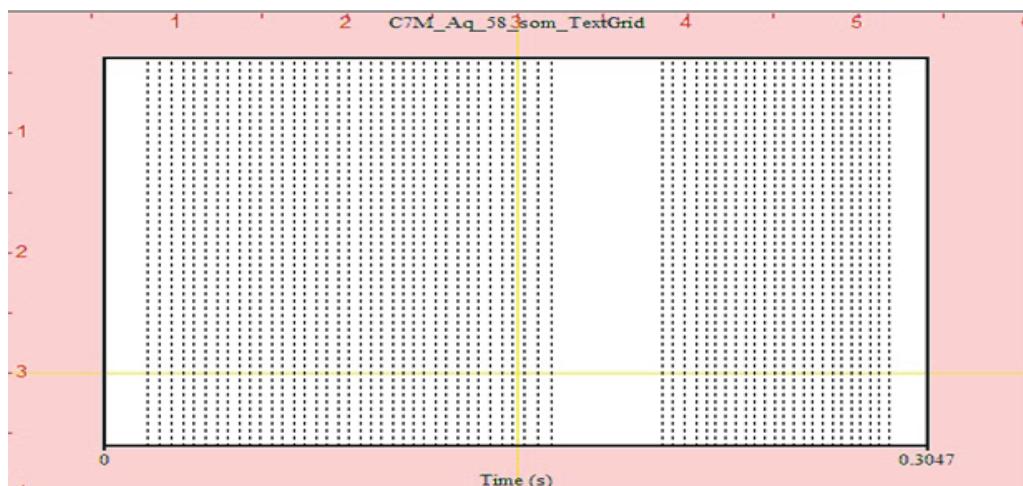
Quanto à realização africada [tʃ], suas pistas parecem mais nítidas na figura 12. Depois da fase de frequências e amplitudes altas, compatíveis com o ditongo nasalizado [ũj], há uma fase de baixa amplitude, compatível com uma oclusão seguida de fricção.

Além dessa evidência de africacão, há, no relativo clareamento na área da barra de vozeamento e dos formantes mais baixos da figura 1, uma evidência da realização do segmento desvozeado [tʃ]. Isto aparece com maior nitidez na figura 13:



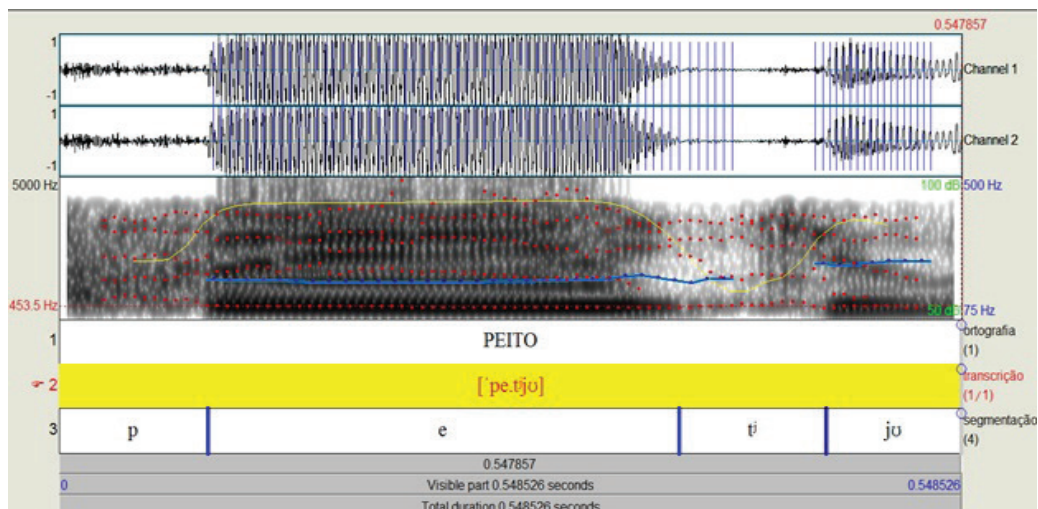
**Figura 13** Espectrograma da palavra “MUITA”, realizada como [‘mũĩ.tʃA].

Outras evidências da realização africada [tʃ] estão nas pausas de *pitch* (cf. figura 11) e do *pulse* da figura 14, que evidenciam a ausência de vibração das cordas vocais:



**Figura 14** *Pulse* da palavra “MUITA”, realizada como [‘mũĩ.tʃA].

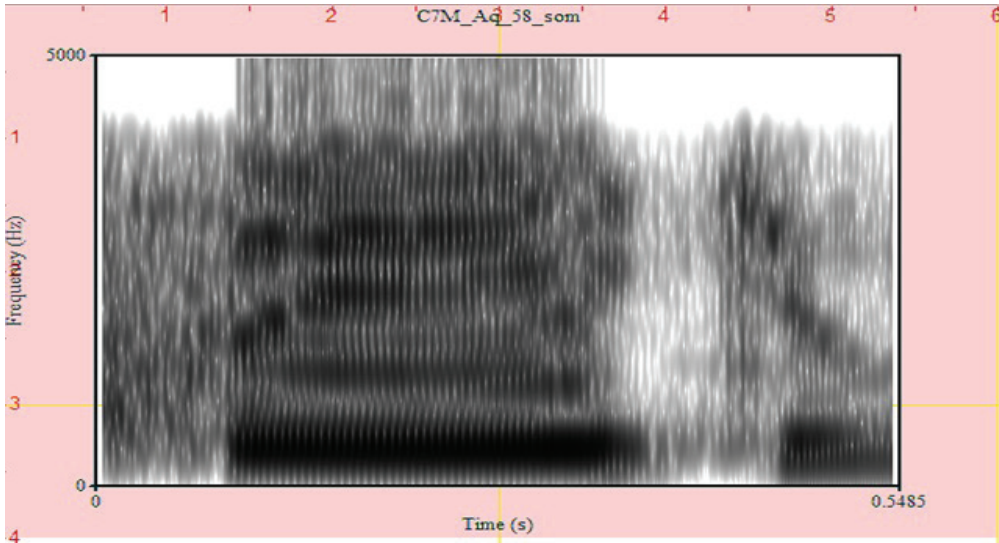
A sexta palavra analisada foi “peito”. Na entrevista, a colaboradora 7 realizou essa palavra como [‘pe.tʃũ]. E as evidências dessa realização estão ilustradas na figura 15:



**Figura 15** Oscilograma em 2 canais com *pulse* e espectrograma com *pitch*, intensidade e formantes da palavra “PEITO”, realizada como [ˈpe.tʃju].

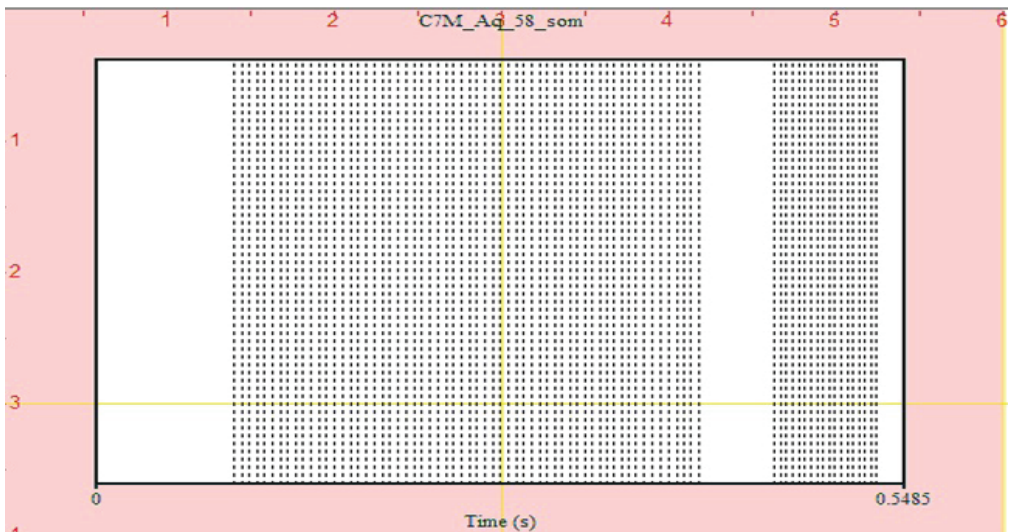
No oscilograma em 2 canais com *pulse* (parte superior da figura 15), parece evidente a realização da vogal [e] alongada, com frequência e amplitude relativamente altas e regulares, desde o início até o momento em que há uma queda de frequência e amplitude, que deve coincidir com a mudança de configuração do trato vocal, na transição para a realização do segmento palatalizado [tʃ]. A realização do segmento palatalizado [tʃ] aparece claramente no oscilograma, em duas fases, correspondentes à oclusão seguida da fricção. Ressaltamos que, quando comparada com a realização africada ([tʃ]) (cf. figuras 6, 7, 8, 9, 18 e 19), a realização palatalizada [tʃ] parece ter duração mais curta. Depois disto, o que segue é uma nítida realização em duas fases, equivalentes à realização de um ditongo do tipo [j]+vogal.

No espectrograma, a evidência da realização do segmento vocálico [e] pode ser identificada nas áreas mais escuras dos espectrogramas das figuras 15 e 16. Na figura 16, as evidências da realização palatalizada [tʃ] podem ser identificadas em duas fases que seguem a realização da vogal [e]: a primeira, mais clara, corresponde à fase oclusiva desvozeada; a segunda, mais escura na área dos formantes mais altos, corresponde à fase fricativa, que, por sua vez prepara a transição para uma descida gradual da área dos formantes mais altos para os formantes mais baixos, na realização ditongada [ju].



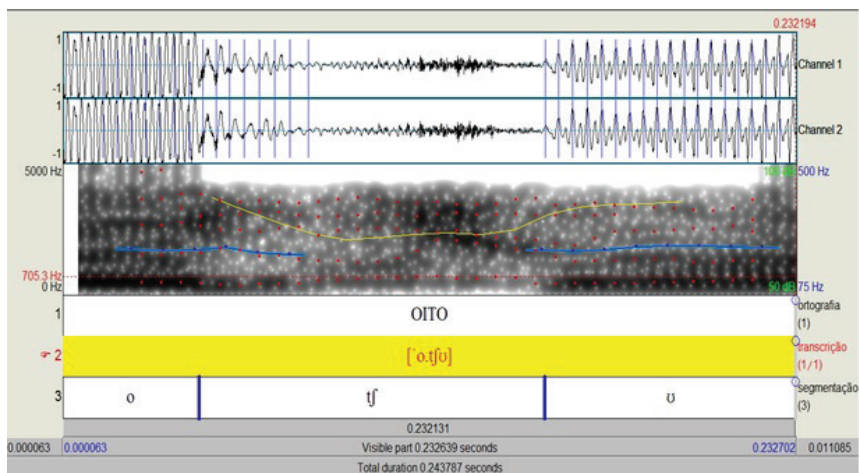
**Figura 16** Espectrograma da palavra “PEITO”, realizada como [‘pe.t̪ju].

Outra evidência da fase oclusiva desvozeada da realização palatalizada [t̪] pode ser identificada na pausa do *pulse*, conforme se vê nitidamente na figura 17:



**Figura 17** *Pulse* da palavra “PEITO”, realizada como [‘pe.t̪ju].

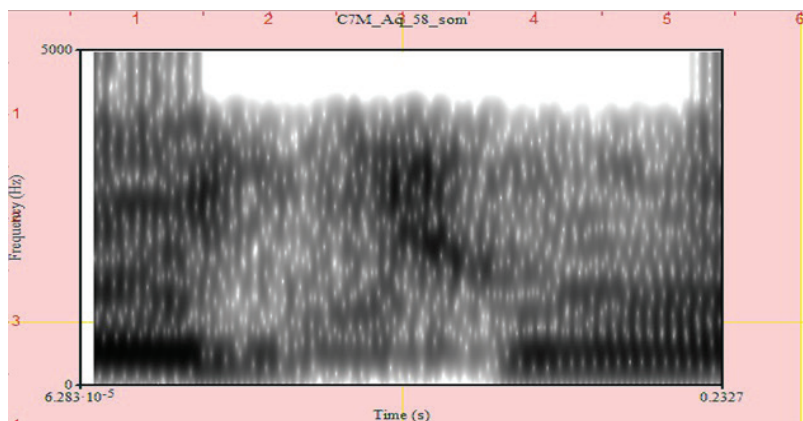
A sétima palavra analisada foi “oito”. Na entrevista, a colaboradora 7 realizou essa palavra como [‘o.t̪ju]. E as evidências dessa realização estão ilustradas na figura 18:



**Figura 18** Oscilograma em 2 canais com *pulse* e espectrograma com *pitch*, intensidade e formantes da palavra “OITO”, realizada como [ˈo.tʃu].

De modo muito semelhante à realização [ˈo.tʃu] da quarta colaboradora de Aquidabã (cf. figura 6), no oscilograma em 2 canais com *pulse* (parte superior da figura 18), parece nítida a evidência da realização da vogal [o], com frequência e amplitude bem regulares, sem mudança de fase, desde o início até o momento em que há uma queda brusca de amplitude e depois de frequência, que deve coincidir com a mudança abrupta de configuração do trato vocal, na transição para a realização do segmento africado [tʃ].

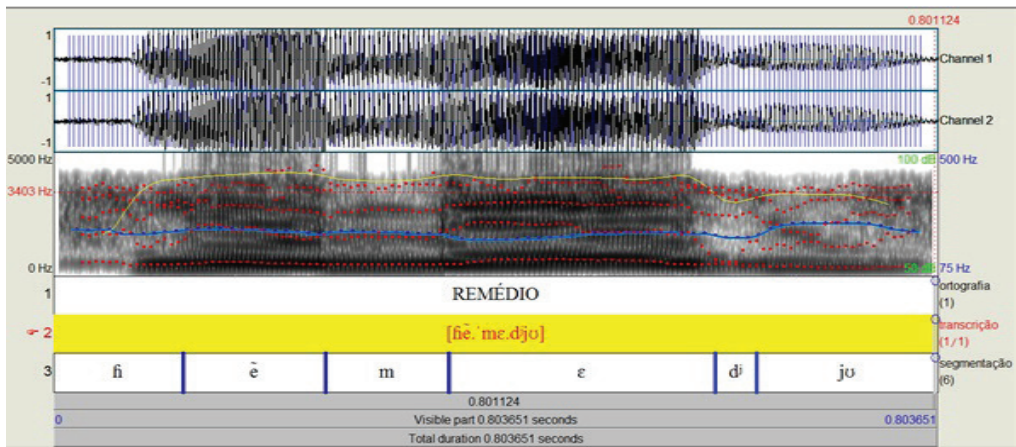
No espectrograma, a evidência da realização da vogal [o] pode ser identificada na relativa simetria da mancha escura, desde o início até o momento da transição para a africadação. Uma pista da transição da vogal [o] para a africada [tʃ] pode ser notada no espectrograma: no clareamento irregular e no clareamento gradual da barra de vozeamento, até o final da africadação. Isto aparece mais nitidamente na figura 19:



**Figura 19** Espectrograma da palavra “OITO”, realizada como [ˈo.tʃu].

Também parece nítida a evidência da realização da africada [tʃ], em duas fases bem características desse tipo de segmento: no oscilograma, as ondas relativamente baixas na frequência e na amplitude; no espectrograma, no clareamento da região dos formantes mais baixos, incluindo a barra de vozeamento, e no relativo escurecimento da região dos formantes mais altos. Outras evidências da realização do segmento africado [tʃ] podem ser identificadas na pausa do *pulse* do oscilograma e na pausa do *pitch* do espectrograma.

A oitava e última palavra analisada foi “remédio”. Na entrevista, a colaboradora 7 realizou essa palavra como [fĩ.ˈmẽ.dʒũ]. E as evidências dessa realização estão ilustradas na figura 20:

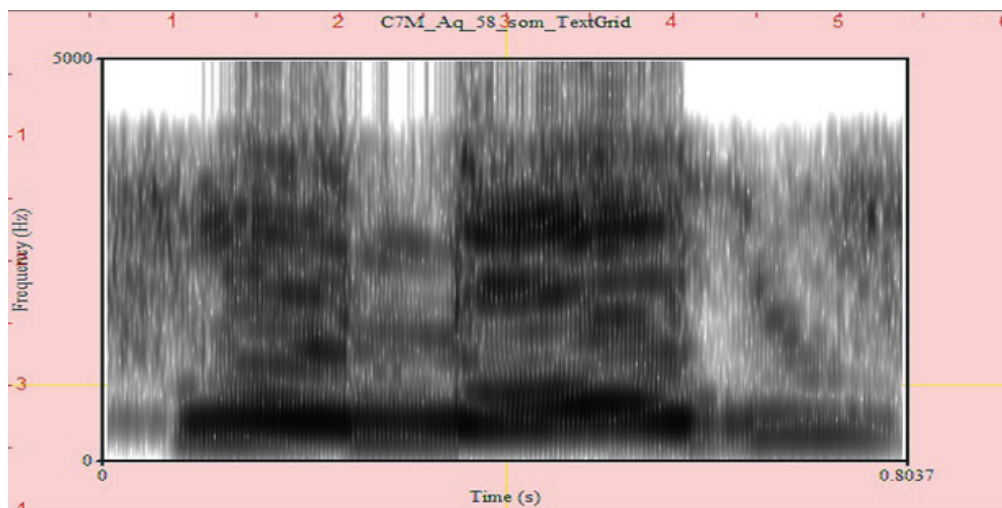


**Figura 20** Oscilograma em 2 canais com *pulse* e espectrograma com *pitch*, intensidade e formantes da palavra “REMÉDIO”, realizada como [fĩ.ˈmẽ.dʒũ].

No oscilograma em 2 canais com *pulse* (parte superior da figura 20), parece nítida a evidência da realização da vogal [ɛ] da sílaba tônica e mais longa da palavra, iniciando depois da consoante nasal [m] e se estendendo até o momento em que há uma queda brusca de amplitude, que deve coincidir com a mudança abrupta de configuração do trato vocal, na transição para a realização do segmento palatalizado [dʒ]. O que segue a realização do segmento [dʒ] é uma sequência de ondas compatíveis com a realização do ditongo [ju], com duração aproximada à da vogal nasalizada [ẽ] da primeira sílaba da palavra, mas de mais baixa amplitude, relativamente às duas outras vogais da palavra.

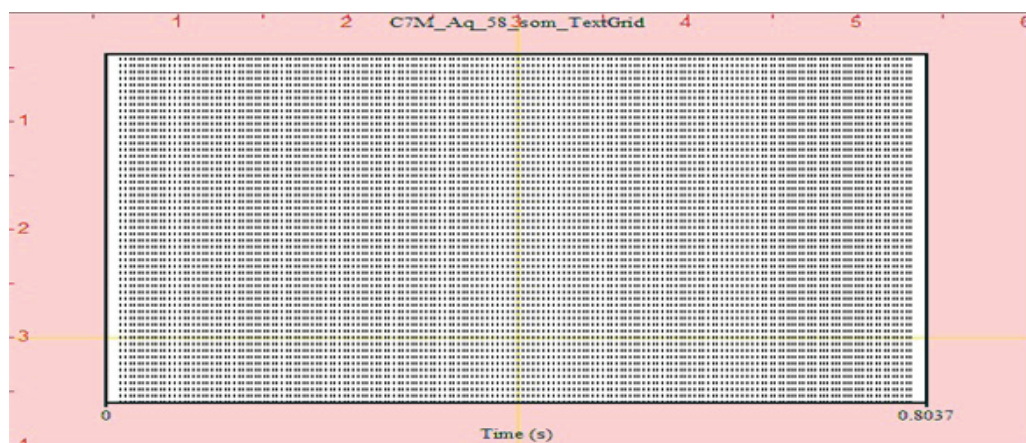
No espectrograma da figura 20, as evidências da realização da vogal [ɛ] da sílaba tônica [mɛ] podem ser identificadas na parte mais escura e mais longa preenchendo uma grande área que compreende desde os formantes mais baixos aos mais altos. As evidências da realização do segmento palatalizado [dʒ] podem ser identificadas no breve clareamento dos formantes mais baixos e dos interme-

diários, que precedem uma queda gradual dos formantes mais altos para os mais baixos, compatível com a realização do ditongo. Isto aparece mais claramente na figura 21:



**Figura 21** Espectrograma da palavra “REMÉDIO”, realizada como [hẽ.ˈmẽ.dʲju].

Outra pista relevante, e que identifica a realização [dʲju], é a presença da barra de vozeamento (cf. figuras 20 e 21), que, embora mais escura nas áreas correspondentes às realizações das vogais [ẽ] e [ɛ], aparece em toda a realização da palavra. A presença do vozeamento em toda a realização da palavra parece ser confirmada pela figura 22:



**Figura 22** Pulse da palavra “REMÉDIO”, realizada como [hẽ.ˈmẽ.dʲju].



Na figura 22, a presença de *pulse* em toda a duração da realização [fiẽ.'mẽ.dʒu] confirma a vibração das cordas vocais em toda a palavra.

## 5 Conclusão

Conforme informamos desde o início deste texto, nosso propósito com o estudo das realizações palatalizadas ([tʃ] e [dʒ]) e/ou africadas ([ts] e [dz]; [tʃ] e [dʒ]) e sua correlação com ditongos do tipo [j]+vogal e vogal+[j] adjacente é apresentar argumentos fonéticos que justifiquem suas interpretações e suas respectivas simbolizações no PVB, tomando a variedade do português falado em Aquidabã (SE) como ponto de partida.

Nas análises acústicas, com os recursos do PRAAT, constatamos que é possível identificar evidências de realização e de apagamento do segmento aproximante [j], bem como é possível identificar evidências de realização de um segmento africado ([ts] e [dz] ou [tʃ] e [dʒ]).

Quanto às realizações palatalizadas ([tʃ] e [dʒ]), constatamos que quando não há evidência da realização do segmento aproximante [j] também não há evidências acústicas de espraçamento ou compartilhamento de traço que justifiquem tais simbolizações ([tʃ] e [dʒ]). Diferentemente, quando há evidências acústicas da realização do segmento aproximante [j], pode-se conjecturar o espraçamento ou o compartilhamento de traço que justifique as simbolizações [tʃ] e [dʒ].

Por outro lado, as evidências acústicas de um segmento realizado em 2 fases distintas já justificam as simbolizações africadas palatais ([tʃ] e [dʒ]) quando não há evidência da realização do segmento aproximante [j].

Uma vez justificada nossa interpretação das realizações palatalizadas ([tʃ] e [dʒ]) como reflexo da presença do segmento aproximante [j] adjacente e das realizações africadas palatais ([tʃ] e [dʒ]) como reflexo da ausência do segmento aproximante [j] adjacente, as evidências acústicas das realizações palatalizadas ([tʃ] e [dʒ]) que as distinguem das realizações africadas palatais ([tʃ] e [dʒ]) parecem ficar patentes: as realizações africadas palatais ([tʃ] e [dʒ]) têm duração mais longa do que as realizações palatalizadas ([tʃ] e [dʒ]). Atribuímos isto à transição do segmento vocálico (diferente de /i/) precedente para as 2 fases dos segmentos africados palatais ([tʃ] e [dʒ]), pois a transição do segmento aproximante [j] precedente para a fase oclusiva dos segmentos palatalizados ([tʃ] e [dʒ]) é nitidamente mais curta do que a transição de um segmento vocálico (diferente de /i/) precedente para essa mesma fase das africadas palatais ([tʃ] e [dʒ]); por sua vez, a transição da fase fricativa dos segmentos africados palatais ([tʃ] e [dʒ]) para uma vogal (diferente de /i/) seguinte é mais longa do que a transição da fase fricativa dos segmentos palatalizados ([tʃ] e [dʒ]) para o segmento aproximante ([j]) seguinte. Isso pode ser explicado pelo ponto [co-

ronal] comum ao segmento aproximante ([j]) e à fase oclusiva dos segmentos palatalizados ([tʲ] e [dʲ]).

Ademais, não há evidência acústica de que a fase oclusiva dos segmentos palatalizados ([tʲ] e [dʲ]) assim como dos africados palatais ([tʃ] e [dʒ]) possibilita espraçamento ou assimilação de qualquer traço (além de ponto e voz) de uma vogal adjacente: a fase oclusiva dos segmentos palatalizados ([tʲ] e [dʲ]) assim como dos africados palatais ([tʃ] e [dʒ]) parece não possibilitar espraçamento ou assimilação de traço além do [coronal] da língua (para os vozeados e os não vozeados [tʲ] e [dʲ]; [tʃ] e [dʒ]) e do [voz] (para os segmentos vozeados [dʲ] e [dʒ]).

Portanto, a partir dos dados da variedade de Aquidabã (SE), na correlação com o segmento aproximante [j] de ditongos, e como resultado de processo de espraçamento, assimilação ou compartilhamento de traço, as simbolizações palatalizadas ([tʲ] e [dʲ]) parecem mais pertinentes foneticamente, se considerarmos os traços [coronal e voz] para a fase oclusiva. Somente a fase fricativa possibilita espraçamento, assimilação ou compartilhamento de qualquer outro traço: a fase oclusiva [coronal] das africadas (sejam alveolares sejam palatais), por exemplo, é incompatível com coarticulação (ou articulações maior e menor). Isto parece impossibilitar um processo de espraçamento progressivo (esquerda-direita) de um traço como o [-anterior], pois isto resultaria em mudança de ponto da fase oclusiva [coronal, alveolar]; a fase fricativa, por sua vez, possibilita o processo de espraçamento/assimilação/compartilhamento regressivo (direita-esquerda) do traço [anterior].

## Referências

ADANT, Josepha Alves da Silva. *Difusão dialetal: o caso dos alagoanos em Brasília*. Brasília: UnB, 1988 (Dissertação de Mestrado).

BISOL, Leda. Palatalization and its variable restriction. *International journal of the Sociology of Language*, v. 89, 1990.

CALLOU, D. M. I.; LEITE, Y. F. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Lingüístico de Sergipe – II*. Salvador: EDUFBA, 2005.

CLEMENŦŦ, George; HUME, Elizabeth. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, John A. (Ed.). *The handbook of phonological theory*. Oxford: Blackwell, 1995, p. 245-306.

- FERREIRA, Carlota et al. *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialetologia rural e outros*. 2<sup>a</sup> ed. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- FREITAG, R. M. K. *Socio-stylistic aspects of linguistic variation: schooling and monitoring effects*. Acta Scientiarum. *Language and Culture* (Online), v. 37, p. 127-136, 2015.
- GOLDSMITH, John A. *Autosegmental and metrical phonology*. Cambridge, Massachusetts: BLACKWELL, 1995.
- HORA, Dermeval de O. *A palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não-linear*. Porto Alegre: PUC-RS, 1990 (Tese de Doutorado).
- MOTA, J. A.; ROLLEMBERG, V. Variantes africadas palatais em Salvador. In: HORA, D. (Org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 131-140.
- KENT, Ray D.; READ, Charles. *Análise acústica da fala*. Tradução de Alexandre Meireles. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- LADEFOGED, P. *Vowels and consonants: an introduction to the sounds of languages*. Oxford: Blackwell, 2001.
- LADEFOGED, P.; MADDIESON, I. *The sounds of the world's languages*. Oxford: Blackwell, 1996.
- LADEFOGED, P.; JOHNSON, K. *A course in phonetics*. 6<sup>a</sup> ed. Boston: Cengage, 2011.
- SOUZA NETO, Antônio Félix de. Realizações Palatalizadas de /t/ e de /d/: segmentos de contorno ou segmentos complexos? O caso de Sergipe. In: *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 10, n. especial, 2010, p. 141-149.
- SOUZA NETO, Antônio Félix de. *Realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju-SE*. Aracaju: UFS, 2014.

## **Pesquisas variacionistas sobre o dialeto piauiense: panorama atual e perspectivas**

Jania Ramos  
(CNPq/UFMG)

Francisca Pessoa  
(PG/UFMG)

Neste capítulo são descritos os resultados obtidos por pesquisas variacionistas que têm como objeto de análise o dialeto piauiense. É nosso objetivo mostrar que os resultados obtidos, se contextualizados sócio-historicamente, isto é, se integrados às circunstâncias econômicas, sociais e culturais que envolveram a própria formação do dialeto, poderão esclarecer passagens da própria história do Português Brasileiro. Diferentemente de Nascentes (1953), não descrevemos a variedade linguística em análise como um “subfalar nordestino”, mas como dialeto porque é nosso interesse apontar semelhanças e diferenças em relação aos dialetos vizinhos.

Este capítulo está organizado em três seções. Na primeira, apresentamos uma síntese dos estudos alcançados até o momento. Na segunda, retomamos episódios e processos que tiveram lugar durante a ocupação do território e seu desenvolvimento, de modo a identificar o cenário no qual se desenvolveu o falar piauiense. Para isso, tomamos como referência a história de dois centros urbanos, a antiga e a nova capital. Na última seção contextualizamos os resultados da seção I, discutimos duas hipóteses para explicar os fatos linguísticos e sugerimos encaminhamentos metodológicos.

### **1 Variações e mudanças no dialeto piauiense**

A investigação variacionista sobre o dialeto do Piauí contemplou, até o momento, de modo mais substancial, dois temas: vogais médias em pretônicas (SILVA, 2009) e as realizações de /r/ em posição de coda (CARVALHO, 2009). Além desses, identificou e exemplificou, de modo preliminar, alguns outros processos de natureza fonológica, conforme detalhamos a seguir. Uma variável sintática também foi analisada, as realizações de dativo (PESSOA, 2016), e fez-se um estu-

do lexical (SOUSA, 2012). Uma listagem dos processos fonológicos identificados aparece a seguir: assimilação, neutralização, iotização, queda de sílaba, epêntese, permuta, transposição, monotongação, assimilação, degeminação, semivocalização, vibrante simples, vibrante velar, hiperbibasmo, supressão de ditongo e segmento vocálico final e palatalização.

Várias pesquisas recolheram amostras de dados de fala. A seguir detalhamos os resultados obtidos nas pesquisas, identificando o local da coleta de dados e o tipo de amostra<sup>1</sup>.

Sobre a fala de Teresina, Silva (2009) analisou as variantes: [é, ó], [i,u] e [e,o]. Por exemplo, em palavras como “medida” e “robusta”, exemplificadas em (1-3), ocorre uma variação tripartida [é ~ e ~ i] e [ó~o~u].

(1) m[ɛ]dida, r[ɔ]busta; (SILVA, 2009, p. 103)

(2) m[i]dida, r[u]busta; (SILVA, 2009, p. 103)

(3) m[e]dida, r[o]busta; (SILVA, 2009, p. 103)

O *corpus* analisado compõe-se de 5.308 ocorrências, extraídas de 36 entrevistas de informantes de Teresina. Os fatores que se mostraram quantitativamente significativos foram: vogal contígua, contexto fonológico precedente, paradigma, contexto fonológico seguinte, faixa etária, escolaridade e homorganicidade (p.125). Também constatou-se que quanto mais velho é o informante, menor é a frequência de médias fechadas (p.172).

Complementando essa pesquisa, foi feita uma comparação entre os percentuais das variantes em amostras de Teresina e de outras sete cidades: Natal (RN), Salvador (BA), Recife (PE), João Pessoa (PB), Formosa (GO), Ouro Branco (MG) e Piranga (MG). Verificou-se que a vogal média aberta é a preferida, tal como em outras capitais nordestinas. Os percentuais de vogal média convertida em alta se assemelham aos obtidos nas demais capitais nordestinas pesquisadas, 20% em média, exceto Natal (0%). O percentual de vogal média fechada em Teresina é de 20%, semelhante ao de outras capitais do Nordeste, mas inferior aos das cidades mineiras e goiana pesquisadas (respectivamente, 63% e 83%). No Nordeste, a preferência por vogais médias pretônicas abertas exige explicações (SILVA, 2009). Na seção 2 deste capítulo, retomamos a abordagem sugerida por essa última autora.

Outro estudo sobre a fala teresinense é o de Carvalho (2009). Nele são analisados os comportamentos fonético e fonológico dos róticos na fala de informantes nascidos nas seguintes cidades: Teresina, João de Freitas, Miguel Alves, Campo Maior, Piripiri, Castelo do Piauí, Buriti dos Montes, Cocal de Telha, Barras, Boa Hora, Esperantina e Parnaíba. A amostra é formada por entrevistas com 36 informantes, sendo 20 moradores da área urbana de Teresina e 16 nascidos no interior,

1 Para uma descrição dos *corpora* digitalizados e disponibilizados, quer em livro quer de modo restrito, ver Pessoa e Ramos (2017).

que ainda mantêm contato com as respectivas cidades de origem, embora residam na capital.

As variantes analisadas são a glotal [h] (48,1%), o zero fonético (22,2%), o tepe [r] (19,01%) e a fricativa palatal [ʃ] (10,6%), como ocorre em “divertir [dʒiveʃtʃi]” (p. 137)<sup>2</sup>. Os fatores quantitativamente significativos são: contexto fonológico seguinte, contexto fonológico precedente, tonicidade da sílaba, extensão da palavra, categoria gramatical, escolaridade, sexo e faixa etária (p. 142).

Ao sintetizar suas investigações, Carvalho (2009) identifica um problema: como e com quem os róticos chegaram ao Piauí? Mais particularmente, por que ocorre a variante tepe em Teresina?

Nunes e Silva (2011), por sua vez, analisam a palatalização da fricativa /s/ em posição interna e em posição de coda, como em: “flore[s]ta/flore[ʃ]tas”; “crista[s]”/ “crista[ʃ]”. A amostra utilizada compõe-se de 36 entrevistas com informantes teresinenses estratificados socialmente por gênero, faixa etária e escolaridade. Do total de 734 dados, 599 são palatalizados (82%) e 135 (18%) não palatalizados. Diante de /t/, há palatalização como em “e[ʃ]tudo”, “ca[ʃ]telo”. Diante de qualquer outra consoante, realiza-se o fonema /s/ de forma sibilante, como em “e[s]posa”, “ra[s]ga”. Em posição de coda final, o fenômeno da palatalização também não se efetiva, como em “crista[s]”, “revista[s]”.

Outro estudo sobre a fala teresinense focaliza a despalatalização de [λ], cujas variantes são exemplificadas em “traba[λ]a” e “traba[y]a”. Oliveira Silva e Carvalho (2012) aplicam testes a 12 informantes, estratificados segundo faixa etária, gênero e idade. Os testes incluem um questionário de leitura, três módulos com perguntas para provocar narrativas e 31 figuras que foram utilizadas para a coleta de dados de informantes analfabetos. Os resultados mostram que a despalatalização é favorecida pelo gênero masculino (.65/.38) e por menor escolaridade (.89; .48; .17), por palavras com mais de duas sílabas (.40; .59) e pela altura da vogal seguinte (vogal anterior .80; central .62; posterior .34). Esses resultados indicam variação diastrática, tal como em muitas outras cidades brasileiras.

Dando continuidade à análise da literatura referente à nossa pesquisa, cabe lembrar que:

- (1) Nunes, Barros do Carmo e Carvalho (2011) identificam e exemplificam os processos de subtração, aumento, permuta e transposição em oito entrevistas

2 Essa última ainda não encontrada em outras amostras sobre róticos, sendo “uma marca sui generis” (p. 137) do dialeto. Também foi feita análise acústica dos segmentos /htʃ /, /hʃ/ e /hʃtʃ/ e constatou-se um tipo de assimilação regressiva e palatalização do tipo parcial (p. 12). Sobre essa variável, ver também Taylor e Eddington (1996) e Barros (2004) sobre o dialeto piauiense, Alencar (2007) e Silva (2015) sobre o dialeto de Fortaleza.

com informantes de Teresina, numa amostra estratificada por gênero e idade. Contudo, esses autores não apresentam resultados quantitativos.

- (2) Dantas, Carvalho e Costa (2014), ao analisar a fala de informantes em comunidade rural do município de Ipiranga, identificam os seguintes processos: monotongação ('primero/primeiro), assimilação e degeminação (ino/indo), semivocalização (trabaiá/trabalhar), supressão de ditongo e segmento final (po- quim/pouquinho), concordância de gênero ("os jove só ia a uma festa se fosse com pessoa idoso"); epêntese (rapazi/rapaz). Da mesma forma que no caso anterior, apontam exemplos mas não apresentam resultados quantitativos.
- (3) Carvalho e Henz (2016) analisam a variação entre /s/, /h/ e /z/ numa amostra de 16 entrevistas com informantes de Teresina, estratificados por gênero, escolaridade e faixa etária. Os resultados dessa pesquisa apontaram uma predominância da variante alveolar (74,1%) contra a fricativa glotal (25,9%). A variação do fonema /s/, conforme os autores sublinham, é regulada mais por fatores linguísticos que sociais.
- (4) Santos (2016) analisa uma amostra cujos entrevistados são moradores de Bom Jesus (PI). Vinte deles vieram do Rio Grande do Sul nos últimos 25 anos e os demais são nascidos naquela cidade. Os objetivos dessa pesquisa foram (i) investigar a interferência/alternância da vibrante simples com a fricativa velar presente em situações de fala de falantes imigrantes e dos bom-jesuenses e (ii) registrar as percepções dos falantes sobre sua própria fala. Para a análise, foi feita uma caracterização histórico-geográfica da comunidade estudada, foram registradas conversas livres e narrativas orais direcionadas para temas da realidade local. O fator que se refere ao local de origem do informante foi significativo. Do ponto de vista interacional, a percepção dos dois grupos é que sua fala se modificou em relação ao modo como falavam antes. Os resultados indicam consolidação da variante fricativa velar na fala dos gaúchos e da vibrante simples na fala dos bom-jesuenses.
- (5) Nunes (2014) analisa o processo de hiperbibasmo, isto é, o deslocamento do acento como variação linguística. As variantes aparecem exemplificadas a seguir: *ruim* [xuĩ] e *ruim* ['xũĩ], *lúcifer* ['lusifɛ] e *lúcifer* [lusi'fɛ], *gratuito* [gra'tuitu] e *gratuito* [gratu'itu]. Seus resultados mostram que, em relação à variável gênero, são as mulheres que realizam com mais frequência a pronúncia padrão, uma conclusão recorrente nos estudos variacionistas. No relato da pesquisa não são explicitados os resultados quantitativos nem a dimensão da amostra.
- (6) Negreiros (2012) analisa a variação entre apagamento ou manutenção de vogal átona final no dialeto da cidade de Picos. Sua amostra é de 24 entrevistas. As variáveis sociais escolaridade, idade, origem e sexo foram testadas. Foi realizada uma análise fonética dos dados. Os resultados indicam que as

mulheres tendem a manter a vogal átona, enquanto os homens tendem ao apagamento. No que tange à escolaridade, os universitários apagam menos a vogal átona final. O fator idade mostrou que os mais jovens favorecem o apagamento. A origem dos informantes foi o fator que mais chamou a atenção, pois os falantes da zona rural, e não os da zona urbana, foram os que apagaram menos a vogal átona.

- (7) Silva (2015, p. 81) analisa a fricativa glotal [ʃ] em lugar de [r], como em “forte” e “certeza”. A comunidade investigada é Livramento (PE), na fronteira do Piauí. A variante [ʃ] é identificada como marca do dialeto piauiense. A amostra compõe-se de 15 entrevistas. A variável palatalizada é favorecida pelas mulheres e pelos mais escolarizados.
- (8) Gomes et al. (2013) analisam a fala de moradores de periferia de Teresina. Apresentam fragmentos de entrevistas de cinco informantes, apontando itens e expressões estilisticamente distintas. Os itens selecionados foram: *percursor* (p. 8), *pade* (p. 8), *estou formando* (p. 7), *primera* (p. 7), *inté* (p. 7), *mermu* (p. 8). Nesse estudo, nenhum levantamento quantitativo ou análise são apresentados.
- (9) Pessoa (2015) analisa a variação entre os sintagmas dativos clíticos e sintagmas dativos preposicionados, numa amostra composta por 10 entrevistas com informantes teresinenses. É feito um estudo de painel. Os resultados mostram que 8 dos 10 informantes, no intervalo de 12 anos, aumentaram a frequência de uso de clíticos dativos de primeira e segunda pessoas, mas não o de terceira. Nove dos informantes, no período, terminaram ou estão terminando o curso superior.
- (10) Sousa (2012) analisa o léxico em cinco eventos de interação entre adultos moradores em Angical. São analisados cinco eventos interativos (aniversário, missa, feira, conversa informal) e os “termos inusitados” (p. 9) são apontados e seu significado é apresentado. São eles *frusteca*<sup>3</sup>, *curtipiu*”, “*vô bom*” etc.

Até aqui foram apresentadas breves sínteses das investigações sobre o dialeto piauiense. Ainda que não seja exaustivo, esse levantamento permite identificar as comunidades sobre as quais alguma informação sociolinguística foi obtida. Além dessas, outras cinco podem ser somadas por terem sido escolhidas como ponto de coleta de dados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil: Picos, Piripiri, Monte Alegre, Teresina e Canto do Buriti.<sup>4</sup> Retiradas as sobreposições, é 17 o número de

---

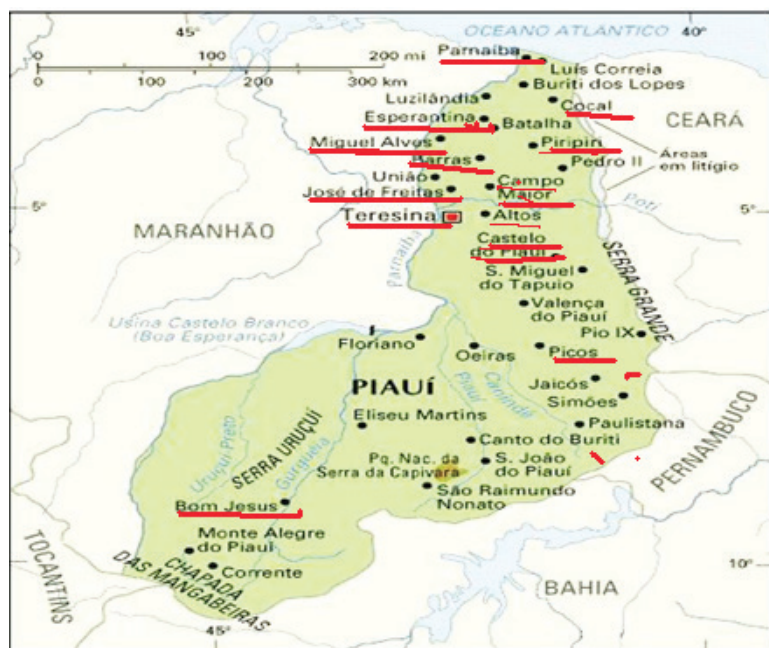
3 Respectivamente, os significados são “caixa”, “desmaio”, “vou com certeza”.

4 Optamos por não detalhar as referências ao Piauí que aparecem nos volumes I e II do *Atlas linguístico do Brasil* (2014), devido às limitações deste capítulo.



idades cujas comunidades foram objeto de estudos variacionistas no Piauí<sup>5</sup>. Esse total corresponde a 7,14% do total de 224 municípios. Treze dessas cidades estão entre os 24 municípios mais populosos do estado. Geograficamente, os 17 municípios pesquisados localizam-se no centro e ao norte, áreas que foram colonizadas mais tardiamente, no decorrer do século XIX, conforme veremos.

No Mapa I aparecem sublinhados os nomes dos municípios pesquisados.



**Figura 1** Mapa I

Fonte: <http://www.postocastelo.com.br/mapas-estaduais.php>

Do conjunto de variantes pesquisadas, viu-se que há tepe, três realizações de vogais médias pretônicas e algumas variantes reconhecidas como típicas do dialeto rural, e ainda realizações reconhecidas como típicas, como a fricativa glotal em lugar de [r].

Para explicar a presença dessas variantes, foi aventada a hipótese:

A partir das misturas entre os povos, colonizadores, escravos e indígenas, surge o falar piauiense, que se estende além das barreiras do estado, sendo

5 Altos (1), Miguel Alves (2), Campo Maior (3), Piri-piri (4), Castelo do Piauí (5), Cocal (6), Buriti dos Montes (7), Barras (8), José de Freitas (9), Boa Hora (10), Esperantina (11) e Parnaíba (12), Teresina (13), Picos (14), Bom Jesus (15), Ipiranga (16) e Angical (17).

também observado nos municípios vizinhos. Essas variações no linguajar piauiense são atribuídas, também, aos colonizadores paulistas, sendo denominadas, à época, “arraia dos paulistas” as fazendas onde cultivavam a terra e criavam gado. Segundo o historiador Nunes (1975), isso ocorreu pelo fato de os primeiros residentes serem de São Paulo – Domingos Jorge Velho e os que o acompanhavam. (...) (SILVA, 2015, p. 61)

Portanto, para Silva (2015, p. 81), a fricativa glotal [ʃ] em lugar de [r] no falar piauiense e na comunidade pernambucana de Livramento tem origem na mistura de dialetos dos primeiros colonizadores (p. 81). Carvalho (2009) também faz menção aos paulistas:

fazer um resgate do falar piauiense, através de uma análise sócio-histórica com vistas a evidenciar como e com quem o rótico chegou ao Piauí. (...) a formação e colonização desse Estado teve contribuição de pernambucanos, baianos e paulistas; contudo os últimos tiveram uma maior participação (...) o /r/ realizado pelo piauiense, sobretudo como variante tepe, contou sobremaneira com a participação dos paulistas, dada a sua frequência de 19,01%, de acordo com a análise eneária, apresentada pelo *Goldvarb*. Outra leitura que se pode fazer é que, visto ser o tepe uma vibrante simples e, portanto, uma realização surda da sua modalidade sonora, a vibrante múltipla, realização presente, ainda, em grande parte do Estado paulistano, é justificável compreender que as relações engendradas desde as origens e a colonização do Piauí guardem relações linguísticas com os seus primeiros colonizadores. (CARVALHO, 2009, p. 250)

A autora direciona seu questionamento para a formação do dialeto, mais exatamente busca uma resposta para o problema da implementação, nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (1968)<sup>6</sup>. Chama sua atenção a presença do tepe. Na busca de uma explicação sócio-histórica, a autora, conforme vimos, argumenta que o tepe é uma realização surda da vibrante múltipla e que há um dialeto brasileiro em que ainda hoje essas duas realizações estão presentes: o dialeto falado em São Paulo. Historicamente, a presença de paulistas no Piauí é documentada.

---

6 Labov (2010, p. 94-103) coloca em dúvida o equacionamento da mudança tal como WLH (1968). Argumenta que uma explicação para uma mudança deve ser buscada na história interna e não na história externa. Parece-nos, entretanto, que o problema da implementação possui poder heurístico, principalmente quando se tem em conta o debate sobre a origem do Português Brasileiro, em que competem as hipóteses da deriva (NARO; SCHERRE, 1993) e da crioulição (BAXTER; LUCCHESI, 1997). Investigar como e quando uma variante aparece pode trazer evidências para esse debate.

Os paulistas, assim como os pernambucanos e baianos, foram os primeiros colonizadores daquelas terras. E a autora conclui ser razoável supor que ‘as relações engendradas desde as origens e a colonização do Piauí guardem relações linguísticas’ (CARVALHO, 2009, p. 250).

Em Teresina, a variante tepe é favorecida pelos fatores faixa etária (acima de 47 anos) e escolaridade (maior), enquanto a variante /r/ retroflexo não chega a ocorrer. Em São Paulo, o tepe é favorecido pelos fatores origem paulistana e escolaridade maior, enquanto o /r/ retroflexo é favorecido se a origem do falante é nordestina e se a escolaridade é baixa (OUSHIRO; MENDES, 2013). Por que a variante tepe é prestigiada em dialetos diferentes?

Se a variante tepe pode ser hoje identificada como marca da presença paulista, trazida ainda nos tempos da colonização (CARVALHO, 2009), por que outra marca do dialeto dos paulistas – o erre retroflexo – não é documentada no Piauí? Por que o /r/ retroflexo está ausente em Teresina?

Em relação a essa realização de /r/, Lima (2013) sustenta que há presença de /r/ retroflexo nos seguintes estados: RS, SC, PR, MG, MS, GO, BA, PB, CE e MA, conforme mostra o Mapa II. Veja-se que o Piauí não aparece colorido no mapa.



**Figura 2** Mapa II: Presença de -R retroflexo em estados brasileiros.

Pesquisas recentes, entretanto, são ainda inconclusivas sobre a origem do –R retroflexo:

até onde foi possível verificar, esta variedade de rótico não foi trazida pelos portugueses durante a ocupação da terra recém-descoberta, nem constava do acervo fonético dos autóctones brasileiros. (...) A hipótese mais viável (...) seria atribuir a origem do /r/ caipira, no PB, ao contato do português europeu com o tupi, língua desprovida de /r/ e /l/, pelo menos em coda silábica. (SILVA, 2016, p. 33-34)

Seria o retroflexo um rótico que ainda não estava presente no dialeto paulistano na época da colonização das terras piauienses? Pode ser, mas não se pode afirmar porque os estudos sobre o /r/ retroflexo não fornecem uma datação. Além disso, a descrição acústica do /r/ retroflexo apresentada por Ferraz (2005, p. 52-53) mostra que o tepe e o retroflexo são bem próximos: “um elemento vocálico, um sinal de reflexão, um tepe e, finalmente, mais um elemento vocálico que tem duração aproximada de 20ms”.

Se tivermos em conta que o /r/ retroflexo, apesar das considerações acima, é uma marca do dialeto dos paulistas, o Mapa 2 constitui um obstáculo para a hipótese formulada por Carvalho (2009). Entretanto, o estado do Piauí é vasto e pode ser que em alguma localidade seja registrada a variante retroflexa. É importante ter em conta que o Mapa I é uma fotografia não só do passado mas também do presente, registrando as decorrências linguísticas do contato das respectivas populações com migrações mais recentes. Por essa razão, estudos de natureza diacrônica seriam reveladores nessa discussão. O caso de Bom Jesus é exemplar. Num período de 25 anos, após a chegada de gaúchos, o dialeto local apresentou mudanças (SANTOS, 2016).

## 2 Encaminhamentos e métodos

Diante de questões referentes à implementação, Silva (2009) sugere um caminho:

essa diversidade das vogais médias “reflete a complexidade que o país apresenta, em função de um processo resultante de vários fatores decorrentes da história particular de cada município, desde a colonização com o povoamento inicial, em que falares diferentes entraram em contato”. (SILVA, 2009, p. 206)

Aceitando a hipótese de que a solução estaria na investigação da história de cada município, fazemos uma breve comparação entre a história de Oeiras, pri-

meira capital do Piauí, e Teresina, segunda capital. Nosso propósito é explorar as consequências linguísticas que essas informações possam nos trazer.

## 2.1 Teresina, Oeiras e suas histórias

Iniciemos essa seção atentos às seguintes recomendações:

[A] espacialização geográfica – de ordem mais física – (...) [deve ser considerada, atendo-se a] uma série de outros elementos, tais como: o ritmo e a natureza do povoamento/migrações, a composição urbana, as instâncias educativas, a urdidura político-administrativa, as sociabilidades religiosa ou intelectual, transporte, educação (...). Devem-se observar ainda as específicas confrontações étnicas [que ali tiveram lugar]. (ROCHA; ANDRADE, 2016, p. 64-65)

Buscando capturar essas múltiplas correlações, focalizemos o alvorecer do século XVIII. É a partir do alto do Rio São Francisco, nos últimos anos do século XVII, que chegam os mestres de campo e suas comitivas, visando à apreensão de indígenas e à procura de metais preciosos. Já no início do século seguinte, os primeiros criadores de gado vão estabelecendo suas extensas fazendas, ocupando a área do atual estado do Piauí, dando-lhe a reconhecida conformação geográfica, estreito nas extremidades e alargado ao meio. A pequena área litorânea que vemos hoje, segundo Alves (2003), decorre da demora da chegada dos criadores de gado ao extremo norte. Essa faixa foi adquirida do Ceará em troca da área de Crateús.

A atividade econômica, desenvolvida em grandes fazendas, teve várias consequências sociais. Uma delas foi contribuir para o extermínio de indígenas naquele território (MOTT, 1979), em conflitos que perduraram por mais quase cento e cinquenta anos (MEDEIROS, 2009).

Ainda no início do século XVIII, em torno de uma igreja em homenagem à Nossa Senhora da Vitória, surge o primeiro povoado do Piauí. Em 1711, o proprietário da primeira fazenda de criação de gado, Domingos Afonso Sertão (reconhecido como 'Mafrense'), deixou em testamento para os padres jesuítas cerca de 30 fazendas e 50 sítios<sup>7</sup>. O colégio jesuíta, a ser erigido naquele povoado, não chegou a ser construído. Em 1718, esse povoado é elevado à condição de capital da Capitania, antes mesmo de tornar-se vila. Em 1761 recebe o nome de Oeiras, em homenagem ao Marquês de Pombal. Um ano depois encontravam-se ali 33

7 SANTANA, 1904, p. 24 (apud REIS, 2006, p. 34).

casas e 114 pessoas<sup>8</sup>. O povoado estava no auge e o gado da região alimentava o mercado das minas no Sudeste. No ano seguinte, Oeiras recebe 300 portugueses degredados para ampliar a população<sup>9</sup>. Ao final do século XVIII, quando as minas se esgotaram, esse mercado entrou em crise. A cidade entra em declínio e deixa de ser a sede do governo em 1852. A estagnação de Oeiras permanece até os anos 30 do século XX, quando, então, experimenta algum progresso. Atualmente Oeiras possui 35.225 habitantes (IBGE, 2010) e o percentual de alfabetizados é de 69,39% (IBGE).

Essa retrospectiva, embora breve, permite reconhecer em Oeiras uma população que conviveu com jesuítas. Conviveu também com a escravidão indígena, aldeamentos, vivenciando relações de contato com os grupos Guegue e Acroá (MEDEIROS, 2008, p. 357). Testemunhou também a longa resistência dos índios reconhecidos como Pimenteiras, nome derivado da região na qual se refugiavam. Conforme relatos de época, índias teriam sido trazidas para a cidade para atuarem como intérpretes (“línguas”)<sup>10</sup>. Nesse sentido, Oeiras seria uma ilha dentro do restante do Piauí, porque sua área é considerada um espaço de extermínio indígena (MOTT, 1979)<sup>11</sup>.

Do ponto de vista linguístico, pode-se supor que a comunidade de Oeiras guarde marcas desses processos e seria muito importante verificar as variações linguísticas presentes e as mudanças registradas. A comparação com a fala de outras comunidades permitirá identificar a extensão da presença dos colonizadores na gramática dos falantes dessa localidade.

Consideremos agora a história de Teresina. Sua denominação constitui uma homenagem à Imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon, que, em meados do século XIX, teria intermediado com o imperador D. Pedro II a mudança da capital. Tal como Oeiras, seu nome visa a homenagear a nobreza. A aglutinação das palavras “Teresa” e “Cristina” resulta num nome de origem muito diferente daquele que nomeia o estado. Atribui-se aos indígenas que habitavam o atual estado do Piauí a denominação desse topônimo: PIAGUI > PIAGOI > PIAUÍ, que significa “rios de piau”, uma espécie de peixe muito comum nos rios e açudes do estado (RODRIGUES, 2004 apud CARVALHO, 2009, p. 34)<sup>12</sup>.

---

8 Acento das casas próprias e de aluguel que ocupam os moradores de Oeiras, 1772, citado por Falci (2000/2001).

9 Costa, 1974, vol. P., citado por Reis (2006, p. 34).

10 Ver Oliveira (2007, p. 96).

11 Dados do IBGE mostram que, em 2010, 35.272 pessoas (0,5% da população) se autodeclararam indígenas no Maranhão. IBGE- Censo de 2010. Disponível no site [http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf)

12 Há, entretanto, outra hipótese para o termo Piauí: “diz-se de um tipo de gado bovino de pequeno porte dotado de cornos desenvolvidos” (FERREIRA, 1975).

Teresina é uma cidade planejada. Seus primeiros moradores eram funcionários públicos, militares e demais pessoas vinculadas à Igreja, que, até a transferência da capital, residiam em Oeiras. Além desse segmento, vieram também, nos primeiros tempos de fundação da cidade, escravos para trabalhar em construções, assim como pescadores, canoieiros, plantadores de fumo e mandioca, transferidos de Barra do Poti<sup>13</sup>. Sempre como sede administrativa, Teresina só veio a ter um grande aumento populacional do século XX. No período de 1960 a 1980, sua população sextuplicou, atingindo 538.294 habitantes, sendo 62,90% urbana e 37,10% rural<sup>14</sup>. O fluxo migratório nesse período, em sua maioria, veio da zona rural do próprio estado e de estados vizinhos (Pernambuco, Paraíba e Ceará), em decorrência da seca. Sua população alfabetizada é de 86,03%<sup>15</sup>.

Do ponto de vista linguístico, a pesquisa da fala e da escrita dos teresineneses poderá informar sobre padronização, visto ser esse hoje um centro urbano desenvolvido, cujo IDH é 0,751, próximo ao do Rio de Janeiro (0,799) e ao de Salvador (0,759), e o percentual de analfabetos, acima de 15 anos, é 13,07% num estado em que esse índice alcança 53,1% dos habitantes daquela faixa etária. Oeiras tem uma população quase seis vezes menor, 36.385 habitantes em 2015, IDH de 0,634 em 2010. Nessa localidade, a incidência de pobreza foi de 55,10% em 2003. A taxa de analfabetos em Oeiras, em 2010, é de 31,61%, inferior à do estado, embora superior à do Brasil, em 2000, 29,4%.

Diante desse cenário, parece promissora uma comparação entre essas duas comunidades, por terem perfis diferentes. Infelizmente ainda não se coletaram dados de Oeiras, o que impede a comparação com Teresina, que tem vários *corpora* já coletados<sup>16</sup>. Próxima a Oeiras, a cidade de Picos possui uma amostra coletada de 24 entrevistas (NEGREIROS, 2012). Nessa cidade a pesquisa mostrou que são os informantes da área rural os que mais se aproximam dos falantes do Sudeste no estudo sobre a variação de manutenção de vogal átona em sílaba final. Esse resultado pode ser interpretado como uma evidência da antiga presença de pau-

---

13 Silva (2009, p. 109), conforme vimos, afirma que em Barra do Poti estão as raízes de Teresina, o que significa recuperar uma história que remonta a 1760. Entretanto, Barra do Poti foi transferida para um local a 6 Km e é a partir da nova Poti que Teresina vai se desenvolver. Os novos segmentos sociais vindos de Oeiras vão representar uma ruptura entre Poti velho e Teresina. Hoje, entretanto, Poti se tornou um bairro de Teresina.

14 IBGE, 2000.

15 IBGE, 2000.

16 Sobre uma notícia do estágio atual de coleta de *corpora* piauienses e sua disponibilização, ver Pessoa e Ramos (2016).

listas, uma vez que o dialeto rural é mais conservador e menos heterogêneo que os dialetos urbanos no Brasil.<sup>17</sup>

Picos teve origem no povoado de Bocaina, ligado à capital Oeiras, e foi iniciada com a chegada dos primeiros fazendeiros de gado nos anos de 1740, trazendo alguns escravos e ocupando grandes territórios. Hoje Picos possui o dobro de habitantes de Oeiras e hospeda uma universidade federal. Esse perfil a afasta do perfil conservador e restrito de Oeiras.

## 2.2 Espaços e tempos

A observação dos limites dos bispados na época colonial permite ver que Piauí e Maranhão não se distinguiam. Veja-se o Mapa III.



*Fronteiras dos bispados coloniais.*

(Fonte: RUBERT, Arlindo. *Historia de la Iglesia en Brasil*. Madrid: MAPFRE, 1992, p.315.)

**Figura 3** Mapa III: Fronteiras de Bispados ao Final do Período Colonial.

17 De acordo com Amaral (1920), a manutenção da vogal átona final identifica o dialeto caipira.



Se estamos interessados na ocupação do território piauiense no século XVIII, é importante levar em conta as fronteiras em diferentes épocas.

Sobre o Maranhão, surgiu recentemente uma pesquisa de muito interesse. Carneiro (2014) analisa uma amostra de Barra do Corda, que fica a 300 km de Teresina. O autor compara a fala de informantes não indígenas que usam o português brasileiro como L1 à fala de indígenas Guajajara e Kanela, que têm o português brasileiro como L2. Uma síntese de seus resultados aparece no Quadro I.

**Quadro 1** Listagem dos processos fonológicos em entrevistas em PB como L1 e L2.

<b>Processos</b>	<b>Português Brasileiro falado por indígena como L2</b>	<b>Português Brasileiro falado por não indígena como L1</b>
Supressão de segmento em início de palavra	então > tão	encostava > costava
Supressão de segmento em meio de palavra	também > tamém	também > tamém
Supressão de segmento em fim de palavra	_____	salariozinho > salaruzin
Acréscimo de segmento em início de palavra	lembro > alembro	melhorei > amelhorei
Acréscimo de segmento em meio à palavra	dificuldade > dificuldade	dificuldade > dificuldade
Acréscimo de segmento em fim de palavra	casal > casali	_____
Supressão de elementos similares	gosto de > gos' de	perto da mãe > per' da mãe
Assimilação dependente de informação gramatical	correndo > correno	correndo > correno
Nasalização	identidade > inintidade	sabe igual > sabe ingual
Nasalização vocálica	entrei em > entrei ni	marcando nin aldeã mermo!
Queda de vocoide alto acentuado (p. 98)	_____	quando > qundo
Sequência NCV como C <sub>nasal</sub> V (p. 104)	_____	combinei > cominei
Apagamento de sequência vocálica átona em palavra extensa (p. 105)	_____	fisioterapia > fisterapia
Queda de /r/ pós-vocálico interno à palavra (p. 105)	_____	purque > puquê
Omissão de segmento vocalizado em posição de coda silábica interna à palavra (p. 106)	_____	alguma > aguma
Desfazimento de onset silábico (p. 106)	_____	outra > ota
Alternância entre vogal alta labial com nasalidade e consoante nasal labial em posição de onset (p. 107)	_____	uma > uãra

(continua)

**Quadro 1** Listagem dos processos fonológicos em entrevistas em PB como L1 e L2. (continuação)

<b>Processos</b>	<b>Português Brasileiro falado por indígena como L2</b>	<b>Português Brasileiro falado por não indígena como L1</b>
Despalatalização (p. 108)	cartilha > cartila	
Harmonização vocálica com enfraquecimento (p. 110)	curimatá > cur <sup>h</sup> mata	
Queda de sibilante em coda silábica (p. 111)	mesmo > memo	
Assimilação total ou parcial de vogal (p. 118)	europeu > europeí dentista > dentisti exemplo > inzemplo	

Esse quadro mostra que há diferenças claras entre os dois grupos. Vejam-se as linhas 15-17 e 18-21. Entretanto, há também sobreposições. As ocorrências da terceira coluna se verificam não só na produção linguística de informantes moradores de Barra do Corda, mas também na produção linguística de piauienses, se não todas, pelo menos a maior parte delas (cf. seção 1).

Comparando as transcrições dos grupos pesquisados, Carneiro (2014) conclui que

os Guajajara são os que estão mais próximos da variedade linguística do português que contém os processos que acabamos de mencionar. E que são os Kanela a estar mais afastados dessa variedade, (...) [porque] desfazem um onset/ataque silábico complexo do português (CARNEIRO, 2014, p. 136).

As semelhanças entre a coluna 3 do Quadro III e os processos referidos no Quadro I levam à seguinte indagação: esses fatos se explicam por um passado comum ou pelo contato entre maranhenses e piauienses? Somente estudos diacrônicos poderão fornecer alguma luz sobre essas questões.

## Conclusões

Neste capítulo buscamos apresentar um quadro geral do estado da arte da pesquisa em variação linguística sobre o dialeto piauiense. Buscamos também compor um breve cenário da história da ocupação do respectivo território e sua evolução. Ainda que fragmentado, esse cenário permitiu apontar razões de natureza histórica e social para o estudo do dialeto piauiense.

Marcas do dialeto caipira no falar piauiense têm sido documentadas, mas uma explicação para sua presença está ainda longe de ser obtida. Discutimos

duas hipóteses: uma que visa a aproximar historicamente o noroeste paulista ao sertão piauiense (CARVALHO, 2009; SILVA, 2009); e outra que visa a aproximar linguisticamente piauienses e maranhenses. A esse último cenário falta a inserção de informações sobre Oeiras, o que permitiria incluir uma dimensão diacrônica aos estudos linguísticos, visto ser esse centro urbano fundado ainda no início do século XVIII. Em relação às duas hipóteses faltam, portanto, evidências.

No que diz aos dados de fala, vimos que uma coleta importante já foi feita, embora permaneça dispersa e de acesso restrito. No que diz respeito à coleta de novas amostras, seria oportuna a formação de uma amostra representativa de Oeiras. O objetivo seria o de implementar estudos comparativos com Teresina. Por terem perfis populacionais distintos, a comparação da fala dos moradores da antiga e da nova capital poderia revelar diferenças.

A motivação maior do presente capítulo é tentar apresentar uma síntese sobre um dialeto brasileiro ainda pouco investigado e sugerir desdobramentos, tendo em conta os produtos e as lacunas observadas assim como o tratamento ainda preliminar dos vários temas referidos na parte inicial deste capítulo.

## Referências

- ALENCAR, M. S. M. de. *Aspectos sócio-dialetais da língua falada em Fortaleza: as realizações dos fonemas /r/ e /l/*. Fortaleza: UFC, 2007 (Tese de Doutorado).
- ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez. 2003.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: HUCITEC/ Brasília: INL, 1982 [1920].
- BARROS, Luiz Egito de Souza. *A neutralização entre os fonemas /r/ e /ʀ/ no falar de Teresina-PI*. Fortaleza: UFC, 2004 (Dissertação de Mestrado).
- BAXTER, A.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e crioulição na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, 19, p. 65-84, 1997.
- BISOL, Leda. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1981 (Tese de Doutorado).
- BRANDÃO, S. F. Nas trilhas do -R retroflexo. *Signum: estudos da linguagem*. Vol. 10, n. 2, p. 265-283, 2007.

- CALLOU, D.; LEITE, Y. As vogais pretônicas no falar carioca. *Estudos Lingüísticos e Literários* (5), Salvador: UFBA, p. 151-162, 1986.
- CARDOSO, S. A. M. et al. *Atlas lingüístico do Brasil*, v. 1 (Introdução). Londrina: UEL, 2014a.
- CARDOSO, S. A. M. et al. *Atlas lingüístico do Brasil*, v. 2 (Cartas lingüísticas 1). Londrina: UEL, 2014b.
- CARNEIRO, J. R. D. *Povos e línguas indígenas no Maranhão: contato lingüístico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014 (Tese de Doutorado).
- CARVALHO, L. S. *Os róticos em posição de coda: uma análise variacionista e acústica no falar piauiense*. João Pessoa: UFPB, 2008 (Tese de Doutorado).
- CARVALHO, L. S.; HENZ, X. Variations, phraséologie et ressources. *Livret de résumés du IVème Congrès International de Dialectologie et Sociolinguistique*. Paris: Université Paris Sorbonne, 2016.
- CASTRO, V. S. Revisitando Amadeu Amaral. *Estudos Lingüísticos XXXV*, p. 1937-1944, 2006. [1937/1944]
- DANTAS, J. W. M.; CARVALHO, M. V. L.; COSTA, C. S. S. M. Variação lingüística *versus* ensino de língua portuguesa em nossas escolas: como erradicar o círculo vicioso do preconceito lingüístico? *Web-Revista Sociodialeto*, v. 5, n. 14, 2014, p. 1-10.
- FALCI, M. B. K. A cidade de Oeiras do Piauí. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*. Teresina: Expansão, n. 17, p. 165-206, 2000/2001.
- FERRAZ, I. S. *Características fonético-acústicas do /r/ retroflexo do português brasileiro: dados de informantes de Pato Branco (PR)*. Curitiba: UFPR, 2005 (Dissertação de Mestrado).
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GOMES, B. R. I. S. et al. A influência do Padre Pedro Balzi na fala dos moradores da comunidade de Vila da Paz. *Web-Revista Sociodialeto*, v. 4, n. 11, 2013, p. 1-10.

IBGE. Cidades e vilas do Piauí. Censo 2010.

IBGE. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=oeiras/PI-Confira-a-taxa-de-analfabetismo-no-seu-municipio>. Acesso em: 12 nov. 2016.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 5 mar. 2015.

IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico de 2010. Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Vol. 3. Cognitive and cultural factors. Oxford: Blackwell Publishers, 2010.

LIMA, M. M. de O. *As consoantes róticas no português brasileiro com notas sobre as róticas das variedades de Goiânia, Goiatuba e Uberlândia*. Brasília: UnB, 2013 (Dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, R. P. Povos indígenas nas guerras e conquista do sertão nordestino no período colonial. *Clio*, n. 27-1, 2009, p. 331-362.

MOTT, L. R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí Colonial. *Revista de Antropologia*, v. 22, p. 61-78, 1979.

NARO, A.; SCHERRE, M.M. P. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, n. 9, p. 437-454, 1993.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2ª ed. compl. refund. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 (1. ed. 1923).

NEGREIROS, M. F. C. D. *A vogal átona final no falar dos picoenses: uma investigação sociolinguística*. Teresina: UFPI, 2012 (Dissertação de Mestrado).

NUNES, A. M. S. *O hiperbibasmo na fala dos teresinenses: variação ou mudança*. Teresina: UFPI, 2014 (Dissertação de Mestrado).

NUNES, A. M. S.; BARROS DO CARMO, W. A.; CARVALHO, L. S. *A ocorrência de metaplasmos em textos da língua falada: uma análise sociolinguística*.

- XI Simpósio de Produção Científica e XI Seminário de Iniciação Científica UESPI, 2011.
- NUNES, F. G. A.; SILVA, A. N. *A palatalização do fonema /s/, em posição de coda no falar teresinense*. XI Simpósio de Produção Científica e XI Seminário de Iniciação Científica UESPI, 2011.
- NUNES, O. *Pesquisas para a história do Piauí*, v. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- OLIVEIRA SILVA, L. R.; CARVALHO, L. S. *Um estudo sobre a despalatalização no falar teresinense: uma análise sociolinguística*. XII Simpósio de Produção Científica e XI Seminário de Iniciação Científica UESPI, v. 1, n. 1, 2012.
- OLIVEIRA, A. S. N. *O povoamento colonial do sudesde do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Recife: UFPE, 2007 (Tese de Doutorado).
- OUSHIRO, L.; MENDES, R. B. A pronúncia de (-R) em coda silábica no português paulistano. *Revista do GEL*, v. 8, n. 2, p. 66-95, 2013.
- PESSOA, F. ; RAMOS, J. A formação de um banco de dados de fala de Teresina (PI); um estudo de caso. *Forum Linguístico* (a sair).
- PESSOA, F. C. R. Estudo em painel do uso do dativo na fala de Teresina. *Anais da Semana de Eventos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2015, p. 119-127.
- REIS, A. C. C. *História e memória da educação em Oeiras – PI*. Teresina: UFPI, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- ROCHA, A. P. A.; ANDRADE, F. E. Áreas dialetais no *polígono* mineiro: desafios metodológicos à sua abordagem histórica. *Gragoatá*, n. 40, p. 47-69, 2016.
- RODRIGUES, J. L. P. Estudos regionais – geografia e história do Piauí. Teresina: Halley S.A. Gráfica e Editora, 2004.
- RUPERT, T. A. *Historia de la iglesia en Brasil*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- SANTANA, R. N. M. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Portella, 1985.

- SANTOS, D. M.; LIMA, S. O. Movimento quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra. *Revista Espacialidades*, v. 6, n. 5, p. 197-215, 2013.
- SANTOS, G. A. S. *Um estudo sociolinguístico de contato dialetal: a interferência/alternância entre a vibrante simples com a fricativa velar na fala de gaúchos e bom-jesuenses no Piauí*. Teresina: UFPI, 2016 (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, A. N. *As pretônicas no falar teresinense*. Porto Alegre: PUC-RS, 2009 (Tese de Doutorado).
- SILVA, H. C. *Pelas veredas do /R/ retroflexo*. Londrina: UEL, 2016 (Tese de Doutorado).
- SILVA, L. R. O.; CARVALHO, L. S. Despalatalização do /ʎ/ no falar teresinense: uma análise sociolinguística. Disponível em: [www.filologia.org.br/vi\\_sinefil](http://www.filologia.org.br/vi_sinefil). Acesso em: 30 jan. 2017.
- SOUSA, V. R. Discutindo a relação sociolinguística: uma análise semântica da linguagem de Angical do Piauí (PI). *Anais do SIELP*. Uberlândia: EDUPU, n. 1, vol. 2, 2012.
- TAYLOR, M.; EDDINGTON, D. Negative prestige and sound change. A sociolinguistic study of the assibilation of /ʎ/ in Piauí portuguese. *Selected Proceedings of the 9th Hispanic Linguistic Symposium*, ed. Nuria Sagra and Almeida Jacqueline Toribio. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 1996, p. 320-325.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].